

CONV 724/03

VOLUME I

NOTA DE ENVIO

de:	Praesidium
para:	Convenção
n.º doc. ant.:	CONV 528/03, CONV 571/03, CONV 579/03, CONV 602/03, CONV 614/03, CONV 648/03, CONV 649/03, CONV 650/03, CONV 685/03, CONV 691/03, CONV 723/03
Assunto:	Projecto de Constituição, Volume I – Texto revisto da Parte I

Junto se enviam, à atenção dos membros da Convenção, o projecto de texto da Parte I do Tratado que institui a Constituição, bem como o dos Protocolos relativos à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade e ao papel dos parlamentos nacionais, revistos pelo Praesidium à luz das observações e propostas de alteração recebidas e dos debates em sessão plenária.

Os artigos do Título IV, "Instituições", são os únicos que se enviam de novo aos membros da Convenção sem alterações em relação à versão inicial, que consta do doc. CONV 691/03, de 23 de Abril último. As numerosíssimas propostas de alteração recebidas e as observações feitas em plenário sobre estes artigos são muitas vezes divergentes, particularmente no que toca às questões centrais, entre as quais as três questões interligadas que foram assinaladas na nota de 23 de Abril (representação no Parlamento Europeu, definição da maioria qualificada e composição da Comissão). Nestas condições, o Praesidium considera oportuno que se dedique mais tempo ao debate e à reflexão sobre estes aspectos.

Só numa fase posterior o Praesidium apresentará à Convenção um texto revisto do Título IV, à luz do amadurecimento desta reflexão.

o
o o

Chama-se a atenção dos membros da Convenção para o facto de os artigos da Parte I terem sido renumerados sequencialmente. As referências aos artigos da Parte III serão precisadas assim que esta seja ultimada.

PROJECTO DE TEXTO – PARTE 1

TÍTULO I: DEFINIÇÃO E OBJECTIVOS DA UNIÃO

Artigo I-1.º: Estabelecimento da União

1. Inspirada na vontade dos cidadãos e dos Estados da Europa de construírem o seu futuro comum, a presente Constituição estabelece a União Europeia a que os Estados-Membros conferem competências para alcançarem os seus objectivos comuns. A União Europeia coordena as políticas dos Estados-Membros que visam alcançar tais objectivos e exerce em moldes comunitários as competências que aqueles lhe transferem.
2. A União está aberta a todos os Estados europeus que respeitem os seus valores e se comprometam a promovê-los em comum.

Artigo I-2.º: Valores da União

A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, do Estado de direito, e do respeito pelos direitos do Homem. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a tolerância, a justiça, a igualdade, a solidariedade e a não-discriminação.

Artigo I-3.º: Objectivos da União

1. A União tem por objectivo promover a paz, os seus valores e o bem-estar dos seus povos.
2. A União proporcionará aos seus cidadãos um espaço de liberdade, de segurança e de justiça sem fronteiras internas e um mercado único em que a concorrência é livre e não falseada.
3. A União procurará criar uma Europa de desenvolvimento sustentável assente no crescimento económico equilibrado, numa economia social de mercado que visa o pleno emprego e o progresso social.

Visa também um elevado nível de protecção e de melhoramento da qualidade do ambiente e fomentará o progresso científico e tecnológico.

Combaterá a exclusão social e promoverá a justiça e a protecção social, a igualdade entre mulheres e homens, a solidariedade entre gerações e a protecção dos direitos das crianças.

Promoverá ainda a coesão económica, social e territorial, e a solidariedade entre os Estados-Membros.

A União respeitará a riqueza da sua diversidade cultural e linguística e velará pela salvaguarda e pelo desenvolvimento do património cultural europeu.

4. Nas suas relações com o resto do Mundo, a União afirmará e promoverá os seus valores e interesses. Contribuirá para a paz, para a segurança, para o desenvolvimento sustentável do planeta, para a solidariedade e o respeito mútuo entre os povos, para o comércio livre e equitativo, para a erradicação da pobreza e para a protecção dos direitos humanos, em especial das crianças, e para a rigorosa observância e desenvolvimento do direito internacional, incluindo o respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas.
5. Estes objectivos serão prosseguidos pelos meios adequados, em função das competências que para o efeito sejam atribuídas à União na presente Constituição.

Artigo I-4.º: Liberdades fundamentais e não discriminação

1. A livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais, bem como a liberdade de estabelecimento, são garantidas pela União no seu território, em conformidade com o disposto na presente Constituição.
2. No domínio de aplicação da presente Constituição, e sem prejuízo das disposições especiais nela previstas, é proibida toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade.

Artigo I-5.º: Relações entre a União e os Estados-Membros

1. A União respeita a identidade nacional dos seus Estados-Membros, associada à respectiva estrutura política e constitucional fundamental, incluindo no que se refere à autonomia regional e local. Respeita as funções essenciais do Estado, nomeadamente as que se destinam a garantir a integridade territorial, a manter a ordem pública e a salvaguardar a segurança interna.
2. Em virtude do princípio da cooperação leal, a União e os Estados-Membros respeitam-se e assistem-se mutuamente no cumprimento das missões decorrentes da Constituição.

Os Estados-Membros facilitam à União o cumprimento da sua missão e abstêm-se de qualquer medida susceptível de pôr em risco a realização dos objectivos enunciados na Constituição.

Artigo I-6.º: Personalidade jurídica

A União goza de personalidade jurídica.

TÍTULO II: DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA DA UNIÃO

Artigo I-7.º: Direitos fundamentais

1. A União reconhece os direitos, liberdades e princípios que constam da Carta dos Direitos Fundamentais de que é constituída a Parte II da presente Constituição.
2. A União procurará aderir à Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais. A adesão a esta Convenção não altera as competências da União, tal como definidas na presente Constituição.
3. Os direitos fundamentais, tal como os garante a Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais e tal como resultam das tradições constitucionais comuns aos Estados-Membros, fazem parte do direito da União como princípios gerais.

Artigo I-8.º: Cidadania da União

1. Possui a cidadania da União toda a pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro. A cidadania da União acresce à cidadania nacional e não a substitui.
2. As cidadãs e os cidadãos da União gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres previstos na presente Constituição. Assistem-lhes:
 - o direito de circular e permanecer livremente no território dos Estados-Membros;
 - o direito de eleger e ser eleito nas eleições para o Parlamento Europeu, bem como nas eleições municipais do Estado-Membro de residência, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado;

- o direito de beneficiar, no território de países terceiros em que o Estado-Membro de que são nacionais não se encontre representado, de protecção por parte das autoridades diplomáticas e consulares de qualquer Estado-Membro, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado;
 - o direito de petição perante o Parlamento Europeu e de recorrer ao Provedor de Justiça da União, bem como o direito de escrever às Instituições e aos órgãos consultivos da União numa das línguas da União e de obter uma resposta na mesma língua.
3. Estes direitos são exercidos nas condições e limites definidos pela presente Constituição e pelas normas adoptadas para a respectiva aplicação.

TÍTULO III: COMPETÊNCIAS E ACÇÕES DA UNIÃO

Artigo I-9.º: Princípios fundamentais

1. A delimitação das competências da União rege-se pelo princípio da atribuição. O exercício das competências da União rege-se pelos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade.
2. Em virtude do princípio da atribuição, a União actua nos limites das competências que lhe são atribuídas pelos Estados-Membros na Constituição, a fim de alcançar os objectivos por esta fixados. As competências não atribuídas à União na Constituição pertencem aos Estados-Membros.
3. Em virtude do princípio da subsidiariedade, nos domínios que não sejam da sua competência exclusiva, a União intervém apenas quando, e na medida em que, os objectivos da acção projectada não possam ser atingidos de forma suficiente pelos Estados-Membros, tanto a nível central como a nível regional e local, podendo embora, devido às dimensões ou aos efeitos da acção projectada, ser alcançados mais adequadamente a nível da União.

As Instituições da União aplicam o princípio da subsidiariedade em conformidade com o Protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, anexo à Constituição. Os parlamentos nacionais velam pela observância deste princípio de acordo com o processo previsto no referido Protocolo.

4. Em virtude do princípio da proporcionalidade, o conteúdo e a forma da acção da União não excedem o necessário para atingir os objectivos da Constituição.

As Instituições aplicam o princípio da proporcionalidade em conformidade com o Protocolo referido no n.º 3.

Artigo I-10.º: Direito da União

1. A Constituição e o direito adoptado pelas Instituições da União no exercício das competências que lhe são atribuídas têm primazia sobre o direito dos Estados-Membros.
2. Os Estados-Membros tomam todas as medidas gerais ou específicas necessárias para garantir a execução das obrigações decorrentes da Constituição ou resultantes dos actos das Instituições da União.

Artigo I-11.º: Categorias de competências

1. Sempre que a Constituição atribua à União competência exclusiva num determinado domínio, só ela pode legislar e adoptar actos juridicamente vinculativos, não podendo os Estados-Membros fazê-lo senão mediante habilitação da União ou para dar execução aos actos por esta adoptados.

2. Sempre que a Constituição atribua à União uma competência partilhada com os Estados-Membros num determinado domínio, a União e os Estados-Membros têm o poder de legislar e de adoptar actos juridicamente vinculativos nesse domínio. Os Estados-Membros exercem a sua competência na medida em que a União não tenha exercido a sua, ou tenha decidido deixar de a exercer.
3. A União dispõe de competência para assegurar a coordenação das políticas económicas e de emprego dos Estados-Membros.
4. A União dispõe de competência para definir e implementar uma política externa e de segurança comum, inclusive para definir gradualmente uma política de defesa comum.
5. Em determinados domínios, e nas condições previstas pela Constituição, a União tem competência para levar a cabo acções destinadas a apoiar, coordenar ou completar a acção dos Estados-Membros, sem com isso substituir a competência destes nesses domínios.
6. A extensão e as modalidades do exercício das competências da União são determinadas pelas disposições específicas a cada domínio da Parte II da Constituição.

Artigo I-12.º: Competências exclusivas

1. A União dispõe de competência exclusiva para estabelecer as regras de concorrência no mercado interno, bem como nos seguintes domínios:
 - política monetária para os Estados-Membros que tenham adoptado o euro;
 - política comercial comum;
 - União Aduaneira;
 - conservação dos recursos biológicos do mar, no âmbito da política comum das pescas.

2. A União dispõe de competência exclusiva para celebrar acordos internacionais sempre que tal celebração esteja prevista num acto legislativo da União, seja necessária para dar à União a possibilidade de exercer a sua competência a nível interno, ou afecte um acto interno da União.

Artigo I-13.º: Domínios de competência partilhada

1. A União dispõe de uma competência partilhada com os Estados-Membros sempre que a Constituição lhe atribua competência em domínios não contemplados nos artigos I-12.º e I-16.º.
2. As competências partilhadas entre a União e os Estados-Membros aplicam-se aos principais domínios a seguir enunciados:
 - mercado interno;
 - espaço de liberdade, de segurança e de justiça;
 - agricultura e pescas, com excepção da conservação dos recursos biológicos do mar;
 - transportes e redes transeuropeias;
 - energia;
 - política social, no que se refere aos aspectos definidos na Parte III;
 - coesão económica e social;
 - ambiente;
 - defesa dos consumidores;
 - questões comuns de segurança em matéria de saúde pública.
3. Nos domínios da investigação, do desenvolvimento tecnológico e do espaço, a União tem competência para desenvolver acções, nomeadamente definir e implementar programas, sem que o exercício dessa competência possa ter por efeito impedir os Estados-Membros do direito de exercerem as suas.

4. Nos domínios da cooperação para o desenvolvimento e da ajuda humanitária, a União tem competência para empreender acções e desenvolver uma política comum, sem que o exercício dessa competência possa ter por efeito impedir os Estados-Membros do direito de exercerem as suas.

Artigo I-14.º: Coordenação das políticas económicas e de emprego

1. A União adoptará medidas com vista a garantir a coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros, adoptando, nomeadamente, as orientações gerais dessas políticas. Os Estados-Membros coordenarão as suas políticas económicas no âmbito da União.
2. Aplicam-se disposições específicas aos Estados-Membros que tenham adoptado o euro.
3. A União Europeia adoptará medidas com vista a garantir a coordenação das políticas de emprego dos Estados-Membros, adoptando, nomeadamente, as directrizes para essas políticas.
4. A União poderá adoptar iniciativas com vista a garantir a coordenação das políticas sociais dos Estados-Membros.

Artigo I-15.º: Política Externa e de Segurança Comum

1. A competência da União em matéria de Política Externa e de Segurança Comum abrange todos os domínios da política externa, bem como todas as questões relativas à segurança da União, inclusive a definição progressiva de uma política de defesa comum que poderá conduzir a uma defesa comum.
2. Os Estados-Membros apoiarão activamente e sem reservas a Política Externa e de Segurança Comum da União, num espírito de lealdade e de solidariedade mútua, e respeitarão os actos adoptados pela União neste domínio. Os Estados-Membros abster-se-ão de toda e qualquer acção contrária aos interesses da União ou susceptível de prejudicar a sua eficácia.

Artigo I-16.º: Domínios de acção de apoio, de coordenação ou de complemento

1. A União pode conduzir acções de apoio, de coordenação ou de complemento.
2. São os seguintes os domínios de acção de apoio, de coordenação ou de complemento, na sua finalidade europeia:
 - indústria,
 - protecção e melhoria da saúde humana,
 - educação, formação profissional, juventude e desporto
 - cultura,
 - protecção civil contra as catástrofes.
3. Os actos juridicamente vinculativos adoptados pela União com base nas disposições específicas a esses domínios constantes da Parte III não podem implicar a harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros.

Artigo I-17.º: Cláusula de flexibilidade

1. Se se afigurar necessária uma acção da União no quadro das políticas definidas na Parte III ~~H~~ para realizar um dos objectivos fixados pela presente Constituição, não prevendo esta os poderes de acção requeridos para o efeito, o Conselho tomará as disposições adequadas, deliberando por unanimidade sob proposta da Comissão e obtida a aprovação do Parlamento Europeu.
2. A Comissão, no âmbito do procedimento de controlo do princípio da subsidiariedade referido no n.º 3 do artigo I-9.º, [chama a atenção] dos parlamentos nacionais dos Estados-Membros para as propostas baseadas no presente artigo.
3. As disposições adoptadas com base no presente artigo não podem implicar a harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros nos casos em que a Constituição exclua tal harmonização.

TÍTULO IV: INSTITUIÇÕES DA UNIÃO

Artigo I-18.º: Instituições da União

1. A União dispõe de um quadro institucional único que visa:

- prosseguir os objectivos da União,
- promover os seus valores,
- servir os interesses da União, dos seus cidadãos e dos seus Estados-Membros,

bem como assegurar a coerência, a eficácia e a continuidade das políticas e das acções por ela conduzidas para atingir os seus objectivos.

2. O quadro institucional compreende:

- o Parlamento Europeu,
- o Conselho Europeu,
- o Conselho de Ministros,
- a Comissão Europeia,
- o Tribunal de Justiça da União Europeia,
- o Banco Central Europeu,
- o Tribunal de Contas.

3. Cada Instituição actua nos limites das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição, em conformidade com os processos e nas condições que esta prevê. As Instituições mantêm entre si uma cooperação leal.¹

¹ Para memória: noutra parte da Constituição, deverá ser inserida uma frase do tipo "No desempenho das suas missões, as Instituições apoiar-se-ão numa administração europeia aberta, eficaz e independente".

Artigo I-19.º: Parlamento Europeu

1. O Parlamento Europeu exerce, juntamente com o Conselho, a função legislativa, bem como funções de controlo político e funções consultivas, de acordo com as condições estabelecidas na Constituição. O Parlamento Europeu elege o Presidente da Comissão Europeia.
2. O Parlamento Europeu é directamente eleito por sufrágio universal pelos cidadãos europeus, em escrutínio livre e secreto, por um mandato de cinco anos. O número de deputados não será superior a setecentos. A representação dos cidadãos europeus é assegurada de modo degressivamente proporcional, sendo fixado um limiar mínimo de quatro deputados do Parlamento Europeu por cada Estado-Membro.
3. O Parlamento Europeu elege o Presidente e a Mesa, por um período de cinco anos.

Artigo I-20.º: Conselho Europeu

1. O Conselho Europeu dá à União os impulsos necessários ao seu desenvolvimento e define as suas orientações e prioridades políticas gerais.
2. O Conselho Europeu é composto pelos Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros, bem como pelo seu Presidente e pelo Presidente da Comissão. O Ministro dos Negócios Estrangeiros participa nos seus trabalhos.
3. O Conselho Europeu reúne-se uma vez por trimestre, por convocação do seu Presidente. Sempre que a ordem de trabalhos assim o exija, os membros do Conselho poderão decidir ser assistidos por um Ministro e, no caso do Presidente da Comissão, por um Comissário. Sempre que a situação assim o exija, o Presidente convocará uma sessão extraordinária do Conselho Europeu.
4. Salvo disposição em contrário prevista na Constituição, o Conselho Europeu pronuncia-se por consenso.

Artigo I-21.º: Presidente do Conselho Europeu

1. O Conselho Europeu elege o seu Presidente por maioria qualificada, por um período de dois anos e meio, renovável uma vez. Para ser eleito, o Presidente deve ser membro do Conselho Europeu ou nele ter tido assento pelo menos durante dois anos. Em caso de impedimento grave, o Conselho Europeu pode pôr termo ao seu mandato, segundo o mesmo processo.

O Presidente do Conselho Europeu assegura, ao seu nível, a representação externa da União no que respeita às matérias do âmbito da Política Externa e de Segurança Comum.

2. O Presidente do Conselho Europeu anima os trabalhos do Conselho Europeu, preside a esses trabalhos e assegura a sua preparação e continuidade. Actua no sentido de facilitar a coesão e o consenso no âmbito do Conselho Europeu. Apresenta ao Parlamento Europeu um relatório no seguimento de cada uma das suas sessões.
3. O Conselho Europeu pode decidir, por consenso, criar uma Mesa composta por três membros, escolhidos segundo um sistema de rotação paritária.
4. O Presidente do Conselho Europeu não pode ser membro de outra Instituição europeia nem exercer um mandato nacional.

Artigo I-22.º: Conselho de Ministros

1. O Conselho de Ministros exerce, juntamente com o Parlamento Europeu, a função legislativa, bem como funções de definição de políticas e de coordenação, de acordo com as condições estabelecidas na Constituição.
2. O Conselho de Ministros é composto por um representante nomeado por cada Estado-Membro, a nível ministerial, relativamente a cada uma das suas formações. Só esse representante tem poderes para vincular o seu Estado-Membro e exercer o direito de voto.
3. Salvo disposição em contrário prevista na Constituição, o Conselho delibera por maioria qualificada.

Artigo I-23.º: Formações do Conselho

1. O Conselho dos Assuntos Gerais assegura a coerência dos trabalhos do Conselho de Ministros. Prepara as sessões do Conselho Europeu, com a participação da Comissão.
2. O Conselho Legislativo delibera e pronuncia-se juntamente com o Parlamento Europeu sobre as leis e leis-quadro europeias, em conformidade com o disposto na Constituição. Em função da ordem de trabalhos, o representante a nível ministerial de cada Estado-Membro poderá ser assistido por um ou, eventualmente, dois representantes especializados a nível ministerial.
3. O Conselho dos Negócios Estrangeiros elabora as políticas externas da União, de acordo com as linhas estratégicas definidas pelo Conselho Europeu, e assegura a coerência da sua ação. É presidido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da União.
4. O Conselho reúne-se igualmente sob a forma de Conselho dos Assuntos Económicos e Financeiros, bem como de Conselho da Justiça e Segurança.

5. O Conselho, na sua formação de Assuntos Gerais, pode decidir reunir-se noutras formações.
6. O Conselho Europeu pode decidir, por consenso, que a Presidência de uma formação do Conselho de Ministros, com excepção da formação de Negócios Estrangeiros, seja assegurada por um Estado-Membro durante um período mínimo de um ano, tendo em conta os equilíbrios políticos e geográficos europeus e a diversidade de todos os Estados-Membros.

Artigo I-24.º: Maioria qualificada

1. Sempre que o Conselho Europeu e o Conselho de Ministros deliberem por maioria qualificada, esta é definida como a maioria dos Estados-Membros, em representação de, no mínimo, três quintos da população da União.
2. No Conselho Europeu, o seu Presidente e o Presidente da Comissão não participam na votação.

Artigo I-25.º: Comissão Europeia

1. A Comissão Europeia salvaguarda o interesse geral europeu. Vela pela aplicação das disposições da Constituição, bem como das medidas aprovadas pelas Instituições por força desta. Exerce igualmente funções de coordenação, execução e gestão, de acordo com as condições estabelecidas na Constituição.
2. Salvo disposição em contrário prevista na Constituição, os actos da União apenas podem ser adoptados sob proposta da Comissão.

3. A Comissão é composta por um Presidente e, no máximo, catorze membros. Pode ser assistida por Comissários Delegados.
4. A Comissão exerce as suas responsabilidades com total independência. No cumprimento dos seus deveres, os membros da Comissão não solicitarão nem aceitarão instruções de nenhum Governo nem de nenhum organismo.

Artigo I-26.º: Presidente da Comissão Europeia

1. Tendo em conta as eleições para o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu, deliberando por maioria qualificada, propõe ao Parlamento Europeu um candidato ao cargo de Presidente da Comissão. O candidato é eleito pelo Parlamento Europeu por maioria dos membros que o compõem. Caso o candidato não recolha a maioria, o Conselho Europeu propõe ao Parlamento Europeu, no prazo de um mês, um novo candidato, de acordo com o processo anteriormente seguido.
2. Cada Estado-Membro elabora uma lista de três pessoas, incluindo pelo menos uma mulher, que considere qualificadas para exercer a função de Comissário Europeu. Entre essas pessoas, o Presidente eleito designa como membros da Comissão, tendo em conta os equilíbrios políticos e geográficos europeus, treze personalidades, no máximo, escolhidas pela sua competência e pelo seu empenhamento europeu e que ofereçam todas as garantias de independência. O Presidente e as personalidades designadas para membros da Comissão são colegialmente sujeitos a um voto de aprovação do Parlamento Europeu.
3. A Comissão, enquanto colégio, é responsável perante o Parlamento Europeu. Este pode aprovar uma moção de censura à Comissão, de acordo com as modalidades enunciadas no artigo X da Constituição. Caso tal moção seja aprovada, os membros da Comissão devem abandonar colectivamente as suas funções. Continuarão a gerir os assuntos correntes até à nomeação dos seus sucessores.

4. O Presidente da Comissão define as orientações no âmbito das quais a Comissão exerce a sua missão. Decide da sua organização interna, a fim de assegurar a coerência, a eficácia e a colegialidade da sua acção. Nomeia Vice-Presidentes de entre os membros da Comissão.
5. O Presidente pode nomear Comissários Delegados, que serão escolhidos tendo em conta os critérios aplicáveis a respeito dos membros da Comissão. O seu número não pode ser superior ao número de membros da Comissão.

Artigo I-27.º: Ministro dos Negócios Estrangeiros

1. O Conselho Europeu, deliberando por maioria qualificada, com o acordo do Presidente da Comissão, nomeia o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União. Este conduzirá a Política Externa e de Segurança Comum da União.
2. O Ministro dos Negócios Estrangeiros contribui, com as suas propostas, para a elaboração da Política Externa Comum, executando-a na qualidade de mandatário do Conselho. Actua do mesmo modo no que se refere à Política de Segurança e Defesa Comum.
3. O Ministro dos Negócios Estrangeiros é um dos Vice-Presidentes da Comissão Europeia. É responsável, neste âmbito, pelas relações externas e pela coordenação dos demais aspectos da acção externa da União. No exercício das suas responsabilidades a nível da Comissão, e apenas em relação a essas responsabilidades, está submetido aos processos que regem o funcionamento da Comissão.

Artigo I-28.º: Tribunal de Justiça da União Europeia

1. O Tribunal de Justiça, incluindo o Tribunal de Grande Instância, garante o respeito da Constituição e do direito da União.

Os Estados-Membros estabelecem as vias de recurso necessárias para assegurar uma protecção jurisdicional efectiva no domínio do direito da União.

2. O Tribunal de Justiça é composto por um juiz de cada Estado-Membro e é assistido por advogados-gerais. O Tribunal de Grande Instância é constituído, no mínimo, por um juiz de cada Estado-Membro, sendo o número de juízes fixado no Estatuto do Tribunal de Justiça. Os juízes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Grande Instância, bem como os advogados-gerais do Tribunal de Justiça, escolhidos entre personalidades que ofereçam todas as garantias de independência e reúnam as condições exigidas no artigo [XX] da Parte II, são nomeados, de comum acordo, pelos Governos dos Estados-Membros, por um mandato de seis anos¹. Os membros cessantes podem ser nomeados de novo.
3. O Tribunal de Justiça é competente para:
 - decidir sobre os recursos interpostos pela Comissão, por um Estado-Membro, por uma Instituição ou por pessoas singulares e colectivas nos casos referidos e segundo as modalidades previstas no artigo [YY] da Parte II;
 - decidir a título prejudicial, a pedido dos órgãos jurisdicionais nacionais, sobre a interpretação do direito da União ou sobre a validade dos actos aprovados pelas Instituições;
 - decidir sobre os recursos contra decisões proferidas pelo Tribunal de Grande Instância ou, excepcionalmente, reapreciar essas decisões, nas condições previstas no Estatuto do Tribunal de Justiça.

¹ Quanto ao Tribunal de Justiça, o Círculo de Reflexão presidido por António Vitorino analisou igualmente a possibilidade de um mandato de nove ou doze anos, não renovável.

Artigo I-29.º: Banco Central Europeu

1. O Banco Central Europeu dirige o sistema europeu de bancos centrais, de que faz parte juntamente com os bancos centrais nacionais.
2. O Banco tem como principal objectivo manter a estabilidade dos preços. Sem prejuízo do objectivo de estabilidade dos preços, o Banco presta apoio às políticas económicas gerais na União, a fim de contribuir para a realização dos objectivos da União.
3. O Banco define e executa a política monetária da União. A ele cabe exclusivamente o direito de autorizar a emissão do euro, moeda da União. Conduz todas as outras missões de um banco central, em conformidade com o disposto na Parte III da Constituição.
4. O Banco goza de personalidade jurídica. É independente no exercício dos seus poderes e nas suas finanças. As Instituições e os órgãos da União, bem como os Governos dos Estados-Membros, comprometem-se a respeitar este princípio.
5. O Banco aprova as medidas necessárias ao desempenho das suas missões, em conformidade com o disposto nos artigos [A-B] da Parte III da Constituição e de acordo com as condições estabelecidas nos Estatutos do Banco e do sistema europeu de bancos centrais. Em conformidade com essas mesmas disposições, os Estados-Membros que não tenham adoptado o euro, bem como os respectivos bancos centrais, conservam as suas competências no domínio monetário.
6. Nos domínios da sua competência, o Banco é consultado sobre qualquer projecto de acto da União, bem como sobre qualquer projecto de regulamentação a nível nacional, e pode apresentar pareceres.
7. Os órgãos do Banco, a sua composição e as modalidades de funcionamento são definidas nos artigos X a Y da Parte III, bem como no Estatuto do Banco.

Artigo I-30.º: Tribunal de Contas

1. O Tribunal de Contas efectua a fiscalização das contas.
2. O Tribunal de Contas examina as contas da totalidade das receitas e despesas da União e garante a boa gestão financeira.
3. O Tribunal de Contas é composto por um nacional de cada Estado-Membro. Os seus membros exercem as suas funções com total independência.

Artigo I-31.º: Órgãos consultivos da União

1. O Parlamento Europeu, o Conselho de Ministros e a Comissão são assistidos por um Comité das Regiões e por um Comité Económico e Social, que exercem funções consultivas.
2. O Comité das Regiões é composto por representantes das autarquias regionais e locais, quer titulares de um mandato a nível regional ou local, quer politicamente responsáveis perante uma assembleia eleita.
3. O Comité Económico e Social é composto por representantes das organizações de empregadores, de trabalhadores e de outros actores da sociedade civil representativa, em especial nos domínios socioeconómico, cívico, profissional e cultural.
4. Os membros do Comité das Regiões e do Comité Económico e Social não devem estar vinculados a quaisquer instruções. Exercem as suas funções com total independência, no interesse geral da União.
5. As regras relativas à composição destes Comités, à designação dos seus membros, às suas atribuições e ao seu funcionamento são definidas nos artigos XY da Parte III da Constituição. As regras relativas à composição serão revistas periodicamente pelo Conselho, sob proposta da Comissão, por forma a acompanhar a evolução económica, social e demográfica da União.

TÍTULO V: EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS DA UNIÃO

Capítulo I: Disposições comuns

Artigo I-32.º: Actos jurídicos da União

1. No exercício das competências que lhe são atribuídas na Constituição, a União utiliza como instrumentos jurídicos, em conformidade com o disposto na Parte III, a lei europeia, a lei-quadro europeia, o regulamento europeu, a decisão europeia, as recomendações e os pareceres.

A lei europeia é um acto legislativo de carácter geral. É obrigatória em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

A lei-quadro europeia é um acto legislativo que vincula o Estado-Membro destinatário quanto ao resultado a alcançar, deixando, no entanto, às instâncias nacionais a competência quanto à escolha da forma e dos meios.

O regulamento europeu é um acto não legislativo de carácter geral destinado a dar execução aos actos legislativos e a certas disposições específicas da Constituição. Pode ser obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros, ou vincular os Estados-Membros destinatários quanto ao resultado a alcançar, deixando, no entanto, às instâncias nacionais a competência quanto à escolha da forma e dos meios.

A decisão europeia é um acto não legislativo obrigatório em todos os seus elementos. Quando designa destinatários, só para estes é obrigatória.

As recomendações e os pareceres aprovados pelas Instituições não têm efeito vinculativo.

2. Sempre que lhes seja submetida uma proposta de acto legislativo, o Parlamento Europeu e o Conselho abster-se-ão de adoptar actos que não estejam previstos pelo presente artigo no domínio em questão.

Artigo I-33.º: Actos legislativos

1. A lei e lei-quadro europeias são adoptadas, sob proposta da Comissão, conjuntamente pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, de acordo com as regras do processo legislativo ordinário, previstas no artigo [ex-artigo 251.º]. Se as duas Instituições não chegarem a acordo, o acto em questão não será adoptado.

Nos casos especificamente previstos no artigo [...] da Parte III, a lei e lei-quadro podem ser adoptadas por iniciativa de um grupo de Estados-Membros, de acordo com o artigo [ex-artigo 251.º].

2. Nos casos específicos previstos pela Constituição, as leis e leis-quadro europeias são adoptadas pelo Parlamento Europeu, com a participação do Conselho, ou pelo Conselho, com a participação do Parlamento Europeu, de acordo com processos legislativos especiais.

Artigo I-34.º: Actos não legislativos

1. O Conselho e a Comissão adoptam regulamentos europeus ou decisões europeias nos casos previstos nos artigos I-35.º e I-36.º, bem como nos casos especificamente previstos na Constituição. O Banco Central Europeu adopta regulamentos europeus e decisões europeias, quando para tal for autorizado pela Constituição.
2. O Conselho e a Comissão, bem como o Banco Central Europeu quando para tal for autorizado pela Constituição, estão habilitados a adoptar recomendações.

Artigo I-35.º: Regulamentos delegados

1. As leis e leis-quadro europeias podem delegar na Comissão o poder de adoptar regulamentos delegados que completem ou alterem certos elementos não essenciais da lei ou da lei-quadro.

As leis e leis-quadro delimitam explicitamente os objectivos, o conteúdo, os limites e o período de vigência da delegação. Os elementos essenciais de um domínio não podem ser objecto de delegação, ficando reservados para a lei ou para a lei-quadro.

2. As leis e leis-quadro determinam explicitamente as condições de aplicação a que a delegação fica sujeita. Essas condições podem consistir nas seguintes possibilidades:

- o Parlamento Europeu ou o Conselho podem decidir revogar a delegação;
- o regulamento delegado só pode entrar em vigor se, no prazo fixado pela lei ou pela lei-quadro, nem o Parlamento Europeu nem o Conselho formularem objecções;

Para efeitos do parágrafo anterior, o Parlamento Europeu delibera por maioria dos membros que o compõem e o Conselho delibera por maioria qualificada.

Artigo I-36.º: Actos de execução

1. Os Estados-Membros tomarão todas as medidas de direito interno necessárias à execução dos actos juridicamente obrigatórios da União.
2. No caso de serem necessárias condições uniformes de execução dos actos obrigatórios da União, tais actos poderão conferir competências de execução à Comissão ou, em casos específicos e nos casos previstos no artigo I-39.º, ao Conselho.
3. A lei definirá previamente as regras e os princípios gerais relativos aos mecanismos de controlo que os Estados-Membros poderão aplicar aos actos de execução da União.
4. Os actos de execução da União assumirão a forma de regulamentos europeus de execução ou de decisões europeias de execução.

Artigo I-37.º: Princípios comuns aos actos jurídicos da União

1. Sempre que a Constituição o não estipule especificamente, as Instituições decidirão, no respeito pelos procedimentos aplicáveis, do tipo de acto a adoptar em cada caso, de acordo com o princípio da proporcionalidade previsto no artigo I-9.º.
2. As leis europeias, as leis-quadro europeias, os regulamentos europeus e as decisões europeias serão fundamentados e visarão as propostas ou pareceres previstos na presente Constituição.

Artigo I-38.º: Publicação e entrada em vigor

1. As leis europeias e as leis-quadro europeias adoptadas de acordo com o processo legislativo ordinário são assinadas pelo Presidente do Parlamento Europeu e pelo Presidente do Conselho. Nos restantes casos, são assinadas pelo Presidente do Conselho ou pelo Presidente do Parlamento Europeu. As leis da União Europeia e as leis-quadro da União Europeia são publicadas no Jornal Oficial da União Europeia e entram em vigor na data por elas fixada ou, caso esta seja omissa, no vigésimo dia subsequente ao da publicação.
2. Os regulamentos europeus e as decisões europeias que não indiquem destinatário ou que tenham por destinatários todos os Estados-Membros são assinados pelo Presidente da Instituição que os adoptar, são publicados no Jornal Oficial da União Europeia e entram em vigor na data por eles fixada ou, caso esta seja omissa, no vigésimo dia subsequente ao da publicação.
3. As restantes decisões são notificadas aos respectivos destinatários e produzem efeitos mediante essa notificação.

Capítulo II: Disposições específicas

Artigo I-39.º- Disposições específicas relativas à execução da Política Externa e de Segurança Comum

1. A União Europeia conduzirá uma política externa e de segurança comum baseada no desenvolvimento da solidariedade política mútua entre os Estados-Membros, na identificação das questões que se revistam de interesse geral e na realização de um crescente grau de convergência das acções dos Estados-Membros.
2. O Conselho Europeu identificará os interesses estratégicos da União e fixará os objectivos da sua Política Externa e de Segurança Comum. O Conselho de Ministros elaborará essa política no quadro das orientações estratégicas estabelecidas pelo Conselho Europeu e de acordo com as modalidades previstas na Parte III da Constituição.

3. O Conselho Europeu e o Conselho de Ministros adoptarão as decisões necessárias.
4. A Política Externa e de Segurança Comum será posta em prática pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da União e pelos Estados-Membros, utilizando os meios nacionais e os da União.
5. Os Estados-Membros concertar-se-ão no âmbito do Conselho e do Conselho Europeu sobre todas as questões de política externa e de segurança que se revistam de interesse geral, a fim de definir uma abordagem comum. Antes de empreenderem qualquer acção no plano internacional ou de assumirem qualquer compromisso que possa afectar os interesses da União, os Estados-Membros consultarão cada um dos outros no âmbito do Conselho ou do Conselho Europeu. Os Estados-Membros assegurarão, através da convergência das suas acções, que a União possa defender os seus interesses e valores no plano internacional. Os Estados-Membros serão solidários entre si.
6. O Parlamento Europeu será regularmente consultado sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da Política Externa e de Segurança Comum e mantido ao corrente da sua evolução.
7. Em matéria de Política Externa e de Segurança Comum, o Conselho Europeu e o Conselho de Ministros adoptarão decisões por unanimidade, com excepção dos casos previstos na Parte III da Constituição. Pronunciar-se-ão sob proposta de um Estado-Membro, do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União, ou do Ministro com o apoio da Comissão. As leis e as leis-quadro ficam excluídas.
8. O Conselho Europeu poderá decidir, por unanimidade, que o Conselho delibere por maioria qualificada em casos não previstos na Parte III da Constituição.

Artigo I-40.º: Disposições específicas de execução da Política de Defesa Comum

1. A Política de Segurança e Defesa Comum faz parte integrante da Política Externa e de Segurança Comum e garante à União uma capacidade operacional apoiada em meios civis e militares. A União pode empregá-los em missões no exterior a fim de assegurar a manutenção da paz, a prevenção de conflitos e o reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas. A execução destas tarefas assenta nas capacidades fornecidas pelos Estados-Membros.
2. A Política de Segurança e Defesa Comum incluirá a definição gradual de uma política de defesa comum da União; esta conduzirá a uma defesa comum, logo que o Conselho Europeu o decida, deliberando por unanimidade. Neste caso, o Conselho Europeu recomendará aos Estados-Membros que adotem uma decisão nesse sentido, nos termos das respectivas normas constitucionais.

A política da União, na acepção do presente artigo, não afectará o carácter específico da política de segurança e de defesa de determinados Estados-Membros, respeitará as obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte para certos Estados-Membros que vêm a sua defesa comum realizada no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e será compatível com a política comum de segurança e defesa adoptada nesse âmbito.

3. Com vista à execução da Política de Segurança e Defesa Comum os Estados-Membros porão à disposição da União capacidades civis e militares de modo a contribuir para os objectivos definidos pelo Conselho. Os Estados-Membros que constituam entre si forças multinacionais poderão igualmente colocar essas forças à disposição da Política de Segurança e Defesa Comum.

Os Estados-Membros comprometem-se a melhorar progressivamente as suas capacidades militares. Será instituída uma Agência Europeia de Armamento, de Investigação e de Capacidades Militares para identificar as necessidades operacionais, promover as medidas necessárias para as satisfazer, contribuir para identificar e, sendo caso disso, executar todas as medidas úteis para reforçar a base industrial e tecnológica do sector da defesa, participar na definição de uma política europeia de capacidades e de armamento e prestar assistência ao Conselho na avaliação do melhoramento das capacidades militares.

4. As decisões relativas à execução da Política de Segurança e Defesa Comum, incluindo as que digam respeito ao lançamento de uma missão referida no presente artigo, serão adoptadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União ou de um Estado-Membro. O Ministro dos Negócios Estrangeiros pode propor que se recorra aos meios nacionais e aos instrumentos da União, sendo caso disso, em conjunto com a Comissão.
5. O Conselho pode confiar a realização de uma missão, no âmbito da União, a um grupo de Estados-Membros, a fim de preservar os valores da União e servir os seus interesses. A realização dessa missão reger-se-á pelo disposto no artigo [...] da Parte III, Título B, da Constituição.
6. Os Estados-Membros que preencham elevados critérios em termos de capacidades militares e que tenham assumido entre si compromissos mais vinculativos nesta matéria, tendo em vista a realização das missões mais exigentes, estabelecerão uma cooperação estruturada no âmbito da União. Essa cooperação reger-se-á pelo disposto no artigo [...] da Parte III, Título B, da Constituição.

7. Enquanto o Conselho Europeu não tiver deliberado de acordo com o n.º 2 do presente artigo, será instituída uma cooperação mais estreita, no âmbito da União, em matéria de defesa mútua. A título dessa cooperação, caso um dos Estados que nela participam seja alvo de uma agressão armada no seu território, os outros Estados participantes prestar-lhe-ão ajuda e assistência por todos os meios ao seu alcance, militares e outros, em conformidade com o disposto no artigo 51.º da Carta das Nações Unidas. Ao estreitarem a sua cooperação no domínio da defesa mútua, os Estados-Membros participantes cooperarão estreitamente com a Organização do Tratado do Atlântico Norte. As regras de participação e funcionamento, bem como os processos de decisão inerentes a esta cooperação, constam do artigo [...] da Parte III, Título B, da Constituição.
8. O Parlamento Europeu será regularmente consultado sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da Política de Segurança e Defesa Comum e mantido ao corrente da sua evolução.

Artigo I-41.º: Disposições específicas de execução do espaço de liberdade, de segurança e de justiça

1. A União constitui um espaço de liberdade, de segurança e de justiça:
 - através da aprovação de leis europeias e leis-quadro europeias destinadas, se necessário, a aproximar as legislações nacionais nos domínios enumerados na Parte III da Constituição;
 - promovendo a confiança mútua entre as autoridades competentes dos Estados-Membros, em especial com base no reconhecimento mútuo das decisões judiciais e extrajudiciais;
 - através da cooperação operacional das autoridades competentes dos Estados-Membros, incluindo os serviços policiais, aduaneiros e outros serviços especializados no domínio da prevenção e detecção de infracções penais.

2. No âmbito do espaço de liberdade, de segurança e de justiça, os parlamentos nacionais podem participar nos mecanismos de avaliação previstos no artigo [...] da Parte III da Constituição e são associados ao controlo político das actividades da Eurojust e da Europol, em conformidade com os artigos [...] e [...] da Parte III da Constituição.
3. No domínio da cooperação policial e judiciária em matéria penal, os Estados-Membros dispõem de um direito de iniciativa, em conformidade com o artigo [...] da Parte III da Constituição.

Artigo I-42.º: Cláusula de solidariedade

1. A União e os seus Estados-Membros actuarão em conjunto, num espírito de solidariedade, se um Estado-Membro for alvo de um ataque terrorista ou de uma catástrofe natural ou de origem humana. A União mobilizará todos os instrumentos ao seu dispor, incluindo os meios militares disponibilizados pelos Estados-Membros, para:
 - a) – prevenir a ameaça terrorista no território dos Estados-Membros;
– proteger as instituições democráticas e a população civil de um eventual ataque terrorista;
– prestar assistência a um Estado-Membro no seu território, a pedido das suas autoridades políticas, em caso de ataque terrorista;
 - b) – prestar assistência a um Estado-Membro no seu território, a pedido das suas autoridades políticas, em caso de catástrofe.
2. As modalidades de execução da presente disposição constam do artigo [...] da Parte III, Título B, da Constituição.

Capítulo III: Cooperação reforçada

Artigo I-43.º: Cooperação reforçada

1. Os Estados-Membros que desejem instituir entre si uma cooperação reforçada no âmbito das competências não exclusivas da União podem recorrer às suas instituições e exercer essas competências aplicando as disposições pertinentes da Constituição, dentro dos limites e segundo as modalidades previstas no presente artigo, bem como nos artigos [...] da Parte III da Constituição.

As cooperações reforçadas têm por objecto favorecer a realização dos objectivos da União, preservar os seus interesses e reforçar o processo de integração. Estão abertas a todos os Estados-Membros aquando da sua instituição e estão-no também a qualquer outro momento, nos termos do artigo [...] da Parte III da Constituição.

2. A autorização para proceder a uma cooperação reforçada é concedida pelo Conselho como último recurso, quando tiver sido determinado nesta instância que os objectivos que prossegue não podem ser atingidos, num prazo razoável, pela União no seu conjunto, e desde que reúna, no mínimo, um terço dos Estados-Membros. O Conselho delibera de acordo com o processo previsto no artigo [...] da Parte III da Constituição.
3. Só os representantes dos Estados-Membros participantes numa cooperação reforçada podem intervir na adopção dos actos no âmbito do Conselho. Todos os Estados-Membros podem, todavia, participar nas deliberações do Conselho.

A unanimidade é constituída exclusivamente pelos votos dos Estados participantes. A maioria qualificada é definida como a maioria dos votos dos Estados-Membros participantes, em representação de, no mínimo, três quintos da população desses Estados.

Os actos adoptados no âmbito de uma cooperação reforçada vinculam apenas os Estados-Membros participantes. Não são entendidos como um acervo que deva ser aceite pelos candidatos à adesão à União.

TÍTULO VI: VIDA DEMOCRÁTICA DA UNIÃO

Artigo I-44.º: Princípio da igualdade democrática

Em todas as suas actividades, a União respeita o princípio da igualdade dos seus cidadãos, que beneficiam de igual atenção por parte das Instituições da União.

Artigo I-45.º: Princípio da democracia representativa

1. O funcionamento da União baseia-se no princípio da democracia representativa.
2. Os cidadãos estão directamente representados a nível da União no Parlamento Europeu. Os Estados-Membros estão representados no Conselho Europeu e no Conselho pelos seus governos, que são eles próprios responsáveis perante os parlamentos nacionais, eleitos pelos seus cidadãos.
3. Todos os cidadãos têm o direito de participar na vida democrática da União. As decisões serão tomadas de forma tão aberta e tão próxima dos cidadãos quanto possível.
4. Os partidos políticos de nível europeu contribuem para a formação da consciência política europeia e para a expressão da vontade dos cidadãos da União.

Artigo I-46.º: Princípio da democracia participativa

1. As Instituições da União, recorrendo aos meios adequados, darão aos cidadãos e às associações representativas a possibilidade de expressarem e partilharem publicamente os seus pontos de vista sobre todos os domínios de acção da União.
2. As Instituições da União estabelecerão um diálogo aberto, transparente e regular com as organizações representativas e com a sociedade civil.
3. A fim de assegurar a coerência e a transparência das acções da União, a Comissão procederá a amplas consultas das partes interessadas.

Artigo I-47.º: Parceiros sociais e diálogo social autónomo

A União Europeia reconhece e promove o papel dos parceiros sociais a nível da União, tendo em conta a diversidade dos sistemas nacionais, e facilita o diálogo entre eles, no respeito pela respectiva autonomia.

Artigo I-48.º: Provedor de Justiça Europeu

O Parlamento Europeu nomeia um Provedor de Justiça Europeu, incumbido de receber queixas respeitantes a casos de má administração na actuação das Instituições, órgãos ou agências da União, bem como de proceder a inquéritos e apresentar relatórios sobre essas queixas. O Provedor de Justiça Europeu exerce as suas funções com total independência.

Artigo I-49.º: Transparência dos trabalhos das Instituições da União

1. A fim de promover a boa governação e assegurar a participação da sociedade civil, a actuação das Instituições, órgãos e agências da União pautar-se-á pelo máximo respeito possível pelo princípio de abertura.
2. As sessões do Parlamento Europeu são públicas, assim como as do Conselho, sempre que delibere sobre uma proposta legislativa e proceda à sua adopção.
3. Qualquer cidadã ou cidadão da União ou qualquer pessoa singular ou colectiva com residência ou sede social num Estado-Membro goza do direito de acesso aos documentos – seja qual for a forma em que foram produzidos – das Instituições, agências e órgãos da União, nas condições previstas na Parte III.
4. A lei europeia fixa os princípios gerais e os limites que, por razões de interesse público ou privado, regem o exercício do direito de acesso a esses documentos.
5. Cada Instituição, órgão ou agência a que se refere o n.º 3 estabelece, no respectivo regulamento interno, disposições específicas sobre o acesso aos seus documentos, em conformidade com a lei europeia referida no número anterior.

Artigo I-50.º: Protecção de dados pessoais

1. Todas as pessoas têm direito à protecção dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito.
2. A lei europeia estabelece as normas relativas à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas Instituições, órgãos e agências da União, bem como pelos Estados-Membros no exercício de actividades relativas à aplicação do direito da União, e à livre circulação desses dados. O respeito por essas normas está sujeito ao controlo de uma autoridade independente.

Artigo I-51.º: Estatuto das Igrejas e das organizações não confessionais

1. A União respeita o estatuto de que gozam, ao abrigo do direito nacional, as Igrejas e associações ou comunidades religiosas nos Estados-Membros.
2. A União respeita igualmente o estatuto das organizações filosóficas e não confessionais.
3. No reconhecimento da sua identidade e do seu contributo específico, a União estabelecerá um diálogo aberto, transparente e regular com as referidas Igrejas e organizações.

[Artigo X

1. O Congresso dos Povos da Europa é a instância de encontro e de reflexão da vida política europeia. Reúne-se pelo menos uma vez por ano. As suas sessões são públicas. São convocadas e presididas pelo Presidente do Parlamento Europeu.
2. O Congresso não intervém no processo legislativo da União.
3. O Presidente do Conselho Europeu apresenta um relatório sobre o estado da União. O Presidente da Comissão apresenta o programa legislativo anual.
4. O Congresso é composto, na proporção de um terço, por deputados do Parlamento Europeu e, de dois terços, por representantes dos parlamentos nacionais. O número total não será superior a setecentos.]

TÍTULO VII: AS FINANÇAS DA UNIÃO

Artigo I-52.º: Princípios orçamentais e financeiros

1. Todas as receitas e despesas da União devem ser objecto de previsões para cada exercício orçamental e ser inscritas no Orçamento, em conformidade com as disposições da Parte III da Constituição.
2. O Orçamento deve respeitar o equilíbrio entre as receitas e as despesas.
3. As despesas inscritas no Orçamento são autorizadas para o período do exercício orçamental anual, em conformidade com a lei europeia referida no artigo [ex-279.º].
4. A execução de despesas inscritas no Orçamento requer a adopção prévia de um acto juridicamente obrigatório que confira fundamento jurídico à acção da União e à execução da despesa, em conformidade com a lei europeia referida no artigo [ex-279.º]. O acto em questão deve assumir a forma de lei europeia, de lei-quadro europeia, de regulamento europeu ou de decisão europeia.
5. Para assegurar a manutenção da disciplina orçamental a União não adoptará actos susceptíveis de ter uma incidência significativa no Orçamento sem dar a garantia de que essas propostas ou medidas podem ser financiadas nos limites dos recursos próprios da União e do quadro financeiro plurianual referido no artigo I-54.º.
6. O Orçamento da União é executado de acordo com o princípio da boa gestão financeira. Os Estados-Membros cooperarão com a União a fim de assegurar que as dotações inscritas no Orçamento sejam utilizadas de acordo com os princípios da boa gestão financeira.
7. A União e os Estados-Membros combaterão a fraude e quaisquer outras actividades ilegais lesivas dos interesses financeiros da União, em conformidade com o disposto no artigo [X-280.º] da Parte III.

Artigo I-53.º: Recursos da União

1. A União dotar-se-á dos meios necessários para atingir os seus objectivos e realizar com êxito as suas políticas.
2. O Orçamento da União é integralmente financiado por recursos próprios, sem prejuízo de outras receitas.
3. Uma lei europeia do Conselho fixa o limite dos recursos da União e pode estabelecer novas categorias de recursos ou revogar uma categoria existente. Esta lei só entrará em vigor após a sua aprovação pelos Estados-Membros, de acordo com as respectivas normas constitucionais. O Conselho delibera por unanimidade após consulta ao Parlamento Europeu.
4. Uma lei europeia do Conselho fixa as modalidades dos recursos da União. O Conselho delibera após aprovação do Parlamento.

Artigo I-54.º: Quadro financeiro plurianual

1. O quadro financeiro plurianual destina-se a garantir que as despesas da União sigam uma evolução ordenada dentro dos limites dos recursos próprios. O quadro financeiro plurianual fixa os montantes dos limites máximos anuais das dotações para autorização por categoria de despesa, de acordo com as disposições do artigo [...] da Parte III.
2. Uma lei europeia do Conselho fixa o quadro financeiro plurianual. O Conselho delibera após aprovação do Parlamento Europeu, que se pronuncia por maioria dos membros que o compõem.
3. O Orçamento anual da União respeita o quadro financeiro plurianual.

Artigo I-55.º: Orçamento da União

A lei europeia que fixa o Orçamento anual da União é adoptada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, sob proposta da Comissão, de acordo com as regras previstas no artigo [ex-272.º].

TÍTULO VIII: A UNIÃO E A SUA ENVOLVENTE IMEDIATA

Artigo I-56.º: A União e a sua envolvente imediata

1. A União desenvolve relações privilegiadas com os Estados na sua vizinhança, a fim de criar um espaço de prosperidade e boa vizinhança, fundado nos valores da União e caracterizado por relações estreitas e pacíficas, baseadas na cooperação.
2. Para o efeito, a União pode celebrar e aplicar acordos específicos com os países interessados, nos termos do disposto no artigo [...]da Parte III da Constituição. Esses acordos podem incluir direitos e obrigações recíprocos, bem como a possibilidade de realizar acções em comum. A sua aplicação será acompanhada de [consultas] periódicas.

TÍTULO IX: PERTENÇA À UNIÃO

Artigo I-57.º: Critérios de elegibilidade e processo de adesão à União

1. A União está aberta a todos os Estados europeus que respeitem os valores a que se refere o artigo 2.º, e se comprometam a promovê-los em comum.
2. Qualquer Estado europeu que deseje tornar-se membro da União pode dirigir ao Conselho um pedido nesse sentido. O Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais dos Estados-Membros serão informados desse pedido. O Conselho pronuncia-se por unanimidade, depois de consultar a Comissão e após aprovação do Parlamento Europeu. As condições e as modalidades de admissão serão acordadas entre os Estados-Membros e o Estado candidato. Esse acordo será submetido à ratificação de todos os Estados Contratantes, de acordo com as respectivas normas constitucionais.

Artigo I-58.º: Suspensão dos direitos de pertença à União

1. Sob proposta fundamentada de um terço dos Estados-Membros, do Parlamento Europeu ou da Comissão, o Conselho, deliberando por maioria de quatro quintos dos seus membros, e após aprovação do Parlamento Europeu, pode adoptar uma decisão em que constata a existência de um risco manifesto de violação grave de algum dos valores enunciados no artigo 2.º por parte de um Estado-Membro. Antes de proceder a essa constatação, o Conselho deve ouvir o Estado-Membro em questão e, deliberando segundo o mesmo processo, pode dirigir-lhe recomendações.

O Conselho verificará regularmente se continuam válidos os motivos que conduziram a essa constatação.

2. O Conselho Europeu, deliberando por unanimidade, sob proposta de um terço dos Estados-Membros ou da Comissão, e após aprovação do Parlamento Europeu, pode adoptar uma decisão em que constata a existência de uma violação grave e persistente, por parte de um Estado-Membro, de algum dos valores enunciados no artigo 2.º, após ter convidado esse Estado-Membro a apresentar as suas observações sobre a questão.
3. Se tiver sido constatada a existência da violação a que se refere o n.º 2, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode adoptar uma decisão em que suspenda alguns dos direitos decorrentes da aplicação da Constituição ao Estado-Membro em causa, incluindo o direito de voto desse Estado-Membro no Conselho. Ao fazê-lo, o Conselho terá em conta as eventuais consequências dessa suspensão sobre os direitos e obrigações das pessoas singulares e colectivas.

O Estado-Membro em questão continuará, de qualquer modo, vinculado às obrigações que lhe incumbem por força da Constituição.

4. Se se alterar a situação que motivou a imposição das medidas tomadas ao abrigo do n.º 3, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode posteriormente adoptar uma decisão em que altere ou revogue essas medidas.
5. Para efeitos do presente artigo, o Conselho delibera sem tomar em consideração os votos do Estado-Membro em questão. As abstenções dos membros presentes ou representados não impedem a adopção das decisões a que se refere o n.º 2.

O presente número é igualmente aplicável em caso de suspensão do direito de voto nos termos do n.º 3.

6. Para efeitos dos n.ºs 1 e 2, o Parlamento Europeu delibera por maioria de dois terços dos votos expressos representando a maioria dos membros que o compõem.

Artigo I-59.º: Saída voluntária da União

1. Em conformidade com as respectivas normas constitucionais, qualquer Estado-Membro pode decidir retirar-se da União Europeia.
2. Qualquer Estado-Membro que decida retirar-se da União notificará a sua intenção ao Conselho Europeu, que analisará essa notificação. Em função das orientações do Conselho Europeu, a União negociará e celebrará com esse Estado um acordo que estabeleça as condições da sua saída, tendo em conta o quadro das suas futuras relações com a União. Esse acordo será celebrado em nome da União pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, após aprovação do Parlamento Europeu.

O representante do Estado-Membro que pretenda retirar-se da União não participa nas deliberações e decisões do Conselho Europeu ou do Conselho que lhe digam respeito.

3. A presente Constituição deixa de ser aplicável ao Estado em causa a partir da data de entrada em vigor do acordo de saída ou, na falta deste, dois anos após a notificação referida no n.º 2, a menos que o Conselho Europeu, com o acordo do Estado-Membro interessado, decida prorrogar esse prazo.
4. Se um Estado que se tenha retirado da União voltar a pedir a adesão, esse pedido é submetido ao processo previsto no artigo I-57.º.

PROJECTO DE PROTOCOLO RELATIVO AO PAPEL DOS PARLAMENTOS NACIONAIS NA UNIÃO EUROPEIA

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES,

RECORDANDO que a forma como os diferentes parlamentos nacionais exercem o seu controlo sobre a acção dos respectivos governos, no tocante às actividades da União, obedece à organização e à prática constitucionais próprias de cada Estado-Membro,

DESEJANDO, contudo, incentivar uma maior participação dos parlamentos nacionais nas actividades da União Europeia e reforçar a capacidade destes exprimirem as suas opiniões sobre propostas legislativas e outras questões que para eles possam revestir especial interesse,

ACORDARAM nas seguintes disposições, que vêm anexas à Constituição:

I. Informações destinadas aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros

1. A Comissão enviará directamente aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros todos os seus documentos de consulta (livros verdes e livros brancos, bem como comunicações) aquando da sua publicação. O programa legislativo anual e qualquer outro instrumento de programação legislativa ou de estratégia política que a Comissão venha a apresentar ao Parlamento Europeu e ao Conselho, serão também simultaneamente enviados, aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros.
2. Todas as propostas legislativas dirigidas ao Parlamento Europeu e ao Conselho serão simultaneamente enviadas aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros.
3. Os parlamentos nacionais dos Estados-Membros poderão dirigir aos Presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão um parecer fundamentado sobre a conformidade de uma determinada proposta legislativa ~~da Comissão~~ com o princípio da subsidiariedade, de acordo com o procedimento previsto no Protocolo relativo à Aplicação dos Princípios da Subsidiariedade e da Proporcionalidade.

4. Deve mediar um prazo de seis semanas entre a data em que uma proposta legislativa é transmitida pela Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros, nas línguas oficiais da União Europeia, e a data em que a proposta é incluída na ordem do dia do Conselho com vista à sua adopção ou à adopção de uma posição no âmbito de um processo legislativo, sendo admissíveis excepções por motivos de urgência, que deverão ser especificados no acto ou na posição comum. Excepto em casos urgentes devidamente justificados, durante essas seis semanas não poderá verificar-se qualquer acordo sobre a proposta legislativa. Deve mediar um prazo de dez dias entre a inclusão da proposta na ordem do dia do Conselho e a adopção de uma posição comum.
5. As ordens do dia e os resultados das sessões do Conselho, incluindo as actas das sessões em que delibere sobre propostas legislativas, serão transmitidos directa e simultaneamente aos Governos dos Estados-Membros e aos parlamentos nacionais.
6. O Tribunal de Contas enviará o seu relatório anual, em simultâneo, não só ao Parlamento Europeu e ao Conselho mas também, a título de informação, aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros.
7. Nos casos dos parlamentos nacionais bicamerais, estas disposições aplicam-se a ambas as câmaras.

II. Cooperação interparlamentar

8. O Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais definirão em conjunto de que modo poderá ser organizada e promovida, com eficácia e regularidade, a cooperação interparlamentar a nível da União Europeia.
9. A Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos Comunitários, pode submeter ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão qualquer contributo que considere adequado. Além disso, a Conferência promoverá o intercâmbio de informações e de melhores práticas entre os parlamentos dos Estados-Membros e o Parlamento Europeu, inclusive entre as respectivas comissões especializadas. A Conferência pode ainda organizar conferências interparlamentares sobre assuntos específicos, designadamente em matéria de Política Externa e de Segurança Comum e de Política Comum de Segurança e Defesa. ~~Estes~~ Os contributos da Conferência não vincularão de modo algum os parlamentos nacionais, nem condicionarão as suas posições.

PROTOCOLO RELATIVO À APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA SUBSIDIARIEDADE E DA PROPORCIONALIDADE

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES,

DESEJANDO assegurar que as decisões sejam tomadas tão próximo quanto possível dos cidadãos da União;

DETERMINADAS a fixar as condições de aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade consagrados no artigo I/9.º da Constituição, bem como a instituir um sistema de controlo da aplicação dos referidos princípios pelas Instituições:

ACORDARAM nas disposições seguintes, que vêm anexas à Constituição:

1. Cada Instituição assegurará continuamente a observância dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade definidos no artigo I/9.º da Constituição.
2. Antes de propor um acto legislativo, a Comissão procederá a amplas consultas. Tais consultas deverão, se necessário, ter em conta a dimensão regional e local das acções previstas. Em caso de urgência excepcional, a Comissão não procederá a estas consultas, fundamentando a sua decisão na proposta que apresentar.
3. A Comissão enviará todas as suas propostas legislativas e propostas alteradas aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros ao mesmo tempo que ao legislador da União. Logo que sejam aprovadas, as resoluções legislativas do Parlamento Europeu e as posições comuns do Conselho serão enviadas por estas Instituições aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros.

4. A Comissão fundamentará a sua proposta relativamente aos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Todas as propostas legislativas deverão incluir uma ficha com elementos circunstanciados que permitam formular uma apreciação quanto à observância dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. A mesma ficha deverá conter elementos de apreciação do impacto da proposta a nível financeiro, bem como das respectivas implicações, no caso das leis-quadro, para a regulamentação a aplicar pelos Estados-Membros, incluindo, nos casos em que tal se aplique, a legislação regional. As razões que permitam concluir que determinado objectivo da União pode ser alcançado mais adequadamente ao nível desta devem ser corroboradas por indicadores qualitativos e, sempre que possível, quantitativos. A Comissão terá em conta a necessidade de assegurar que qualquer encargo, de natureza financeira ou administrativa, que incumba à União, aos governos nacionais, às autoridades regionais ou locais, aos agentes económicos e aos cidadãos, seja o menos elevado possível e proporcional ao objectivo a alcançar.
5. O parlamento nacional de qualquer dos Estados-Membros ou qualquer das câmaras de um parlamento nacional poderá, num prazo de seis semanas a contar da data de envio da proposta legislativa da Comissão, dirigir aos Presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão um parecer fundamentado em que exponha as razões pelas quais considera que a proposta em questão não está em conformidade com o princípio da subsidiariedade. Cabe a cada um dos parlamentos nacionais ou a cada uma das câmaras de um parlamento nacional consultar, nos casos pertinentes, os parlamentos regionais com competências legislativas.
6. O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão terão em conta os pareceres fundamentados emitidos pelos ~~dos~~ parlamentos nacionais dos Estados-Membros ou por uma câmara desses parlamentos.

Os parlamentos nacionais dos Estados-Membros cujo sistema parlamentar seja unicameral dispõem de dois votos, ao passo que cada uma das câmaras de um sistema parlamentar bicameral dispõe de um voto.

No caso de os pareceres fundamentados sobre o facto de uma proposta da Comissão não respeitar o princípio da subsidiariedade representarem pelo menos um terço do total dos votos atribuídos aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros e às câmaras dos parlamentos nacionais, a Comissão deve analisar de novo a sua proposta. Este limiar é de pelo menos um quarto quando se tratar de uma proposta da Comissão ou de uma iniciativa emanada de um grupo de Estados-Membros em conformidade com o disposto no artigo [...] do Capítulo X da Parte III da Constituição, relativo ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça.

Logo que a Comissão tenha analisado de novo a sua proposta, pode decidir mantê-la, alterá-la ou retirá-la, fundamentando a sua decisão.

7. O Tribunal de Justiça é competente para apreciar os recursos interpostos nos termos do disposto no artigo [230.º] pelos Estados-Membros, ou por eles transmitidos, em conformidade com o respectivo ordenamento jurídico interno, em nome de um parlamento nacional de um Estado-Membro ou de uma câmara desse parlamento, alegando que um acto legislativo viola o princípio da subsidiariedade.

Nos termos do mesmo artigo da Constituição, o Comité das Regiões pode igualmente interpôr recursos desta natureza relativamente aos actos para cuja adopção a Constituição preveja que seja consultado.

8. A Comissão apresentará anualmente ao Conselho Europeu, ao Parlamento Europeu, ao Conselho e aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros um relatório sobre a aplicação do n.º 3 do artigo 8.º da Constituição. Este relatório anual será igualmente enviado ao Comité das Regiões e ao Comité Económico e Social.

PROJECTO DE TEXTO COM OBSERVAÇÕES

TÍTULO I: DEFINIÇÃO E OBJECTIVOS DA UNIÃO

Artigo I-1.º: Estabelecimento da União

1. Inspirada na vontade dos **cidadãos** ~~povos~~ e dos Estados da Europa de construírem o seu futuro comum, a presente Constituição estabelece ~~uma~~ a União **Europeia** ~~[designada...]~~, **a que os Estados-Membros conferem competências para alcançarem os seus objectivos comuns. A União Europeia coordena as políticas dos Estados-Membros que visam alcançar tais objectivos e exerce em moldes comunitários as competências que aqueles lhe transferem na qual são coordenadas as políticas dos Estados-Membros, e que gere, em moldes federais, determinadas competências comuns.**
- ~~2. — A União respeita a identidade nacional dos seus Estados-Membros.~~
2. ~~A União está aberta a todos os Estados europeus cujos povos comunguem dos mesmos seus valores, e que os respeitem e se comprometam a promovê-los em comum.~~
A União está aberta a todos os Estados europeus que respeitem os seus valores e se comprometam a promovê-los em comum.

Observações

Ad n.º 1:

1. *A formulação da versão revista agora proposta atende às múltiplas sugestões dos Convencionais:*

- evitar o termo "moldes federais", que, embora parecesse pertinente como termo descritivo em várias línguas e aos olhos de numerosos Convencionais, convocaria conotações muito diferentes nas diversas línguas da União, podendo por isso ser motivo de mal-entendidos em certos países (Hain + Kohout + Franleitner + Hololei + Kirkhope + Hübner (substituir por "no interesse comum") + Fini + Vanhanen + Kiljunen + Olesky + Costa + 3 Convencionais portugueses + Korčok + Würmeling + Altmaier + Kacin + Horvat + Schlüter + Queiró + Rupel + Tomlinson + Muscardini + Oguz + Hololei + Kelam + 3 Convencionais + Schlüter). O termo alternativo "moldes comunitários" foi sugerido por vários Convencionais.
- exprimir a dupla legitimidade da União baseada nos cidadãos e nos Estados (alterações Duhamel + 6, Brok + 12, Palacio, Follini, Korčok, Arabadjiev, Fischer, Katiforis, Szajer, Paciotti, Spini, Puwak, Meyer, Voggenhuber + 1, Mac Cormick, Nagy);
- exprimir claramente que a União age exclusivamente com base em competências conferidas pelos Estados-Membros e não pela Constituição enquanto tal (alterações Hain e outros);
- referir que cabe à União coordenar políticas (ver alterações Duhamel + 6, Haenel + Badinter + Michel + 5).
- não dar a impressão de que **todas** as políticas dos Estados-Membros são coordenadas pela União (alterações Farnleitner + Michel + 5);
- foram também tidas em conta algumas sugestões de redacção.

O Praesidium considera que a fórmula "uma união cada vez mais estreita" dos Tratados actuais, cuja inserção no artigo 1.º foi pedida por várias alterações (Villepin, Michel + 5, Lopes, Van Lancker, Kohout, Fini, Lequiller, Kuneva, Fischer, Severin, Brok + 12), poderá ter cabimento no preâmbulo.

Ad n.º 2:

Substituído pelo novo artigo 3.º-B (vide infra), que funde este número com o antigo n.º 6 do artigo 9.º.

Ad n.º 3 (que passa a n.º 2):

Na sequência de numerosas alterações (Berger + 2, Timmermans + 3, Queiró, Brok + 34, Roche, Fischer, Svensson, Hjelm-Wallén + 3, Hain, de Vries + de Bruijn, Bonde + Heathcoat-Amory), a nova fórmula esclarece que os critérios de adesão são os do actual Tratado UE.

Artigo I-2.º: Valores da União

A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, do Estado de direito, e do respeito pelos direitos do Homem. **Estes valores** ~~que~~ são comuns aos Estados-Membros, **numa sociedade**. ~~Visa ser uma sociedade pacífica que pratica a~~ **caracterizada pelo pluralismo**, a tolerância, a justiça, **a igualdade**, a solidariedade **e a não-discriminação**.

Observações:

O segundo período foi reformulado para evitar a impressão de que enunciaria objectivos da União.

A alteração principal deste artigo consiste em nele integrar as noções da igualdade e da não discriminação, como muitos Convencionais pediram através de alterações e quando da sessão plenária adicional de 26 de Março último (alt. Duhamel + 9, Andukaitis, Michel + 5, Paciotti + Spini, Katiforis, Voggenhuber + Lichtenberger, Giannakou, Einem, Tiilikainen, Kiljunen + Vanhanen, Svensson, Palacio, Kaufmann, Andriukaitis + 4). Como é evidente, as duas noções encerram em particular a igualdade entre mulheres e homens, mencionada mais especificamente no artigo 3.º.

Além disso, foram acolhidas sugestões de que se inserisse o pluralismo no artigo.

Artigo I-3.º: Objectivos da União

1. A União tem por objectivo promover a paz, os seus valores e o bem-estar dos seus povos.
2. A União ~~constituirá~~ **proporcionará aos seus cidadãos** um espaço de liberdade, de segurança e de justiça **sem fronteiras internas e um mercado único em que a concorrência é livre e não falseada**, ~~no qual serão desenvolvidos os seus valores comuns e será respeitada a riqueza da sua diversidade cultural.~~
3. A União procurará criar uma Europa de desenvolvimento sustentável assente no crescimento económico equilibrado, numa economia social de mercado que visa o pleno emprego e o progresso social.

Visa também um elevado nível de protecção e de melhoramento da qualidade do ambiente e fomentará o progresso científico e tecnológico.

Combaterá a exclusão social e promoverá a justiça e a protecção social, a igualdade entre mulheres e homens, a solidariedade entre gerações e a protecção dos direitos das crianças.

Promoverá ainda a coesão económica, social e territorial, e a solidariedade entre os Estados-Membros.

A União respeitará a riqueza da sua diversidade cultural e linguística e velará pela salvaguarda e pelo desenvolvimento do património cultural europeu.

3. ~~A União procurará criar uma Europa de desenvolvimento sustentável assente no crescimento económico equilibrado e na justiça social, com um mercado único livre e uma união económica e monetária, que vise o pleno emprego e gere elevados níveis de competitividade e padrões de vida. Promoverá a coesão económica e social, a igualdade entre homens e mulheres e a protecção ambiental e social, e fomentará o avanço científico e tecnológico, incluindo a exploração espacial. Incentivará a solidariedade entre as gerações e entre os Estados, bem como a igualdade de oportunidades para todos.~~
4. ~~Na defesa da independência e dos interesses da Europa, a União esforçar-se-á por promover os seus valores em todo o mundo. Nas suas relações com o resto do Mundo, a União~~ **afirmará e promoverá os seus valores e interesses.** Contribuirá **para a paz, para a segurança,** para o desenvolvimento sustentável do planeta, para a solidariedade e o respeito mútuo entre os povos, **para o comércio livre e equitativo,** para a erradicação da pobreza e para a protecção dos direitos **humanos, em especial** das crianças, e para a rigorosa observância **e desenvolvimento do** ~~dos compromissos jurídicos assumidos a nível~~ **direito internacional, incluindo o respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas e para a** paz entre os Estados.
5. Estes objectivos serão prosseguidos pelos meios adequados, em função das competências que para o efeito sejam atribuídas à União na presente Constituição.

Observações

Em face do grande número de alterações relativas aos n.ºs 2 e 3 deste artigo, o Praesidium procedeu a uma reformulação destes dois números, no intuito de atender ao máximo possível de alterações e de intervenções, sem deixar de procurar preservar, ou até melhorar, a legibilidade do texto e os equilíbrios políticos.

Assim, o novo texto atende nomeadamente às sugestões que visam:

- *estabelecer uma separação entre a noção de espaço de liberdade, de segurança e de justiça e a de diversidade cultural, cuja combinação foi alvo de críticas.*
- *deixar claro que é em proveito dos seus cidadãos que a União oferece o espaço de liberdade, de segurança e de justiça, e o mercado único (Brok + 13);*
- *reforçar a fórmula relativa à protecção do ambiente (Hjelm-Wallén + 3 Convencionais, Michel + 5, Voggenhuber + Lichtenberger, Tiilikainen + Peltomäki, Fischer, Svensson, Duff, MacCormick, Thorning-Schmidt, Kaufmann, Santer + 2 Convencionais, Timmermans, Palacio, Skaarup e Dybkjoer);*
- *introduzir a noção de "economia social de mercado", recomendada pelo Grupo de Trabalho XI (ver alterações de Villepin, Farnleitner, Santer + 2, Voggenhuber + Lichtenberger, Duhamel + 9, Nagy, Fischer, Kuneva, MacCormick, Arabajiev, Paciotti + Spini, Kaufmann, Floch, Meyer, Lopez-Garrido, Brok +23 Convencionais), bem como a maioria dos outros elementos sugeridos pelo mesmo Grupo;*
- *introduzir a noção de um mercado único com uma concorrência livre e não falseada (Teufel, Heatchcoat-Amory);*
- *introduzir a noção de "coesão territorial" (alterações Borrel + 2, Cravinho, Chabert, de Villepin, Frendo, Cristina, Kacin, Horvat, Lequiller, Einem, Paciotti + Spini, Serracino-Inglot + Inguanez);*
- *acrescentar a noção de "diversidade linguística" à de diversidade cultural (MacCormick, Borrell + 2, Hübner, Rupel + 1, Eckstein-Kovacs, Haenel + Badinter, Abitbol, Farnleitner, Muscardini, Lequiller, Rubel + Lenarcic, Cushnahan, Queiró. Paralelamente, a fim de preservar o equilíbrio, aditou-se-lhe a noção de património cultural comum (que figura já no Tratado actual) (alteração de Vries + 4);*

- *suprimir os termos "nomeadamente a exploração espacial" (Hjelm-Wallén + 3 Convencionais, Kristensen, Hain, Hololei, Lopes, Svensson, de Vires + 4 Convencionais, Kiljunen + Vanhannen, Duff, Einem, Wittbrodt, Queiró, Heathcoat-Amory, Kohout, Meyer, Muscardini e Fogler);*
- *referir os direitos das crianças não só no contexto da acção externa da União, mas também da sua acção interna.*

O Praesidium sublinha que este artigo tem subjacente a lógica de que os diversos conceitos genéricos utilizados para definir concisa e legivelmente os objectivos fundamentais da União, que por vezes são conceitos novos relativamente aos Tratados actuais, devem ser interpretados como abrangendo um certo número de políticas e de objectivos mais precisos consagrados na Parte III da Constituição.

Paralelamente, o Praesidium providenciou para que a vários outros elementos sugeridos neste quadro seja dado lugar de destaque na Parte III da Constituição: cf. os artigos III-1.º, III-2.º e III-3.º dessa parte, sobre o "gender mainstreaming", sobre a tomada em conta dos aspectos da protecção do ambiente, e sobre os serviços de interesse geral; bem como a referência à luta contra o racismo e a xenofobia no artigo da Parte III que define os objectivos prosseguidos no âmbito do espaço de liberdade, de segurança e de justiça.

O n.º 4 foi reformulado para atender a numerosas alterações e intervenções em que se pedia que os termos em que se encontra redigido fossem menos "eurocêtricos" e menos defensivos, para que se compreenda bem que a atitude da União continua a ser uma atitude de abertura para o mundo. Várias outras alterações, mais específicas, foram igualmente tidas em conta, nomeadamente uma referência à segurança (cf. alterações Barnier, Demiralp, Figel, Giannakou, Brok + 13, Palacio, Michel + 5, Roche, de Villepin e Kelam), aos direitos humanos (Farnleitner, Voggenhuber + Lichtenberger, Michel + 5, Lequiller, Duff, MacCormick, Serracino-Inglott, Hjelm-Wallén + 3, Nagy, Kaufmann e Tomlinson), à observância e ao desenvolvimento do direito internacional, nomeadamente da Carta das Nações Unidas (Lopes, Michel + 5, Svensson, Hjelm-Wallén + 3, Paciotti + Spini e Dini), bem como ao comércio livre e equitativo (Lennmarker, Brok + 13, Stockton).

Artigo I-4.º: Liberdades fundamentais e não discriminação

- 1. A livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais, bem como a liberdade de estabelecimento, são garantidas pela União no seu território, em conformidade com o disposto na presente Constituição.**
2. No domínio de aplicação da presente Constituição, e sem prejuízo das disposições especiais nela previstas, é proibida toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade.

Observações:

Este novo artigo responde a uma sugestão formulada em diversas alterações e nas sessões suplementares de 5 e 26 de Março, bem como a uma preocupação expressa pelo Presidente do Tribunal de Justiça aquando da sua intervenção perante o Círculo de Reflexão, em 17 de Fevereiro: consagra, assim, as quatro liberdades de circulação fundamentais e a liberdade de estabelecimento, logo no início da primeira parte, o que vem conferir mais visibilidade à sua importância capital no plano jurídico e político. Salienta igualmente, de forma mais acentuada e mais apropriada do que a referência que lhes é feita no artigo sobre as competências exclusivas, constante do anterior projecto, que se trata, acima de tudo, de liberdades fundamentais, isto é, de garantias directamente aplicáveis. Esta qualidade é, de facto, muito mais adequada do que uma limitação da competência legislativa dos Estados-Membros, tal como resultaria da sua inserção entre as competências exclusivas. Para efeitos de classificação das competências no Título III, a acção legislativa que dá execução às liberdades fundamentais é abrangida pelo conceito de "mercado interno".

O Praesidium considerou oportuno acrescentar neste artigo a proibição da discriminação em razão da nacionalidade, que figurava no artigo 6.º do anterior projecto. Não foram retomadas as alterações que tinham em vista a supressão desta cláusula na Parte I, pelo facto de ela figurar na Carta. Efectivamente, o Praesidium considera que a manutenção desta cláusula na Parte I se justifica tanto pelo especial valor político desta proibição para a construção europeia como pelo interesse de assegurar a continuidade da jurisprudência respeitante ao artigo 12.º do TCE.

Artigo I-5.º: Relações entre a União e os Estados-Membros

1. **A União respeita a identidade nacional dos seus Estados-Membros, associada à respectiva estrutura política e constitucional fundamental, incluindo no que se refere à autonomia regional e local. Respeita as funções essenciais do Estado, nomeadamente as que se destinam a garantir a integridade territorial, a manter a ordem pública e a salvaguardar a segurança interna.**
2. **Em virtude do princípio da cooperação leal, a União e os Estados-Membros respeitam-se e assistem-se mutuamente no cumprimento das missões decorrentes da Constituição.**

Os Estados-Membros facilitam à União o cumprimento da sua missão e abstêm-se de qualquer medida susceptível de pôr em risco a realização dos objectivos enunciados na Constituição.

Observações:

No seguimento de numerosas sugestões favoravelmente acolhidas nas sessões plenárias suplementares de 5 e 26 de Março, este artigo funde e substitui o n.º 2 do artigo 1.º e o n.º 6 do artigo 9.º do anterior projecto e integra os números relativos à cooperação leal que constavam do antigo projecto de artigo 8.º, enquanto elementos adicionais de um artigo geral sobre as relações da União com os Estados-Membros.

Artigo I-6.º: Personalidade jurídica

A União é dotada goza de personalidade jurídica.

Observações:

Artigo inalterado, por já ter sido aprovado por consenso.

TÍTULO II: DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA DA UNIÃO

Artigo I-7.º: Direitos fundamentais

1. ~~A Carta dos Direitos Fundamentais é parte integrante da Constituição e consta [da segunda parte desta / de protocolo a ela anexo].~~
A União reconhece os direitos, liberdades e princípios que constam da Carta dos Direitos Fundamentais de que é constituída a Parte II da presente Constituição.
2. A União ~~pode aderir~~ **procurará aderir** à Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais. A adesão a esta Convenção não altera as competências da União, tal como definidas ~~pela~~ **na** presente Constituição.
3. Os direitos fundamentais, tal como os garante a Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais e tal como resultam das tradições constitucionais comuns aos Estados-Membros, fazem parte do direito da União como princípios gerais.

Observações:

1. *Atendendo às posições assumidas pela grande maioria dos membros da Convenção, a integração da Carta numa nova Parte II parece ser a solução de compromisso susceptível de reunir um vasto consenso no seio da Convenção.*

A formulação do primeiro número inscreve-se de modo mais apropriado na lógica desta solução do que o projecto anterior. Inspira-se nas alterações de Costa, Eduarda Azevedo, d'Oliveira Martins, Nazaré Pereira, Duhamel + 8, Teufel, Schlüter, Palacio, e corresponde exactamente à última frase do preâmbulo da Carta.

2. *No que se refere à adesão à CEDH, a fórmula adoptada – "A União procurará aderir" – foi apoiada em geral na reunião suplementar que se realizou em 26 de Março (cf. igualmente alt. Kiljunen e Vanhanen, Svensson, Hjelm-Wallén + 4, Van der Linden + 3, Tiilikainen, Brok + 15).*
3. *Quanto às alterações respeitantes à inserção de outros acordos internacionais em matéria de direitos humanos (Söderman, Michel + 5, Paciotti, Kaufmann, Voggenhuber, Lichtenberger, Mac Cormick, Duff + 6, Spini, Nagy), é evidente que este número, tal como alterado pelo Praesidium, não pode ser interpretado no sentido de excluir a possibilidade de aderir a outras convenções sobre direitos humanos, possibilidade essa que é aberta em virtude de outras bases jurídicas previstas na Constituição (a saber, as diversas políticas que têm uma relação com tais convenções, ou ainda a cláusula de flexibilidade do artigo I-17.º). Com efeito, este número pode exigir que a União procure a adesão unicamente no caso específico da CEDH; porém, esta fórmula particular não pretende de modo algum excluir a possibilidade de adesão a outras convenções. Tal como o Praesidium já salientou, a referência única e exclusiva, neste número, à Convenção Europeia dos Direitos do Homem deve-se ao facto de, num parecer de 1996, o Tribunal de Justiça ter negado a competência da Comunidade para aderir à referida Convenção, com base em considerações especificamente relacionadas com a mesma.*

Artigo I-8.º: Cidadania da União

1. Possui a cidadania da União toda a pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro. A cidadania da União acresce à cidadania nacional, e não a substitui. ~~Todas as cidadãs e todos os cidadãos da União são iguais perante a lei.~~
2. As cidadãs e os cidadãos da União gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres previstos na presente Constituição. Assistem-lhes:
 - o direito de circular e permanecer livremente no território dos Estados-Membros;
 - o direito de eleger e ser eleito nas eleições para o Parlamento Europeu, bem como nas eleições municipais do Estado-Membro de residência, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado;
 - o direito de beneficiar, no território de países terceiros em que o Estado-Membro de que são nacionais não se encontre representado, de protecção por parte das autoridades diplomáticas e consulares de qualquer Estado-Membro, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado;
 - o direito de petição perante o Parlamento Europeu e de recorrer ao Provedor de Justiça da União, bem como o direito de escrever às Instituições e aos órgãos consultivos da União numa das línguas da União e de obter uma resposta na mesma língua.
3. Estes direitos são exercidos nas condições e limites definidos pela presente Constituição e pelas normas adoptadas para a respectiva aplicação.

Observações:

A frase "Todas as cidadãs e todos os cidadãos da União são iguais perante a lei" foi suprimida na sequência das críticas de muitos membros da Convenção (alt. Duhamel + 8, Kaufmann, Kiljunen + 1, Figel, Fischer, Brok + 13, Duff + 4); segundo as críticas formuladas, haveria nessa frase um risco de contradição com a Carta, uma vez que esta garante a igualdade perante a lei para todos, e não apenas para os cidadãos.

Em contrapartida, o Praesidium manteve a lista de direitos dos cidadãos que consta do n.º 2 do artigo I-8.º, bem como o n.º 3, relativo às condições e limites, apesar das alterações pelas quais se pretendia evitar redundâncias em relação aos artigos 39.º a 46.º da Carta. Efectivamente, trata-se de direitos que, sendo constitutivos para a própria noção de cidadania da União, devem aparecer no Título da Parte I que define essa noção.

TÍTULO III: COMPETÊNCIAS E ACCÕES DA UNIÃO

Artigo I-9.º: Princípios fundamentais

1. A delimitação **das competências da União rege-se pelo princípio da atribuição**. O exercício das competências da União ~~regem-se~~ **rege-se** pelos princípios ~~da atribuição~~, da subsidiariedade e da proporcionalidade ~~e da cooperação leal~~.
2. ~~De acordo com o~~ **Em virtude do** princípio da atribuição, a União actua nos limites das competências que lhe são atribuídas ~~pela~~ **pelos Estados-Membros na** Constituição, a fim de alcançar os objectivos por esta fixados. As competências não atribuídas à União ~~pela~~ na Constituição pertencem aos Estados-Membros.
3. ~~De acordo com o~~ **Em virtude do** princípio da subsidiariedade, nos domínios que não sejam da sua competência exclusiva, a União intervém apenas quando, e na medida em que, os objectivos da acção projectada não possam ser atingidos de forma suficiente pelos Estados-Membros, **tanto a nível central como a nível regional e local**, podendo embora, devido às dimensões ou aos efeitos da acção projectada, ser alcançados mais adequadamente a nível da União.

As Instituições da União aplicam o princípio da subsidiariedade em conformidade com o Protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, anexo à Constituição. Os parlamentos nacionais velam pela observância deste princípio de acordo com o processo previsto no referido Protocolo.

4. ~~De acordo com o~~ **Em virtude do** princípio da proporcionalidade, o conteúdo e a forma da acção da União não excedem o necessário para atingir os objectivos da Constituição.

As Instituições aplicam o princípio da proporcionalidade em conformidade com o Protocolo referido no n.º 3.

5. ~~De acordo com o princípio da cooperação leal, a União e os Estados-Membros respeitam-se e assistem-se mutuamente no cumprimento das missões decorrentes da Constituição.~~

Observações:

O Praesidium considera importante manter este artigo, uma vez que nele se precisam e definem os princípios que regem tanto a delimitação de competências entre a União e os seus Estados-Membros como o exercício das competências da União, em conformidade com a Declaração de Nice sobre o futuro da União.

Atendendo ao número de alterações que tinham em vista a inclusão, num mesmo artigo, da enumeração, definição e execução desses princípios, os n.ºs 2 e 3 do ex-artigo 9.º foram incorporados no novo artigo I-9.º (Santer e outros, Tiilikainen e Peltomäki, Fischer, Palacio, Farnleitner, Hain, Heathcoat-Amory).

A referência ao princípio da cooperação leal foi suprimida neste artigo (e no artigo seguinte), figurando agora no Título I, num novo artigo I-5.º, juntamente com o princípio do respeito pela identidade nacional. Efectivamente, estes dois princípios extravasam, no seu alcance, o contexto do exercício das competências da União, pelo que o Praesidium considera que devem figurar no Título I da Parte I da Constituição.

N.º 1 do artigo I-9.º

Este número foi alterado para deixar bem claro que, enquanto o princípio da atribuição é aplicável à delimitação de competências, os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade regem o exercício das competências. Foi suprimida a referência ao princípio da cooperação leal, uma vez que este consta do artigo I-5.º da Constituição.

Quanto às alterações no sentido de aditar a este número uma referência aos princípios da coerência e/ou da integração (Ben Fayot, Skaarup, Mac Cormick, Voggenhuber, Lichtenberger, Nagy), os princípios em causa serão incluídos, como cláusula horizontal, na Parte III da Constituição.

N.º 2 do artigo I-9.º

A alteração introduzida nesta disposição visa dar seguimento às alterações propostas no sentido de esclarecer que as competências são atribuídas à União pelos Estados-Membros através da Constituição, e não pela própria Constituição. A primeira alteração é apenas de redacção.

N.º 3 do artigo I-9.º

A única alteração introduzida neste número foi o aditamento de uma referência ao nível regional e local no que respeita ao princípio da subsidiariedade, a fim de dar seguimento às alterações propostas nesse sentido (Teufel, Cushnahan, Duff e outros, Mac Cormick, Farnleitner).

O segundo parágrafo retoma o n.º 2 do artigo 9.º, a fim de dar seguimento às alterações nesse sentido.

É mantida a exclusão da aplicação do princípio da subsidiariedade nos domínios abrangidos pela competência exclusiva, atendendo a que, nesses domínios, só a União pode legislar e adoptar actos juridicamente vinculativos, sendo que os Estados-Membros apenas o podem fazer mediante habilitação da União ou para a execução dos actos desta última. De qualquer modo, continua a aplicar-se, nos domínios de competência exclusiva, o princípio da proporcionalidade, que determina a intensidade da acção da União.

N.º 4 do artigo I-9.º

O segundo parágrafo reproduz o n.º 3 do artigo 9.º, dando seguimento às alterações nesse sentido e àquelas que tinham em vista a inclusão, neste número, de uma referência ao Protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade (Oleksy, Fischer).

N.º 5 do artigo I-9.º

Este número é retomado no novo artigo I-5.º.

A referência ao estatuto das Igrejas e das organizações não confessionais, cujo aditamento foi solicitado por alguns membros (Brok e outros, Heathcoat-Amory, Kaufmann, Einem), figura no Título "Vida democrática".

"Artigo I-10.º: Aplicação dos princípios fundamentais-Direito da União"

1. A Constituição e o direito adoptado pelas Instituições da União no exercício das competências que lhe são atribuídas ~~primam~~ **têm primazia** sobre o direito dos Estados-Membros.

2.4. Os Estados-Membros tomam todas as medidas gerais ou ~~especiais aptas a~~ **específicas necessárias para** garantir a execução das obrigações decorrentes da Constituição ou resultantes dos actos das Instituições da União.

~~2. No exercício das competências não exclusivas da União, as Instituições aplicam o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o Protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade anexo à Constituição. O procedimento previsto nesse Protocolo confere aos Parlamentos nacionais dos Estados-Membros a possibilidade de velarem pela observância do princípio da subsidiariedade.~~

~~3. No exercício das competências da União, as Instituições aplicam o princípio da proporcionalidade, em conformidade com o mesmo Protocolo.~~

~~5. Em conformidade com o princípio da cooperação leal, os Estados-Membros facilitam à União o cumprimento da sua missão e abstêm-se de qualquer medida susceptível de pôr em risco a realização dos objectivos da Constituição. A União actua com lealdade para com os Estados-Membros.~~

~~6. A União respeita a identidade nacional dos seus Estados-Membros associada à respectiva estrutura fundamental e às funções essenciais do Estado, nomeadamente a sua estrutura política e constitucional, incluindo a organização dos poderes públicos a nível nacional, regional e local."~~

Observações:

Foi mantida a referência ao princípio do primado, uma vez que, sendo este um princípio fundamental da ordem jurídica da União, deve ficar definido na Constituição.

Os n.ºs 2 e 3 figuram no artigo I-9.º, ao passo que os n.ºs 5 e 6 constam do novo artigo I-5.º.

Artigo I-11.º: Categorias de competências

1. Sempre que a Constituição atribua à União competência exclusiva num determinado domínio, só ela pode legislar e adoptar actos juridicamente vinculativos, não podendo os Estados-Membros fazê-lo senão mediante habilitação da União **ou para dar execução aos actos por esta adoptados.**
2. Sempre que a Constituição atribua à União uma competência partilhada com os Estados-Membros num determinado domínio, a União e os Estados-Membros têm o poder de legislar e de adoptar actos juridicamente vinculativos nesse domínio. Os Estados-Membros exercem a sua competência ~~apenas quando e~~ na medida em que a União não tenha exercido a sua, **ou tenha decidido deixar de a exercer.**
3. A União dispõe de competência **para assegurar a coordenação das políticas económicas e de emprego dos Estados-Membros.** ~~para coordenar as políticas económicas dos Estados-Membros.~~
4. A União dispõe de competência para definir e implementar uma política externa e de segurança comum, inclusive para definir gradualmente uma política de defesa comum.
5. Em determinados domínios, e nas condições previstas pela Constituição, a União tem competência para levar a cabo acções destinadas a apoiar, coordenar ou completar a acção dos Estados-Membros, sem com isso substituir a competência destes nesses domínios.
6. **A extensão e as modalidades do exercício das competências da União são determinadas pelas disposições específicas a cada domínio da Parte II da Constituição.**
~~A União exerce as suas competências para implementar as políticas definidas na Parte II da Constituição, em conformidade com as disposições específicas a cada domínio nela previstas.~~

N.º 1 do artigo I-11.º

Os termos "ou para dar execução aos actos por esta adoptados" foram aditados para ter em conta o facto de, mesmo nos domínios de competência exclusiva, a execução do direito da União caber em geral aos Estados-Membros, sem necessidade de habilitação conferida pela União, de acordo com o princípio geral enunciado no n.º 2 do artigo I-10.º. Só quando a execução cabe, a título excepcional, à União é que o acto da União prevê explicitamente essa execução. O aditamento ao n.º 1 visa confirmar que a execução do direito da União pelos Estados-Membros num domínio de competência exclusiva não carece de habilitação conferida por esta (à semelhança do que acontece actualmente).

As propostas de alteração destinadas a aditar, nesta disposição, um novo número que mencionasse expressamente que as competências são atribuídas à União pelos Estados-Membros (Hain, Lord Tomlinson, Heathcoat-Amory, Roche) foram contempladas no n.º 2 do artigo I-9.º.

Foi mantida a designação "competências exclusivas", dado que a expressão reflecte melhor o facto de se tratar de domínios em que a União é a única entidade a poder legislar. Além disso, trata-se de uma expressão já consagrada nos Tratados actuais e na jurisprudência do Tribunal de Justiça, contrariamente a "competências próprias".

São contraditórias as propostas de alteração relativas à necessidade de habilitação por parte da União para que os Estados-Membros possam legislar ou adoptar actos juridicamente vinculativos em domínios de competência exclusiva. Enquanto que algumas dessas propostas de alteração solicitam a supressão da referência à necessidade de habilitação por parte da União, outras preconizam uma maior especificação do conteúdo da habilitação. O Praesidium sugere, por conseguinte, que se mantenha a formulação existente, que garante uma certa margem de flexibilidade quanto à forma e ao conteúdo da habilitação por parte da União.

N.º 2 do artigo I-11.º

A nova formulação da última frase deste número vem dar seguimento a várias propostas de alteração (Brok e outros, Teufel, Wuermeling, Altmaier) que solicitam a reformulação dos limites impostos às competências dos Estados-Membros em domínios de competência partilhada. O aditamento introduzido neste número implica que, se a União deixar de exercer a sua competência num domínio de competência partilhada, essa competência passará para os Estados-Membros. Esta nova redacção deverá igualmente corresponder à alteração proposta por J. Fischer no sentido de se alterar o n.º 3 do antigo artigo 12.º.

O Praesidium considera que os domínios de competência partilhada devem continuar a ser definidos como os domínios em que tanto a União como os Estados-Membros têm competência legislativa, e não como os domínios em que a União coordena e fixa as regras gerais. A coordenação das políticas dos Estados-Membros enquadra-se no âmbito desta disposição, dado que a própria noção de coordenação implica que a competência legislativa principal no domínio em causa cabe aos Estados-Membros. Quanto aos termos "fixar regras gerais", muitos são os domínios de competência partilhada em que a acção da União é mais vasta do que o simples estabelecimento de regras gerais. Além disso, se se definissem os domínios de competência partilhada como aqueles em que a União fixa as regras gerais ou coordena as políticas dos Estados-Membros, haveria que criar uma nova categoria de competências para cobrir os domínios em que tanto a União como os Estados-Membros têm competência legislativa.

As propostas de alteração destinadas a prever que, uma vez exercida a competência pela União, os Estados-Membros deveriam respeitar as obrigações fixadas pela Constituição ou pelos actos adoptados pela União (Tiilikainen e Peltomäki, Kuneva, Kiljunen e Vanhanen, Balázs, De Villepin) foram incluídas no artigo I-10.º, que contempla o princípio do primado do direito da União e o princípio segundo o qual os Estados-Membros devem assegurar a execução das obrigações decorrentes da Constituição e dos actos adoptados pela União.

N.º 3 do artigo I-11.º

O Praesidium entende que o carácter específico da coordenação das políticas dos Estados-Membros nos domínios económicos e do emprego merece uma disposição à parte.

As alterações introduzidas nesta disposição visam estabelecer um equilíbrio entre as propostas de alteração que solicitam que este número (tal como o antigo artigo 13.º) reflecta o actual texto das disposições do Tratado relativas à coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros (artigo 99.º do TCE) (Roche, Teufel, Heathcoat-Amory, Fischer, Palacio, Queiró), as propostas que solicitam a supressão deste número e o aditamento da coordenação das políticas entre os domínios de competência partilhada ou entre os domínios de apoio (Tiilikainen e Peltomäki, Kohout, Berès e outros, Hain, Lopes, Duff e outros, Conde de Stokton, Svensson, Kiljunen e Vanhanen, Nagy) e as propostas que solicitam que se retire a competência dos Estados-Membros para coordenarem em conjunto com a União (de Vries e outros).

Foram aceites as propostas de alteração que pedem que se inclua nesta disposição a coordenação das políticas de emprego dos Estados-Membros (Duhamel e outros, Borrell e outros, Gabaglio, Michel e outros), uma vez que, tanto no domínio das políticas económicas como no do emprego, o Tratado prevê expressamente a coordenação das políticas dos Estados-Membros no Conselho e a possibilidade de a União adoptar, respectivamente, orientações e directrizes. As propostas que visavam o aditamento, neste número, da coordenação das políticas sociais (Duhamel e outros, Borrell e outros, Michel e outros, Paciotti e Spini, Lequiller, Santer e outros), foram inseridas no artigo I-14.º.

N.º 4 do artigo I-11.º

O Praesidium considera que o carácter específico das competências da União e dos Estados-Membros no domínio da Política Externa e de Segurança Comum justifica que se mantenha esta disposição como número distinto. Com efeito, tendo em conta a natureza da competência da União neste domínio, torna-se difícil integrá-lo no das competências partilhadas ou como domínio de apoio.

As propostas que solicitavam uma redacção mais circunstanciada das competências da União neste domínio (Hain, Farnleitner, Roche, Brok e outros, Borrell e outros, Santer e outros, Figel ; de Villepin) foram tidas em conta na nova formulação do artigo 14.º.

N.º 5 do artigo I-11.º

A maior parte das propostas de alteração apresentadas sobre este número foi inserida no artigo I-16.º.

Não foi aditada a referência à proibição de harmonização nestes domínios, solicitada por alguns Convencionais (Tiilikainen e Peltomäki; Lopes; Teufel; Kiljunen; Vanhanen), dado que essa referência consta já do n.º 3 do artigo I-16.º.

N.º 6 do artigo I-11.º

Este número foi reformulado de molde a ter em conta, em substância, o n.º 2 do antigo artigo 12.º, entretanto suprimido. A referência às disposições da Parte III abrange não só as competências, mas também as formas e instrumentos de acção previstos nessas disposições.

Artigo I-12.º: Competências exclusivas

1. A União dispõe de competência exclusiva para ~~assegurar a livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais e~~ estabelecer as regras de concorrência no mercado interno, bem como nos seguintes domínios:
 - política monetária para os Estados-Membros que tenham adoptado o euro;
 - política comercial comum;
 - União Aduaneira;
 - conservação dos recursos biológicos do mar, no âmbito da política comum das pescas.

2. A União dispõe de competência exclusiva para celebrar acordos internacionais sempre que tal celebração esteja prevista num acto legislativo da União, seja necessária para dar à União a possibilidade de exercer a sua competência a nível interno, ou afecte um acto interno da União.

N.º 1 do artigo I-12.º

Os domínios a que se refere este número inserem-se actualmente nos domínios de competência exclusiva da União.

O Praesidium considera que a enumeração dos domínios de competência exclusiva (tal como dos domínios das acções de apoio) deve ser limitativa. Em contrapartida, a enumeração dos domínios de competência partilhada não deve ser limitativa, uma vez que esta constitui uma categoria residual. O facto de, nos domínios de competência exclusiva, a União ser a única a poder legislar e adoptar actos juridicamente vinculativos, mais justifica essa enumeração limitativa.

A ordem por que são enumerados os domínios de competência exclusiva foi alterada para que venham enunciadas em primeiro lugar as políticas mais pertinentes do ponto de vista do cidadão.

A livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais foi suprimida no seguimento de várias propostas de alteração que consideram que as quatro liberdades, não constituindo um domínio em si (sendo o domínio o mercado interno), não devem ser incluídas no título consagrado às competências (Hain, Farnleitner, Tiilikainen e Peltomäki, Hjelm-Wallén e outros; Kaufmann e Fischer). O novo artigo I-4.º enuncia as quatro liberdades como liberdades garantidas pela União no seu território.

O Praesidium não aditou novos domínios à lista das competências exclusivas, tendo em conta que os domínios cujo aditamento era proposto por alguns Convencionais ou não constituem domínios em si, mas sim actos que, pela sua natureza, só podem ser adoptados pela União (Orçamento, regras que assegurem o funcionamento das Instituições, estatísticas da União, etc.), ou constituem domínios de competência partilhada, nos termos das actuais disposições da Parte III (política agrícola comum e das pescas, espaço comum de liberdade e de segurança, etc.), ou ainda são aspectos de um domínio mais vasto que é já de competência exclusiva (lei monetária e política de cambial).

Uma vez que, nos domínios de competência exclusiva, a União é a única a poder legislar e adoptar actos juridicamente vinculativos (salvo habilitação), considerou-se que não seria necessário fazer referência específica às disposições da Parte III, já que a questão da delimitação de competências entre a União e os Estados-Membros se coloca sobretudo nos domínios de competência partilhada e nos domínios de apoio. Para todos os efeitos, a referência feita à Parte III no n.º 6 do artigo I-11.º abrange todos os domínios a que se refere o Título III da Parte I, incluindo, portanto, os domínios de competência exclusiva.

N.º 2 do artigo I-12.º

Este número não foi alterado, tendo em conta que foi objecto de um número muito reduzido de propostas de alteração e que reflecte fielmente a jurisprudência do Tribunal de Justiça sobre a competência exclusiva da União para celebrar acordos internacionais.

Artigo I-13.º: Domínios de competência partilhada

1. A União dispõe de uma competência partilhada com os Estados-Membros sempre que a Constituição lhe atribua competência em domínios não contemplados nos artigos I-12.º e I-16.º.
2. ~~A extensão das competências partilhadas da União é determinada pelas disposições da Parte II.~~
3. ~~Num domínio de competência partilhada, os Estados-Membros podem exercer a sua competência sempre que a União não tenha exercido, ou deixe de exercer, a competência que lhe cabe.~~
4. As competências partilhadas entre a União e os Estados-Membros aplicam-se aos principais domínios a seguir enunciados:
 - mercado interno;
 - espaço de liberdade, de segurança e de justiça;
 - agricultura e pescas, **com excepção da conservação dos recursos biológicos do mar**;
 - transportes e redes transeuropeias;
 - energia;
 - política social, **no que se refere aos aspectos definidos na Parte III**;
 - coesão económica e social;
 - ambiente;
 - defesa dos consumidores;
 - ~~saúde pública~~ **questões comuns de segurança em matéria de saúde pública.**
5. Nos domínios da investigação, do desenvolvimento tecnológico e do espaço, a União tem competência para desenvolver acções, nomeadamente **definir e** implementar programas, sem que o exercício dessa competência possa ter por efeito ~~vedar aos~~ **impedir os** Estados-Membros ~~do~~ do direito de exercerem as suas.

6. Nos domínios da cooperação para o desenvolvimento e da ajuda humanitária, a União tem competência para empreender acções e desenvolver uma política comum, sem que o exercício dessa competência possa ter por efeito ~~vedar aos~~ **impedir os** Estados-Membros do direito de exercerem as suas.

Observações

N.º 1 do artigo I-13.º

Tal como afirmado nas observações sobre o artigo I-11.º, o Praesidium entende que os domínios de competência partilhada constituem uma categoria residual comparados com os domínios de competência exclusiva e com os domínios de apoio e que, consequentemente, devem ser enumerados de forma não limitativa em relação a estes últimos.

Considerou-se preferível não aditar nenhuma referência aos artigos I-14.º e I-15.º, pois os domínios abrangidos por esses dois artigos não podem ser claramente definidos como domínios de competência partilhada, nem como domínios das acções de apoio. O aditamento, neste número, de uma referência desse teor implicaria que esses domínios fossem excluídos da categoria das competências partilhadas.

N.º 2 do artigo I-13.º

Este número foi suprimido, dando assim seguimento às propostas de alteração nesse sentido (Hain, Michel e outros, Fini, Lord Tomlinson, Duff e outros, Kaufmann). De qualquer modo, a referência feita à Parte III no n.º 6 do artigo I-11.º cobre também este artigo. O n.º 6 do artigo I-11.º foi reformulado por forma a incluir uma referência tanto à extensão da competência da União como às modalidades de exercício dessa competência.

N.º 3 do artigo I-13.º

A supressão deste número vem no seguimento de numerosas propostas de alteração que o consideram desnecessário (Hain, Palacio, Kohout, Hübner, Lord Tomlinson, Belohorska e outros, Kuneva, Brok e outros, de Villepin, Duff e outros, Kaufmann).

N.º 4 do artigo I-13.º

Este número foi objecto de propostas de alteração divergentes. Por um lado, algumas solicitam a sua supressão por considerarem que as competências partilhadas constituem uma categoria residual em relação às competências exclusivas e aos domínios de apoio, pelo que não seria necessário proceder à elaboração de uma lista de domínios de competência partilhada. Por outro, há propostas que defendem a manutenção da lista, sugerindo que se acrescentem novos domínios ou se suprimam alguns dos que nela são previstos.

O Praesidium sugere que se mantenha a enumeração dos principais domínios de competência partilhada. Com efeito, a maior parte dos domínios de acção da União insere-se na competência partilhada, pelo que uma enumeração deste tipo clarifica quais os domínios a que se refere a Parte III que não são nem de competência exclusiva, nem domínios de apoio e em que, por conseguinte, a capacidade legislativa é partilhada entre a União e os Estados-Membros. Se não se fizesse essa enumeração, seria necessário percorrer todas as disposições da Parte III para identificar quais os principais domínios não abrangidos pelos artigos 11.º e 15.º, que seriam, portanto, de competência partilhada.

O Praesidium não alterou a lista de domínios de competência partilhada que apresentara no seu projecto anterior. As propostas que requerem supressões ou aditamentos à lista são contraditórias: algumas pretendem que se considerem de competência partilhada domínios que outras pretendem considerar domínios de apoio, ou vice-versa. Por outro lado, algumas propostas visam a inclusão na lista de assuntos que não constituem propriamente um domínio, mas apenas parte de um domínio mais vasto (por exemplo, a harmonização da legislação no domínio do mercado interno, que já está contemplada neste último domínio), ou de assuntos abrangidos por vários domínios já incluídos na lista (por exemplo, os serviços de interesse geral, abrangidos, nomeadamente, pelo mercado interno, a saúde, os transportes, etc., ou a luta contra a discriminação, contemplada tanto pela política social como pela Carta dos Direitos Fundamentais). Por último, algumas alterações visam questões que constituem princípios e não domínios (por exemplo, a igualdade mulheres-homens).

O Praesidium procurou esclarecer, contudo, o que faz parte da competência partilhada da União em três dos domínios referidos na lista, ou seja, agricultura e pescas, política social e saúde pública.

Efectivamente, no que diz respeito à agricultura e pescas, excluiu-se a conservação dos recursos biológicos do mar, uma vez que faz parte das competências exclusivas. Quanto à política social, aditou-se, após "política social", "no que se refere aos aspectos definidos na Parte III", no intuito de esclarecer devidamente que a inclusão da política social na lista não implica uma extensão de competências, tendo em conta as particularidades desta política. Por último, em resposta à sugestão de alguns membros da Convenção (Hjelm-Wallén, Petersson), a referência à saúde pública na lista dos domínios de competência partilhada foi alterada de modo a precisar qual o aspecto deste domínio abrangido pelas competências partilhadas, visto que o domínio da saúde pública é em parte abrangido pelas competências partilhadas (alíneas a) e b) do n.º 4 do artigo 152.º) e em parte pelos domínios de apoio (alínea c) do n.º 4 do artigo 152.º). Os aspectos da saúde pública abrangidos pelos domínios de apoio são especificados no artigo I-16.º. Para dar seguimento a estas alterações, o Praesidium propõe que se divida o n.º 4 do artigo 151.º em dois números distintos: um relativo aos aspectos da saúde pública abrangidos pelas competências partilhadas e outro aos aspectos abrangidos pelas acções de apoio.

N.º 5 do artigo I-13.º

O Praesidium incluíra o domínio da investigação, do desenvolvimento tecnológico e do espaço num número separado a fim de destacar as suas especificidades em relação aos domínios enunciados no n.º 4 desta mesma disposição; com efeito, neste domínio, mesmo que a União exerça a sua competência de modo exaustivo, os Estados-Membros mantêm as respectivas competências.

Este número foi alvo de propostas de alteração divergentes. Algumas pretendiam que os domínios da investigação, do desenvolvimento tecnológico e do espaço fossem considerados domínios de competência partilhada e enunciados no n.º 4, ou que fosse suprimida a referência às competências dos Estados-Membros. Outras solicitavam que este número fosse suprimido e que se considerassem a investigação, o desenvolvimento tecnológico e o espaço como domínios de apoio. O Praesidium entende que este número não deve sofrer alterações, dadas as especificidades da competência da União neste domínio.

N.º 6 do artigo I-13.º

Também este número foi alvo de propostas de alteração divergentes: algumas pretendiam que o domínio da cooperação para o desenvolvimento e da ajuda humanitária fosse incluído na lista do n.º 4 (ver alteração sobre este número), outras que se considerasse este domínio como uma acção de apoio, outras ainda que se suprimisse a referência às competências dos Estados-Membros.

Por razões idênticas às assinaladas nas observações sobre o n.º 5 deste artigo, o Praesidium considera que este número se deve manter inalterado.

Artigo I-14.º: Coordenação das políticas económicas e de emprego

- ~~1. A União coordenará as políticas económicas dos Estados-Membros, nomeadamente estabelecendo as grandes orientações dessas políticas.~~

A União adoptará medidas com vista a garantir a coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros, adoptando, nomeadamente, as orientações gerais dessas políticas. Os Estados-Membros coordenarão as suas políticas económicas no âmbito da União.

- ~~2.3. Aplicam-se disposições específicas aos Estados-Membros que tenham adoptado o euro.~~

- 3. A União Europeia adoptará medidas com vista a garantir a coordenação das políticas de emprego dos Estados-Membros, adoptando, nomeadamente, as directrizes para essas políticas.**

- 4. A União poderá adoptar iniciativas com vista a garantir a coordenação das políticas sociais dos Estados-Membros.**

- ~~3. Os Estados-Membros conduzirão as suas políticas económicas e de emprego atendendo ao interesse comum, tendo em vista contribuir para a realização dos objectivos da União.~~

Observações:

Pelas razões expostas nas observações sobre o n.º 3 do artigo I-11.º, o Praesidium considera que este artigo se deve manter.

N.º 1 do artigo I-14.º

A nova formulação do n.º 1 destina-se a alcançar um equilíbrio entre as propostas no sentido de que a redacção desta disposição corresponda à da respectiva base jurídica da Parte III, a saber, o artigo 99.º do TCE (Fischer, de Villepin, Hain, Kuneva, Hjem-Wallén e outros, Teufel, Mc Avan), as que defendem que se preveja que a União tem competência para coordenar as políticas económicas dos Estados-Membros e as que preconizam que se faça referência à coordenação das políticas económicas pela União e pelos Estados-Membros (de Vries e de Bruijn).

N.º 2 do artigo I-14.º (n.º 3 do ex-artigo 13.º)

Este número mantém-se inalterado, dado que se limita a reflectir a situação actual, em que se aplicam disposições específicas aos Estados-Membros que tenham adoptado o euro.

N.º 3 do artigo I-14.º

Este número reflecte as alterações que solicitavam o aditamento da coordenação das políticas de emprego dos Estados-Membros (Einem, Mac Avan, Michel e outros, Duhamel e outros, Borrell e outros, Haenel e Badinter).

N.º 4 do artigo I-14.º

Este número foi aditado na sequência das alterações que preconizavam que se aditasse a coordenação das políticas sociais dos Estados-Membros (Duhamel e outros, Borrell e outros, Michel e outros, Paciotti e Spini, Lequiller, Santer e outros).

Artigo I-15.º: Política Externa e de Segurança Comum

- 1. A competência da União em matéria de Política Externa e de Segurança Comum abrange todos os domínios da política externa, bem como todas as questões relativas à segurança da União, inclusive a definição progressiva de uma política de defesa comum que poderá conduzir a uma defesa comum.**
- 2. Os Estados-Membros apoiarão activamente e sem reservas a Política Externa e de Segurança Comum da União, num espírito de lealdade e de solidariedade mútua, e respeitarão os actos adoptados pela União neste domínio. Os Estados-Membros Aabster-se-ão de toda e qualquer acção contrária aos interesses da União ou susceptível de prejudicar a sua eficácia.**

Observações:

O Praesidium considera que as especificidades da competência da União e dos Estados-Membros no domínio da PESC justificam que lhe seja consagrado um artigo distinto. Com efeito, é difícil classificar este domínio, quer como competência partilhada, quer como domínio de apoio. Essa dificuldade, a par da importância deste domínio, apontam no sentido de se manter uma disposição distinta.

N.º 1

Foi aditado um novo número ao artigo I-15.º, a fim de dar seguimento às propostas de alteração que solicitavam uma referência expressa, neste artigo, à existência de uma competência da União no domínio da Política Externa e de Segurança Comum, (Kaufmann, Balázs), bem como ao conteúdo dessa competência (Duhamel, Marinho, Van Lancker, Hänsch, Berès, Berger, Carnero et Thorning-Schmidt – de Villepin – Kuneva). Este novo número inclui também uma referência à defesa, conforme solicitado em várias propostas de alteração (Fini, Borrell e outros, Lord Mac Lennan, Duff e outros, Rupel, Szent-Iványi, Costa, Azevedo, d'Oliveira Martins, Mains, Roche, Lopez, Katiforis, Mc Avan).

Esta disposição não enumera os objectivos da União em matéria de PESC, uma vez que esses objectivos estão enumerados no primeiro artigo do Título B da Parte III, relativo à acção externa da União. O Mesmo acontece em relação às propostas que se destinavam a aditar uma referência ao facto de, neste domínio, os Estados-Membros envidarem esforços conjuntos para reforçar e desenvolver a sua solidariedade mútua uma vez que essa obrigação figura na Parte III da Constituição.

Não é necessário especificar nesta disposição que os Estados-Membros não podem intervir nos domínios em que a União detenha competência exclusiva, uma vez que tal decorre de própria definição de competência exclusiva, que consta do artigo I-11.º.

N.º 2

A referência aditada no n.º 2 ao respeito dos actos da União neste domínio destina-se a reforçar as obrigações dos Estados-Membros no domínio da Política Externa e de Segurança Comum, conforme sugerido em diversas propostas.

Artigo I-16.º: Domínios de acção de apoio, de coordenação ou de complemento

1. A União pode conduzir acções de apoio, de coordenação ou de complemento. ~~A extensão desta competência é determinada pelas disposições da Parte II.~~
2. São os seguintes os domínios de acção de apoio, **de coordenação ou de complemento, na sua finalidade europeia:**
 - ~~emprego,~~
 - indústria,
 - **protecção e melhoria da saúde humana,**
 - educação, formação profissional, ~~e juventude~~ **e desporto**
 - cultura,
 - ~~desporto,~~
 - protecção **civil** ~~contra as catástrofes.~~

~~2. Os Estados-Membros coordenam, no seio da União, as suas políticas nacionais em matéria de emprego.~~

4.3. Os actos juridicamente vinculativos adoptados pela União com base nas disposições específicas a esses domínios constantes da Parte H III não podem implicar a harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros.

Observações:

O Praesidium considera que este artigo se deve manter, dado que é necessário que a Convenção especifique quais os domínios das acções de apoio, de coordenação ou de competência enumerados na Parte III.

O título deste artigo foi reformulado para dar seguimento a certas propostas de alteração, que visavam alterar a denominação do artigo. O Praesidium considera que a expressão "domínios de apoio, de coordenação ou de complemento" (de Villepin, Lequiller) é a que melhor reflecte o conteúdo do artigo e o facto de a competência legislativa nestes domínios pertencer aos Estados-Membros.

N.º 1 do artigo I-16.º

A referência às disposições da Parte III neste número foi suprimida conforme solicitado em diversas propostas de alteração (Kaufmann, Hain, Michel e outros). Com efeito, existindo já essa referência no n.º 6 do artigo I-11.º, de carácter geral, não é necessário repeti-la nesta disposição.

O Praesidium considera desnecessário aditar uma referência específica à existência de competência dos Estados-Membros nos domínios de acção de apoio, uma vez que a própria natureza da acção da União nestes domínios (apoiar, coordenar ou completar a acção dos Estados-Membros) e a exclusão expressa de harmonização implicam que a competência legislativa cabe aos Estados-Membros.

N.º 2 do artigo I- 16.º

Pelas razões acima expostas, o Praesidium considera que a enumeração dos domínios de acção de apoio, de coordenação ou de complemento deve ser limitativa.

O emprego foi suprimido da lista na sequência da sua inclusão no artigo I-14.º, na sequência de inúmeras alterações (Palacio; Gabaglio; Borrell e outros; Paciotti e Spini; Michel e outros; Dini).

A fim de ter em conta as alterações propostas destinadas a aditar a saúde pública nesta disposição, foi aditado um novo travessão sobre este domínio, especificando os aspectos que se inserem nesta categoria de competências.

O desporto foi acrescentado ao domínio da formação profissional e da juventude, de molde a reflectir o projecto de base jurídica para este domínio (ver Parte III).

O domínio da "protecção contra as catástrofes" foi substituído pelo da "protecção civil", conceito mais amplo que engloba a protecção contra as catástrofes, a fim de dar seguimento às alterações propostas nesse sentido (Fini, de Villepin, Teufel, Brok e outros, Palacio).

O Praesidium considera que não é necessário aditar novos domínios à lista. Os domínios propostos pelos membros da Convenção constituem quer domínios que devem figurar no artigo I-13.º (ex. defesa dos consumidores, transportes e redes transeuropeias, investigação, cooperação para o desenvolvimento, etc.), quer domínios já incluídos noutros mais vastos que se inserem no âmbito dos artigos I-13.º ou I-16.º (ex. órgãos de comunicação social, que actualmente cabem no âmbito tanto do mercado interno como no da cultura, ou cooperação policial, que se insere no âmbito do espaço de liberdade, de segurança e de justiça, etc.).

O Praesidium entende também que determinados domínios (com exclusão do emprego) não deverão ser suprimidos da lista, uma vez que isso implicaria a supressão de bases jurídicas já existentes actualmente (ex. educação, formação profissional e juventude; cultura) ou alterar a natureza da competência (ex. Indústria).

N.º 3 do artigo I-16.º

Este número foi suprimido para ter em conta as numerosas alterações no sentido de se incluir o domínio do emprego no artigo I-14.º (ver observações relativas a esse artigo).

N.º 4 do artigo I-16.º

O Praesidium considera que este número deve ser mantido, sem excepções. Com efeito, atendendo à definição dada dos domínios de acção de apoio, de coordenação ou de complemento, os domínios em que é possível harmonizar as legislações inserem-se no âmbito das competências partilhadas ou das competências exclusivas, mas não dos domínios de apoio. Esta exclusão de harmonização implica que a competência legislativa caiba aos Estados-Membros.

Artigo I-17.º: Cláusula de flexibilidade

1. Se se afigurar necessária uma acção da União no quadro das políticas definidas na Parte **III H** para realizar um dos objectivos fixados pela presente Constituição, não prevendo esta os poderes de acção requeridos para o efeito, o Conselho tomará as disposições adequadas, deliberando por unanimidade sob proposta da Comissão e obtida ~~o parecer favorável a~~ **aprovação** do Parlamento Europeu.
2. A Comissão, no âmbito do procedimento de controlo do princípio da subsidiariedade referido no **n.º 3 do artigo I-9.º**, [chama a atenção] dos parlamentos nacionais dos Estados-Membros para as propostas baseadas no presente artigo.

3. As disposições adoptadas com base no presente artigo não podem implicar a harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros nos casos em que a Constituição exclua tal harmonização.

Observações

A existência desta disposição corresponde ao desejo da grande maioria dos membros da Convenção no sentido de se prever um certo grau de flexibilidade no sistema.

N.º 1 do artigo I-17.º

Este número pretende encontrar um ponto de equilíbrio entre a necessidade de flexibilizar a delimitação de competências e a de respeitar os limites das competências da União. Assim, a referência feita neste número aos objectivos da União visa conferir uma certa flexibilidade ao sistema, enquanto que a referência ao quadro das políticas definidas na Parte III visa assegurar que as medidas adoptadas com base nesta disposição respeitem os limites das competências atribuídas à União pela Constituição. Nesse sentido, não se poderá recorrer a esta disposição para alargar as competências da União estabelecendo uma nova política, mas apenas para desenvolver uma acção relacionada com a política já prevista pela Constituição.

As alterações apresentadas em relação a este número apontam em direcções opostas enquanto que uma parte delas se destina a reduzir o âmbito de aplicação desta disposição a algumas das políticas definidas na Parte III (nomeadamente o mercado interno e a União Económica e Monetária) outras visam, pelo contrário, a supressão de toda e qualquer referência à Parte III, a fim de alargar o âmbito de aplicação do artigo I-17.º.

O Praesidium manteve a regra da unanimidade, uma vez que considera que a importância do assunto exige regras de votação obrigatórias. O Praesidium considera ainda que o Parlamento Europeu deve participar na adopção de actos com base nesta disposição dando a sua aprovação, e não, como actualmente acontece, emitindo um simples parecer.

A possibilidade de introduzir neste artigo um processo de revisão constitucional simplificado para os artigos I-9.º a I-16.º deve ser analisada no quadro mais amplo do processo de revisão da Constituição.

N.º 2 do artigo I-17.º

As propostas de alteração apresentadas em relação a este número foram examinadas no âmbito da análise do Protocolo relativo aos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade.

N.º 3 do artigo I-17.º

O Praesidium considera que este número se deve manter, uma vez que retoma os limites estabelecidos pela jurisprudência do Tribunal de Justiça para o recurso ao artigo 308.º do TCE.

TÍTULO IV: INSTITUIÇÕES DA UNIÃO

[Inalterado nesta fase: ver nota de envio]

TÍTULO V: EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS DA UNIÃO

Capítulo I: Disposições comuns

Artigo I-32.º: Actos jurídicos da União

1. No exercício das competências que lhe são atribuídas na Constituição, a União utiliza como instrumentos jurídicos, em conformidade com o disposto na Parte III, a lei europeia, a lei-quadro europeia, o regulamento europeu, a decisão europeia, as recomendações e os pareceres.

A lei europeia é um acto legislativo de carácter geral. É obrigatória em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

A lei-quadro europeia é um acto legislativo que vincula o Estado-Membro destinatário quanto ao resultado a alcançar, deixando, no entanto, às instâncias nacionais a competência quanto à escolha da forma e dos meios.

O regulamento europeu é um acto não legislativo de carácter geral destinado a dar execução aos actos legislativos e a certas disposições específicas da Constituição. **Pode ser** obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros, **ou vincular os Estados-Membros destinatários quanto ao resultado a alcançar, deixando, no entanto, às instâncias nacionais a competência quanto à escolha da forma e dos meios.**

A decisão europeia é um acto não legislativo obrigatório em todos os seus elementos. Quando designa destinatários, só para estes é obrigatória.

As recomendações e os pareceres aprovados pelas Instituições não têm efeito vinculativo.

2. Sempre que lhes seja submetida uma proposta de acto legislativo, o Parlamento Europeu e o Conselho abster-se-ão de adoptar actos que não estejam previstos pelo **presente artigo no domínio em questão**.

Observações:

As alterações a este artigo prendem-se com questões muito variadas ou reflectem posições isoladas e têm sentidos divergentes. Todavia, é possível agrupar algumas delas em torno de três questões:

Várias alterações preconizam que se adite um tipo de regulamento que retome as características da directiva actual (Farnleitner, que propõe um acto específico denominado directiva, Santer et. al., que propõem a denominação "regulamento-quadro", De Vries e De Bruijn, Tiilikainen et. al., Schlüter e Dam Kristensen, que propõem que se adite a definição sob a denominação regulamento). O Praesidium propõe que se retome o essencial destas alterações e consequentemente se preveja uma categoria de regulamentos que retome as características da actual directiva para, desse modo, se poder dispor, na esfera do não legislativo, de um instrumento obrigatório para os Estados-Membros quanto ao resultado, mas flexível quanto aos meios.

Certas alterações pedem a supressão do n.º 2 relativo à limitação do recurso a actos atípicos (Lopes e Lobo Antunes, Fayot, Kaufmann, Santer et. al., Borrell et. al., De Vries e De Bruijn). Outras alterações, embora apoiem o objectivo pretendido com este número, propõem que seja transferido para o ex-artigo 25.º (Kohout, Tiilikainen et. al.). Uma alteração (Azevedo e Nazaré Pereira) propõe uma redacção alternativa. O Praesidium alterou este número com o objectivo de tornar mais clara a sua redacção.

Várias alterações preconizam que se adite uma nova categoria de lei – a lei orgânica – que abrangeria medidas de natureza intermédia entre a Constituição e a lei, e estaria sujeita a um processo especial mais complexo do que o processo legislativo. Para certos Convencionais, esta categoria de actos poderia representar uma espécie de processo simplificado de revisão constitucional.

Não obstante o seu interesse, o Praesidium preferiu não atender a estas alterações. A este respeito, recorda vários aspectos:

- A lei orgânica é um instrumento jurídico estranho a muitos dos ordenamentos jurídicos dos Estados-Membros. Onde existe, a lei orgânica, serve para proteger, através de processos mais complexos do que os das leis ordinárias, certos domínios de grande importância. Trata-se, por exemplo, de leis que desenvolvem os direitos fundamentais. Sempre que determinado domínio esteja reservado à lei orgânica, não pode ser objecto de lei ordinária. Uma lei orgânica não pode ser alterada por uma lei ordinária.*
- No sistema jurídico da União em que os actos são adoptados em função de bases jurídicas distintas, não se justifica introdução da figura da lei orgânica. Para alterar um acto adoptado com base num determinado artigo, é necessário um outro acto adoptado com base nesse mesmo artigo e, portanto, sempre de acordo com o mesmo processo. O sistema das bases jurídicas produz um efeito de isolamento entre as matérias que torna inútil um conceito como o da "lei orgânica".*
- Aditar um novo tipo de acto que, por outro lado, é estranho às tradições jurídicas de numerosos Estados-Membros, não contribuirá necessariamente para a clareza do sistema jurídico da União.*

Artigo I-33.º: Actos legislativos

1. A lei e lei-quadro europeias são adoptadas, sob proposta da Comissão, conjuntamente pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, de acordo com as regras do processo legislativo **ordinário**, previstas no artigo [ex-artigo 251.º]. Se as duas Instituições não chegarem a acordo, o acto em questão não será adoptado.

Nos casos especificamente previstos no artigo [...] da Parte III, a lei e lei-quadro podem ser adoptadas por iniciativa de um grupo de Estados-Membros, de acordo com o artigo [ex-artigo 251.º].

2. Nos casos específicos previstos pela Constituição, as leis e leis-quadro europeias são adoptadas pelo **Parlamento Europeu, com a participação do Conselho, ou pelo Conselho, com a participação do Parlamento Europeu, de acordo com processos legislativos especiais.**
3. ~~São públicas as sessões do Parlamento Europeu e do Conselho em que estes deliberem no quadro de um procedimento~~

Observações:

Certas alterações rejeitam a possibilidade de prever excepções à regra geral de adopção dos actos legislativos de acordo com o processo legislativo (Kirkhope, Kaufmann, Duff et. al., Meyer, Dini et. al., Duhamel et. al., Michel et.al., Brok et. al., Paciotti, Lamassoure, Borrell et. al., Costa e d'Oliveira, Stockton e Voggenhuber et. al.). Outras alterações, aceitando embora as excepções, reflectem uma certa inquietação quanto ao alcance da regra geral, solicitando que as excepções sejam claramente especificadas (Kohout, Brok et. al, que propõem além disso que seja aplicada a regra geral decorrido um prazo de 5 anos, Tiilikainen et. al. e De Vries e de Bruijn). Algumas alterações pretendem que o Parlamento Europeu seja consultado no caso das excepções e que a Comissão exerça a iniciativa legislativa. (Fischer, Kuneva e Tiilikainen et. al.). Todas estas alterações confirmam definitivamente que a regra geral para adopção dos actos legislativos deve ser o processo legislativo.

Ao analisar a classificação das bases jurídicas e os processos, o Praesidium chegou à conclusão, à luz das alterações e do debate do plenário, de que a designação de "legislativo" para o processo que constitui a regra geral pode induzir em erro, uma vez que parece constituir o critério determinante e não a consequência do carácter "legislativo" do acto. O Praesidium decidiu precisar o seu alcance enquanto processo legislativo de direito comum, qualificando-o como "processo legislativo ordinário", com o objectivo de não excluir o carácter legislativo dos actos que, em número muito limitado, seriam adoptados pelo Parlamento ou pelo Conselho, com diversos graus de participação do outro ramo da autoridade legislativa, de acordo com os processos, indubitavelmente legislativos, mas de carácter especial.

O sistema descrito no projecto de artigo I-33.º implica que os actos legislativos sejam sempre adoptados pelo legislador. Regra geral, são adoptados conjuntamente e em pé de igualdade pelos dois ramos da autoridade legislativa, de acordo com o processo legislativo ordinário previsto no projecto de artigo I-33.º. No entanto, em certos casos específicos, são adoptados de acordo com processos legislativos especiais pelo Parlamento com uma certa participação do Conselho ou pelo Conselho (que actua na qualidade de legislador, isto é, sujeito às regras de transparência e de subsidiariedade) com uma certa participação do Parlamento.

As alterações do projecto de artigo I-33.º dão resposta às considerações supra.

Quanto às alterações que solicitam que as excepções sejam claramente especificadas, há que recordar que, no debate sobre o primeiro projecto de articulado, o Praesidium anunciara que a Convenção iria dispor de uma lista que especificaria o alcance da extensão da regra geral de adopção dos actos legislativos de acordo com o processo legislativo. Essa lista foi enviada aos peritos dos Serviços Jurídicos que adaptaram as bases jurídicas da Parte III da Constituição (CONV 729/03) em consonância. O documento que retoma a Parte III comentada (doc. CONV 727/03), que é submetido à apreciação dos Convencionais tendo em vista a sessão plenária de 30/31 de Maio, contém no Anexo II, uma lista exhaustiva das bases jurídicas para as quais o Praesidium sugere uma alteração do processo de decisão.

O Praesidium adaptou o segundo parágrafo do n.º 1 ao projecto de artigos relativos ao espaço de justiça, de liberdade e de segurança. Trata-se do caso particular do processo legislativo relativo à iniciativa de um grupo de Estados-Membros. O [ex-artigo 251.º], cujo texto alterado consta do projecto de artigos da Parte III relativos às Instituições, visa tal possibilidade.

O Praesidium decidiu suprimir o último número. O princípio da transparência está previsto de maneira mais precisa no projecto de artigo I-49.º.

Artigo I-34.º: Actos não legislativos

1. O Conselho e a Comissão, ~~bem como o Banco Central Europeu,~~ adoptam regulamentos europeus ou decisões europeias nos casos previstos nos artigos I-35.º e I-36.º ~~e 28.º,~~ bem como nos casos especificamente previstos na Constituição. **O Banco Central Europeu adopta regulamentos europeus e decisões europeias, quando para tal for autorizado pela Constituição.**
2. **O Conselho e a Comissão, bem como o Banco Central Europeu quando para tal for autorizado pela Constituição, estão habilitados a adoptar recomendações. ~~em qualquer domínio da sua responsabilidade.~~**

Observações:

As raríssimas alterações a este artigo divergem umas das outras.

O Praesidium propõe que se separe a frase dedicada ao Banco Central, para efeitos de clarificação, dado que este não adopta os regulamentos nem as decisões a que se referem os artigos I-35.º e I-36.º.

O Praesidium propõe que se adite um n.º 2. Este número é necessário, na medida em que as bases jurídicas da Parte III propõem, caso a caso, o(s) instrumento(s) vinculativo(s) que pode(m) ser utilizado(s). Sempre que os Tratados actuais não prevejam um instrumento preciso e utilizem termos genéricos como "medidas", estas incluem a adopção de recomendações, pelo que é necessário prever uma disposição geral para manter a possibilidade de recorrer a este tipo de instrumento não vinculativo.

Artigo I-35.º: Regulamentos delegados

1. As leis e leis-quadro europeias podem delegar na Comissão o poder de ~~promulgar~~ **adoptar** regulamentos delegados que completem ou alterem certos elementos não essenciais da lei ou da lei-quadro.

As leis e leis-quadro delimitam explicitamente os objectivos, o conteúdo, os limites e o período de vigência da delegação. Os elementos essenciais de um domínio não podem ser objecto de delegação, ficando reservados para a lei ou para a lei-quadro.

2. As leis e leis-quadro determinam explicitamente as condições de aplicação a que a delegação fica sujeita. **Essas condições podem consistir nas** seguintes possibilidades:

- o Parlamento Europeu **ou** o Conselho podem decidir revogar a delegação;
- o regulamento delegado só pode entrar em vigor se, no prazo fixado pela lei ou pela lei-quadro, nem o Parlamento Europeu nem o Conselho formularem objecções;
- ~~— o regulamento delegado continua em vigor durante um prazo determinado pela lei ou pela lei-quadro. A sua validade pode ser prorrogada, sob proposta da Comissão, por decisão do Parlamento Europeu e do Conselho.~~

Para efeitos do parágrafo anterior, o Parlamento Europeu delibera por maioria dos membros que o compõem e o Conselho delibera por maioria qualificada.

Observações

No que diz respeito ao acto delegado, foram várias as alterações – com posições divergentes – relativas à definição dos regulamentos delegados. Por conseguinte, o Praesidium manteve o n.º 1 inalterado.

Quanto às condições de aplicação de acto delegado, o Praesidium propõe que se altere o primeiro parágrafo do n.º 2 para tornar mais claro que essas condições são fixadas caso a caso pela lei ou pela lei-quadro que atribui a delegação e que não constituem um elemento obrigatório de tal lei ou lei-quadro.

Várias alterações (de Villepin, Schlüter, Hjelm-Wallén, Bères, Brok et.al. e Roche), bem como numerosos oradores no debate em plenário, pediram que a revogação da delegação possa ser decidida pelo Parlamento ou pelo Conselho separadamente. O Praesidium atendeu a essa alteração na redacção do primeiro travessão.

Várias alterações solicitam que seja suprimida a possibilidade de o regulamento delegado caducar decorrido um prazo determinado (sunset clause) (Andriukaitis et. al., Lopes e Lobo Antunes, Fischer, De Vries e de Bruijn, Michel et. al., Santer et. al. e Fayot.); outras alterações propõem redacções alternativas (Marinho e Van Lancker). Os que propõem a supressão do parágrafo consideram que a "sunset clause" poderá dar origem a incertezas e a problemas em matéria de segurança jurídica. Por conseguinte, o Praesidium decidiu suprimir o respectivo travessão.

Artigo I-36.º: Actos de execução

1. Os Estados-Membros tomarão todas as medidas de direito interno necessárias à execução dos actos juridicamente obrigatórios da União.
2. No caso de serem necessárias condições uniformes de execução dos actos obrigatórios da União, tais actos poderão conferir competências de execução à Comissão ou, em casos específicos e nos casos previstos no artigo I-39.º, ao Conselho.
3. **A lei definirá previamente as regras e os princípios gerais relativos aos mecanismos de controlo que os Estados-Membros poderão aplicar** aos actos de execução da União
4. Os actos de execução da União assumirão a forma de regulamentos europeus de execução ou de decisões europeias de execução.

Observações:

Algumas alterações esclarecem que se trata de mecanismos de controlo dos Estados-Membros (de Villepin, Farnleitner, Fini, Lopes e Lobo Antunes). O Praesidium introduziu essa precisão no projecto de artigo.

Só algumas alterações são contrárias à aplicação do processo legislativo para definir os mecanismos de controlo e preferem o processo actual. O Praesidium propõe que se mantenha o processo legislativo ordinário.

Diversas alterações opõem-se aos actuais mecanismos de comitologia, propondo a supressão do n.º 3. Na mesma perspectiva, outras alterações pretendem que os mecanismos de controlo se limitem exclusivamente aos comités consultivos. Uma vez que se trata de uma questão do âmbito do direito derivado, o Praesidium propõe que não se altere o projecto de artigo.

Artigo I-37.º: Princípios comuns aos actos jurídicos da União

1. Sempre que a Constituição o não estipule especificamente, as Instituições decidirão, no respeito pelos procedimentos aplicáveis, do tipo de acto a adoptar em cada caso, de acordo com o princípio da proporcionalidade previsto no artigo I-9.º.
2. As leis europeias, as leis-quadro europeias, os regulamentos europeus e as decisões europeias serão fundamentados e visarão as propostas ou pareceres previstos na presente Constituição.

Observações:

Este projecto de artigo foi bastante consensual.

Artigo I-38.º: Publicação e entrada em vigor

1. As leis europeias e as leis-quadro europeias adoptadas de acordo com o processo legislativo **ordinário** são assinadas pelo Presidente do Parlamento Europeu e pelo Presidente do Conselho. Nos restantes casos, são assinadas pelo Presidente do Conselho **ou pelo Presidente do Parlamento Europeu**. As leis da União Europeia e as leis-quadro da União Europeia são publicadas no Jornal Oficial da União Europeia e entram em vigor na data por elas fixada ou, caso esta seja omissa, no vigésimo dia subsequente ao da publicação.
2. Os regulamentos europeus ~~da Comissão ou do Conselho, bem como~~ e as decisões europeias que não indiquem destinatário ou que tenham por destinatários todos os Estados-Membros são assinados pelo **Presidente da Instituição que os adoptar**, e são publicados no Jornal Oficial da União Europeia e entram em vigor na data por eles fixada ou, caso esta seja omissa, no vigésimo dia subsequente ao da publicação.
3. As restantes decisões são notificadas aos respectivos destinatários e produzem efeitos mediante essa notificação.

Observações:

O Praesidium alterou o n.º 1 para ter em conta as alterações do projecto de artigo I-33.º.

A alteração do n.º 2 visa ter em conta os actos adoptados pelo Banco Central e estabelecer um paralelismo com a assinatura dos actos legislativos.

Capítulo II

Artigo I-39.º - Disposições específicas de relativas à execução da Política Externa e de Segurança Comum

1. A União Europeia ~~compromete-se a conduzir~~ **conduzirá** uma política externa e de segurança comum baseada ~~num~~ **no** desenvolvimento ~~gradual~~ da solidariedade política mútua entre os Estados-Membros, na identificação ~~gradual~~ das questões que se revistam de interesse geral e na realização de um crescente grau de convergência das acções dos Estados-Membros.
2. O Conselho Europeu identificará os interesses estratégicos da União e fixará os objectivos da sua Política Externa e de Segurança Comum. O Conselho de Ministros elaborará essa política **no quadro das orientações estratégicas estabelecidas pelo Conselho Europeu** e de acordo com as modalidades previstas na Parte III da Constituição.
3. O Conselho Europeu e o Conselho de Ministros adoptarão as decisões necessárias.
4. A Política Externa e de Segurança Comum será posta em prática pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da União e pelos Estados-Membros, utilizando os meios nacionais e os da União.

5. Os Estados-Membros concertar-se-ão no âmbito do Conselho e do Conselho Europeu sobre todas as questões de política externa e de segurança que se revistam de interesse geral, a fim de definir uma abordagem comum. Antes de empreenderem qualquer acção no plano internacional ou de assumirem qualquer compromisso que possa afectar os interesses da União, os Estados-Membros consultarão cada um dos outros no âmbito do Conselho ou do Conselho Europeu. Os Estados-Membros assegurarão, através da convergência das suas acções, que a União possa ~~fazer valer~~ **defender** os seus interesses e valores no plano internacional. Os Estados-Membros serão solidários entre si.
6. O Parlamento Europeu será **regularmente** consultado sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da Política Externa e de Segurança Comum e mantido ao corrente da sua evolução.
7. Em matéria de Política Externa e de Segurança Comum, o Conselho Europeu e o Conselho de Ministros adoptarão decisões por unanimidade, com excepção dos casos previstos na Parte III da Constituição. Pronunciar-se-ão sob proposta de um Estado-Membro, ~~ou do~~ do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União, **ou do Ministro com o apoio da Comissão.** ~~apresentada a título individual ou em conjunto com a Comissão. As leis e as leis-quadro ficam excluídas.~~
8. O Conselho Europeu poderá decidir, por unanimidade, que o Conselho delibere por maioria qualificada em casos não previstos na Parte III da Constituição.

Observações:

1. *N.º 1: numerosos Convencionais pediram que se reforçasse o tipo de redacção do n.º 1, nomeadamente suprimindo as referências ao carácter evolutivo da PESC (proposto, entre outros, por: Duff e 19 outros Convencionais, Farnleitner, Borrell e 2 Convencionais, Fini, Lamassoure, Fischer, Hjelm-Wallén e 4 outros Convencionais, Voggenhuber e 2 outros Convencionais, Speroni, Svensson, Thorning-Schmidt).*

2. *N.º 2: o aditamento de "no quadro das orientações estratégicas estabelecidas pelo Conselho Europeu" pretende tornar mais explícito o papel do Conselho Europeu e o facto de o Conselho de Ministros desenvolver a PESC no quadro estabelecido pelo Conselho Europeu (proposta de Farnleitner). Refira-se que outros Convencionais pediram também que se fizesse referência às orientações ("guidelines") definidas pelo Conselho Europeu (nomeadamente Brok e 28 outros Convencionais).*
3. *N.º 6 : vários Convencionais propuseram que se especificasse que a informação do Parlamento Europeu deve ser regular (proposto nomeadamente por Duff e 19 outros Convencionais, Meyer, Borrell e 2 outros Convencionais).*
4. *N.º 7: a questão do processo de decisão na PESC suscitou numerosas observações. Vários Convencionais preconizam que a regra geral seja a votação por maioria qualificada. Outros opõem-se e pretendem manter a regra da unanimidade. Perante estas posições divergentes, o Praesidium considerou preferível manter a unanimidade como regra geral, embora alargando o domínio das derrogações em que se aplique a votação por maioria qualificada em conformidade com o disposto no artigo [...] da Parte III. Além disso, o n.º 8 do presente artigo prevê que o Conselho Europeu possa decidir alargar mais o âmbito de aplicação da votação por maioria qualificada. Além disso, precisou-se que na PESC não existem actos legislativos.*
5. *N.º 7: as disposições relativas ao direito de iniciativa foram alteradas para se fazer uma distinção mais clara entre duas hipóteses. Por um lado, o Ministro pode apresentar, individualmente, ao Conselho propostas no domínio da Política Externa e de Segurança Comum. Por outro, pode optar por apresentar tais propostas com o apoio da Comissão, se assim o decidir. Esta hipótese também é diferente da da "proposta conjunta", na qual o ministro é responsável pelos aspectos da PESC, enquanto a Comissão é responsável pelos outros aspectos da acção externa.*

Artigo I-40.º: Disposições específicas de execução da Política de Defesa Comum

1. A Política de Segurança e Defesa Comum, ~~que~~ faz parte integrante da Política Externa e de Segurança Comum e garante à União uma capacidade operacional apoiada em meios **civis e militares e civis**. A União pode empregá-los em missões no exterior ~~tendo em vista a fim de~~ **assegurar** a manutenção da paz, **a prevenção de conflitos** e o reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas. **A execução destas tarefas assenta nas capacidades fornecidas pelos Estados-Membros.**
2. A Política de Segurança e Defesa Comum incluirá a definição gradual de uma política de defesa comum da União; esta conduzirá a uma defesa comum, logo que o Conselho Europeu o decida, deliberando por unanimidade. Neste caso, o Conselho Europeu recomendará aos Estados-Membros que adoptem uma decisão nesse sentido, nos termos das respectivas normas constitucionais.

A política da União, na acepção do presente artigo, não afectará o carácter específico da política de segurança e de defesa de determinados Estados-Membros, respeitará as obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte para certos Estados-Membros que vêm a sua defesa comum realizada no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e será compatível com a política comum de segurança e defesa adoptada nesse âmbito.

3. Com vista à execução da Política de Segurança e Defesa Comum os Estados-Membros porão à disposição da União capacidades **civis e militares e civis** de modo a contribuir para os objectivos definidos pelo Conselho. **Os Estados-Membros que constituam entre si forças multinacionais poderão igualmente colocar essas forças à disposição da Política de Segurança e Defesa Comum.**

Os Estados-Membros comprometem-se a melhorar progressivamente as suas capacidades militares. Será instituída uma Agência Europeia de Armamento, de Investigação **e de Capacidades Militares** para identificar as necessidades operacionais, promover as medidas necessárias para as satisfazer, contribuir para identificar e, sendo caso disso, executar todas as medidas úteis para reforçar a base industrial e tecnológica do sector da defesa, **participar na definição de uma política europeia de capacidades e de armamento** e prestar assistência ao Conselho na avaliação do melhoramento das capacidades militares.

~~Os Estados-Membros que constituam entre si forças multinacionais poderão igualmente colocar essas forças à disposição da Política de Segurança e Defesa Comum.~~

4. As decisões relativas à execução da Política de Segurança e Defesa Comum, incluindo as que digam respeito ao lançamento de uma missão referida no presente artigo, serão adoptadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União ou de um Estado-Membro. O Ministro dos Negócios Estrangeiros pode propor que se recorra aos meios nacionais e aos instrumentos da União, sendo caso disso, em conjunto com a Comissão.
5. O Conselho pode confiar a realização de uma missão, no âmbito da União, a um grupo de Estados-Membros, **a fim de preservar os valores da União e servir os seus interesses**. A realização dessa missão reger-se-á pelo disposto no artigo [...] da Parte III, Título B, da Constituição.
6. Os Estados-Membros que preencham elevados critérios em termos de capacidades militares e que tenham assumido entre si compromissos mais vinculativos nesta matéria, tendo em vista a realização das missões mais exigentes, estabelecerão uma cooperação estruturada no âmbito da União. Essa cooperação reger-se-á pelo disposto no artigo [...] da Parte III, Título B, da Constituição.

7. Enquanto o Conselho Europeu não tiver deliberado de acordo com o n.º 2 do presente artigo, será instituída uma cooperação mais estreita, no âmbito da União, em matéria de defesa mútua. A título dessa cooperação, caso um dos Estados que nela participam seja alvo de uma agressão armada no seu território, os outros Estados participantes prestar-lhe-ão ajuda e assistência por todos os meios ao seu alcance, militares e outros, em conformidade com o disposto no artigo 51.º da Carta das Nações Unidas. **Ao estreitarem a sua cooperação no domínio da defesa mútua, os Estados-Membros participantes cooperarão estreitamente com a Organização do Tratado do Atlântico Norte.** As regras de participação e funcionamento, bem como os processos de decisão inerentes a esta cooperação, constam do artigo [...] da Parte III, Título B, da Constituição.
8. O Parlamento Europeu será **regularmente** consultado sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da Política de Segurança e Defesa Comum e mantido ao corrente da sua evolução.

Observações

N.º 1:

Regra geral, a abordagem seguida pelo Praesidium, segundo a qual a Política de Segurança e Defesa Comum faz parte integrante da PESC, foi acolhida com muito agrado pelos Convencionais. Alguns quiseram reforçar esta abordagem através de uma alteração redaccional que cinde a primeira frase em duas e suprime a palavra "que" (Roche, Tiilikainen + 3, Kiljunen). Esta alteração é contrária aos pedidos de determinados Convencionais para os quais é fundamental que o elo de ligação entre a PESD e a PESC não possa ser posto em causa.

Propõe-se igualmente a inversão da ordem das capacidades militares e civis, pondo a tónica em primeiro lugar nas capacidades civis e, depois, nas militares (Fischer, Meyer, Einem).

Alguns Convencionais solicitaram igualmente que a prevenção de conflitos fosse aditada ao âmbito da Política de Segurança e Defesa Comum. Esse aditamento torna a redacção do artigo mais próxima da da Carta das Nações Unidas e introduz uma precisão útil, sem alterar verdadeiramente o âmbito das missões da União, uma vez que, no artigo [...] da Parte III, é explicitamente referida a prevenção de conflitos (Hain, Villepin, Fischer, Borrell).

A última frase do número foi aditada na sequência da proposta de alteração comum (Hain, Fischer, Villepin). O objectivo é o de tornar mais claro que são os Estados-Membros que contribuem para as operações com as suas próprias capacidades.

N.º 3:

As alterações propostas nos dois primeiros parágrafos correspondem à inversão da ordem entre as capacidades civis e militares (ver observações relativas ao n.º 1).

A deslocação da frase relativa às forças multinacionais parece clarificar o número (Earl of Stockton). Alguns Convencionais haviam proposto que esta frase figurasse após a que prevê que os Estados-Membros se comprometam a melhorar as suas capacidades. Desta forma, os Estados-Membros seriam obrigados a melhorar também as suas forças multinacionais. Ora, os Estados-Membros podem, mas não são obrigados a colocar essas forças à disposição da PESD.

Diversos Convencionais pediram que o nome da Agência fosse alterado no sentido de reflectir melhor o seu verdadeiro papel e de incluir a noção de capacidades (de Vries, Fini, Hain, Roche, Fischer).

A modificação relativa às missões da Agência reproduz uma alteração (Villepin) que parece reflectir o desejo manifestado por certos Convencionais no sentido de se definir uma verdadeira política de capacidades e de armamento.

N.º 5:

Aditamento proposto por Brok + 28 e Giannakou.

N.º 7:

Alguns Convencionais propuseram que se incluisse neste número uma referência a uma estreita cooperação com a NATO na execução de uma cooperação mais estreita em matéria de defesa mútua (Christophersen, Thorning-Schmidt).

N.º 8:

Proposta no sentido de se aditar que o Parlamento Europeu será regularmente consultado (Brok + 30, Earl of Stockton, Giannakou). Estes mesmos Convencionais solicitaram que se precisasse que é o Ministro dos Negócios Estrangeiros que informa e consulta o PE, mas já consta do artigo [...] da Parte III uma disposição semelhante, pelo que é desnecessário repeti-la aqui.

Artigo I-42.º: Cláusula de solidariedade

1. **A União e os seus Estados-Membros actuarão em conjunto, num espírito de solidariedade, se um Estado-Membro for alvo de um ataque terrorista ou de uma catástrofe natural ou de origem humana.** ~~Em aplicação do princípio da solidariedade,~~ A União mobilizará todos os instrumentos ao seu dispor, incluindo os meios militares disponibilizados pelos Estados-Membros, para:
 - a) – prevenir a ameaça terrorista **no território dos Estados-Membros**;
– proteger as instituições democráticas e a população civil de um eventual ataque terrorista;
– prestar assistência a um Estado-Membro no seu território, a pedido das suas autoridades políticas, em caso de ataque terrorista;
 - b) – prestar assistência a um Estado-Membro no seu território, a pedido das suas autoridades políticas, em caso de catástrofe.**
2. As modalidades de execução da presente disposição constam do artigo [...] da Parte H **III**, Título B, da Constituição.

Observações

O aditamento da primeira frase provém das alterações apresentadas em comum por Hain, Villepin e Fischer e visa clarificar a redacção da cláusula.

A principal modificação aqui proposta consiste em tornar a cláusula de solidariedade extensiva às catástrofes de origem natural ou humana. Esta modificação, conforme com as recomendações feitas pelo Grupo de Trabalho sobre a Defesa, foi solicitada por numerosos Convencionais (Villepin, Fischer, Hain, Farnleitner, Kiljunen, Roche, Michel). Chama-se a atenção da Convenção para o facto de ter ainda sido inserida na Parte III da Constituição uma base jurídica relativa à protecção civil. Esta dupla abordagem tem por consequência:

- no que diz respeito à acção normal de prevenção e de estabelecimento de um quadro para a cooperação entre os serviços nacionais de protecção civil, que se recorra ao processo legislativo ordinário (ficando porém excluídas as medidas de harmonização);*
- no que diz respeito à assistência mútua entre Estados-Membros com os meios nacionais, civis ou militares, que a mesma seja coordenada no âmbito do Conselho, e que as estruturas da PESD (nomeadamente o Comité Militar e o Estado-Maior Militar) possam para ela contribuir. Tendo em conta o recurso aos meios militares, prevê-se a atribuição de um papel ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.*

Por uma questão de clareza, foi precisado no primeiro travessão da alínea a) que a prevenção da ameaça terrorista se faz no território dos Estados-Membros.

Capítulo III: Cooperação reforçada

Artigo I-43.º: Cooperação reforçada

1. Os Estados-Membros que desejem instituir entre si uma cooperação reforçada no âmbito das competências não exclusivas da União podem recorrer às suas instituições e exercer essas competências aplicando as disposições pertinentes da Constituição, dentro dos limites e segundo as modalidades previstas no presente artigo, bem como nos **artigos [... a ...] da Parte III** da Constituição.

As cooperações reforçadas têm por objecto favorecer a realização dos objectivos da União, preservar os seus interesses e reforçar o processo de integração. Estão abertas a todos os Estados-Membros aquando da sua instituição e estão-no também a qualquer outro momento, nos termos do **artigo [...] da Parte III** da Constituição.

2. A autorização para proceder a uma cooperação reforçada é concedida pelo Conselho como último recurso, quando tiver sido determinado nesta instância que os objectivos que prossegue não podem ser atingidos, num prazo razoável, pela União no seu conjunto, e desde que reúna, no mínimo, um terço dos Estados-Membros. O Conselho delibera de acordo com o processo previsto no **artigo [...] da Parte III** da Constituição.

3. Só os representantes dos Estados-Membros participantes numa cooperação reforçada podem intervir na adopção dos actos no âmbito do Conselho. Todos os Estados-Membros podem, todavia, participar nas deliberações do Conselho.

A unanimidade é constituída exclusivamente pelos votos dos Estados participantes. A maioria qualificada é definida como a maioria dos votos dos Estados-Membros participantes, em representação de, no mínimo, três quintos da população desses Estados.

4. Os actos adoptados no âmbito de uma cooperação reforçada vinculam apenas os Estados-Membros participantes. Não são entendidos como um acervo que deva ser aceite pelos candidatos à adesão à União.

Observações:¹

O mecanismo da cooperação reforçada foi criado pelo Tratado de Amesterdão e alterado pelo Tratado de Nice. Este mecanismo rege-se por disposições gerais que se aplicam a todos os domínios (artigos 43.º a 45.º do TUE), bem como por cláusulas específicas, em função dos domínios abrangidos pelo TCE (artigos 11.º e 11.º-A do TCE), pela cooperação em matéria penal (artigos 40.º a 40.º-B do TUE) e pela PESC (artigos 27.º-A a 27.º-E do TUE). Até à data, ainda não foi utilizado.

A cooperação reforçada foi concebida como um mecanismo de "último recurso", sempre que determinada acção não possa ser levada por diante com a participação de todos os Estados-Membros. Neste caso, o Conselho pode autorizar, por maioria qualificada, um número mínimo de oito Estados-Membros a avançarem recorrendo "às instituições, processos e mecanismos" previstos nos Tratados. Porém, só os Estados-Membros participantes podem tomar parte na votação no Conselho para adoptar decisões que apenas a eles são aplicáveis e cujos eventuais custos são, em princípio, assegurados apenas por esses mesmos Estados-Membros no que diz respeito às despesas de carácter não administrativo. Em princípio, é admissível a cooperação reforçada em todos os domínios abrangidos pelos Tratados, com excepção das questões que tenham implicações a nível militar e da defesa.

Os projectos de artigos da Constituição visam, essencialmente, simplificar a redacção das actuais disposições relativas às cooperações reforçadas, ao passo que a nova estrutura destes artigos assenta mais em critérios temáticos do que na actual distinção por pilares.

¹ *A cooperação reforçada foi objecto de uma nota descritiva do mecanismo, bem como de propostas de artigos comentadas, cf. documento CONV 723/03, de 14 de Maio de 2003.*

Na Parte I da Constituição insere-se o artigo I-43.º, que apresenta os traços fundamentais do mecanismo da cooperação reforçada no quadro da União. Uma vez que constitui um instrumento particular quanto ao exercício das competências da União, é objecto de um capítulo separado no Título V da Parte I da Constituição. Em relação aos Tratados actuais, poucas alterações de fundo há a assinalar neste artigo: foi mais clarificada a condição do último recurso e o limiar mínimo de participação foi fixado em um terço dos Estados-Membros.

Primeiro parágrafo do n.º 1 do artigo I-43.º

Este número expõe o princípio fundamental segundo o qual as cooperações reforçadas funcionam no âmbito das bases jurídicas dos Tratados, no que se refere tanto às competências como ao seu exercício (processos e instrumentos). Este princípio encontra-se expresso de diferentes maneiras, em diversos pontos dos Tratados actuais ¹.

Por outro lado, este número indica logo à partida quais as disposições da Parte III da Constituição [artigos [...] a [...]], que figuram num capítulo distinto do Título VII, consagrado ao funcionamento da União. Estas disposições estabelecem os limites e modalidades por que se rege o mecanismo da cooperação reforçada, designadamente a sua não aplicação às formas específicas de cooperação no domínio da defesa, e outras condições gerais destinadas, designadamente, a assegurar a observância do acervo da União. Descrevem igualmente o processo de autorização e o processo aplicável à participação posterior de outros Estados-Membros.

Segundo parágrafo do n.º 1 do artigo I-43.º: Baseado nas condições estabelecidas na alínea a) do artigo 43.º do TUE, consigna o princípio de abertura (artigo 43.º-B do TUE), especificado **num artigo** da Parte III da Constituição.

N.º 2 do artigo I-43.º: Princípio da autorização do Conselho e condições prévias para essa autorização: último recurso (artigo 43.º-A do TUE) e limiar mínimo (alínea g) do artigo 43.º do TUE).

¹ Artigos 43.º e 44.º (primeiro período) do TUE, n.º 3 do artigo 11.º do TCE, n.º 2 do artigo 27.º-A e n.º 2 do artigo 40.º do TUE.

*Este número enuncia o princípio da autorização do Conselho para desencadear uma cooperação reforçada e remete para **um artigo** da Parte III da Constituição no tocante às regras processuais. Enuncia ainda duas condições prévias para essa autorização: a condição do último recurso e a do limiar mínimo de participação.*

A condição do último recurso, alterada pelo Tratado de Nice, não indica de que forma deve o Conselho estabelecer o seu cumprimento e afigura-se algo redundante relativamente à decisão de autorização do Conselho. A fórmula proposta indica que é através da decisão de autorização que o Conselho verifica formalmente se a condição do último recurso foi de facto cumprida. Além disso, ao suprimir a expressão "através da aplicação das disposições pertinentes dos Tratados", estabelece-se mais claramente que a condição do último recurso não implica necessariamente o fracasso de um processo anterior, nem mesmo que tal processo de decisão tenha sido iniciado. De qualquer forma, é conveniente que o âmbito de acção de uma cooperação reforçada não seja pré-determinado por processos anteriores, mas possa ser determinado de modo mais amplo durante o processo de autorização, remetendo, nomeadamente, para diversas bases jurídicas em que assente a cooperação prevista.

No que respeita à condição do limiar mínimo de participação, coloca-se a questão de saber se não haverá que reintroduzir uma proporção de Estados-Membros, em vez de um número fixo, o que faz pouco sentido numa União cujo número de membros não está fixado de forma definitiva. No espírito do Tratado de Nice, essa proporção poderia corresponder a um terço dos Estados-Membros.

N.º 3 do artigo I-43.º: Baseado no n.º 1 do artigo 44.º do TUE

A principal característica institucional das cooperações reforçadas consiste na exclusão do direito de voto, no Conselho, dos não participantes. O projecto de artigo prevê contudo a possibilidade de estes participarem nas deliberações, tal como estabelecido no Tratado actual.

Por outro lado, o facto de se aplicarem às cooperações reforçadas as bases jurídicas da Constituição leva a que as regras de votação previstas nestas últimas – ou seja, a unanimidade ou a maioria qualificada – transitem para o funcionamento das cooperações reforçadas. Assim sendo, convém definir nesta disposição, a exemplo do actual artigo 44.º do TUE, a unanimidade e a maioria qualificada quando o Conselho delibera no âmbito de uma cooperação reforçada, tendo em conta a reformulação da votação por maioria qualificada efectuada pela Convenção.

N.º 4 do artigo I-43.º: Baseado no n.º 2 do artigo 44.º do TUE

*Os actos adoptados no âmbito de uma cooperação reforçada só vinculam os participantes. Assim, não vinculam os restantes Estados-Membros, a não ser – como é óbvio – quando estes nela participem posteriormente, o que decorre também do **primeiro parágrafo do artigo [...] da Parte III** ("desde que sejam respeitados ... os actos já adoptados nesse âmbito", ver *infra*). As especificações suplementares incluídas no n.º 2 do artigo 44.º do TUE não parecem necessárias.*

Por último, propõe-se a supressão do período "Esses actos ... não fazem parte do acervo da União.". Efectivamente, esta disposição levanta uma questão de alcance demasiado geral, se o seu objecto consistir em evitar impor o acervo (ainda não existente) das cooperações reforçadas aos futuros Estados-Membros (no caso vertente, após o próximo alargamento da União aos dez novos Estados, uma vez que a questão já não se coloca em relação a estes últimos). A fórmula proposta inspira-se no artigo 8.º do Protocolo que integra o acervo de Schengen no âmbito da União.



Desde a apresentação deste projecto de artigo, o Secretariado começou a receber algumas observações. De entre estas, assinala-se que A. Duff defende a supressão da cooperação reforçada. O Praesidium é de opinião que, numa União alargada, a possibilidade de cooperações reforçadas deve estar prevista na Constituição.

TÍTULO VI: VIDA DEMOCRÁTICA DA UNIÃO

Artigo I-44.º: Princípio da igualdade democrática

~~O funcionamento da União baseia-se no~~ **Em todas as suas actividades, a União respeita o** princípio da igualdade ~~dos cidadãos~~ **dos seus cidadãos**, que beneficiam de igual atenção por parte das Instituições da União.

Observações:

- 1. Os Convencionais propuseram poucas alterações ao artigo I-44.º. A alteração mais significativa, sugerida por vários, tinha por objectivo especificar que o princípio da igualdade abrange também a "igualdade entre Estados-Membros". Considerou-se que essa referência dificilmente se poderia enquadrar num título que trata da vida democrática da União e que, por conseguinte, se dirige prioritariamente aos cidadãos.*
- 2. Foram introduzidas diversas alterações de redacção destinadas a tornar mais legível a primeira frase e a dar resposta às preocupações de vários Convencionais, para os quais seria conveniente especificar a que cidadãos se refere: trata-se dos cidadãos da União.*

Artigo I-45.º: Princípio da democracia representativa

- 1. O funcionamento da União baseia-se no princípio da democracia representativa.**
- 2. Os cidadãos estão directamente representados a nível da União no Parlamento Europeu. Os Estados-Membros estão representados no Conselho Europeu e no Conselho pelos seus governos, que são eles próprios responsáveis perante os parlamentos nacionais, eleitos pelos seus cidadãos.**

3. Todos os cidadãos têm o direito de participar na vida democrática da União. **As decisões serão tomadas de forma tão aberta e tão próxima dos cidadãos quanto possível.**
4. Os partidos políticos ~~a~~ **de** nível europeu contribuem para a formação da consciência **política** europeia e para a expressão da vontade ~~política~~ dos cidadãos da União.

Observações:

1. *Propõe-se a introdução deste novo artigo, a fim de reflectir neste título, não só a democracia participativa, mas também a democracia representativa. Existem evidentemente laços estreitos entre ambas, mas, em vez de se aditar um texto neste sentido ao artigo I-46.º, como propõem vários Convencionais (nomeadamente, Duff e 22 outros Convencionais e Dybkjaer), a referência à democracia representativa ficará provavelmente mais valorizada num artigo distinto.*
2. *O n.º 3 integra o antigo n.º 1 do artigo I-46.º, a que se acrescentou uma segunda frase sobre o facto de as decisões serem tomadas de forma tão aberta e tão próxima dos cidadãos quanto possível. Esta alteração dá resposta ao pedido de alguns Convencionais (nomeadamente, Duff e 22 outros, Dybkjaer, e Voggenhuber e outros) para que se retomem alguns elementos do artigo 1.º do TUE. Observe-se que o texto se refere às "decisões" em sentido lato, e não ao instrumento específico descrito na Constituição.*
3. *O n.º 4 integra o antigo projecto de artigo 35.º-A relativo aos partidos políticos de nível europeu (sob uma forma ligeiramente alterada), uma vez que será lógico acrescentar este texto ao artigo relativo à democracia representativa. Vários Convencionais (nomeadamente, Hübner, Lopes e Lobo Antunes, Santer e 4 outros, Brok e 36 outros, Follini e Floch) solicitaram que o artigo 191.º do TCE fosse retomado, em parte (primeiro parágrafo) ou na íntegra. O texto revisto baseia-se assim no primeiro parágrafo do artigo 191.º do TCE sob uma forma abreviada, a fim de evitar que figurem na Parte I da Constituição textos com uma conotação apreciativa. O segundo parágrafo do artigo 191.º será abrangido pelas disposições institucionais da Parte III da Constituição.*

Artigo I-46.º: Princípio da democracia participativa

~~1. Todos os cidadãos têm o direito de participar na vida democrática da União.~~

1. As Instituições da União, recorrendo aos meios adequados, darão aos cidadãos e às associações representativas a possibilidade de expressarem e partilharem publicamente os seus pontos de vista sobre todos os domínios de acção da União.
2. As Instituições da União estabelecerão um diálogo aberto, transparente e regular com as organizações representativas e com a sociedade civil.
3. **A fim de assegurar a coerência e a transparência das acções da União, a Comissão procederá a amplas consultas das partes interessadas.**

Observações:

1. *O n.º 1 é transferido para o n.º 3 do artigo I-45.º.*
2. *A maioria dos pedidos formulados em relação a este artigo, tanto nas alterações escritas como durante o debate na sessão plenária de 24 de Abril, dizem respeito ao aditamento de um artigo distinto ou de um novo número sobre o papel dos parceiros sociais e do diálogo social autónomo. Propõe-se que este pedido seja tomado em conta através da introdução de um artigo próprio (I-47.º), a fim de distinguir o diálogo social do diálogo com a sociedade civil em sentido lato.*
3. *O projecto de artigo foi ainda completado por um novo número relativo às consultas à sociedade civil, com base nas propostas de vários Convencionais (nomeadamente, Berès e 10 outros, Van Lancker e 10 outros, Paciotti, Hjelm-Wallén e 4 outros, dos quais alguns propuseram ainda outros elementos a acrescentar a um dos números existentes).*

Artigo I-47.º: Parceiros sociais e diálogo social autónomo

A União Europeia reconhece e promove o papel dos parceiros sociais a nível da União, tendo em conta a diversidade dos sistemas nacionais, e facilita o diálogo entre eles, no respeito pela respectiva autonomia.

Observações:

Novo artigo, destinado a dar resposta ao desejo, manifestado por um elevadíssimo número de Convencionais (nomeadamente, Brok e 34 outros, Duff e 22 outros, Van Lancker e 11 outros, Gabaglio, Jacobs, Floch, Dybkjaer, Kaufmann, Kohout, Severin, Voggenhuber e 4 outros, Kristensen e 4 outros, Bonde e Zahradil), de ver reflectido num artigo (ou num número do artigo I.46.º) o papel dos parceiros sociais e do diálogo social autónomo. Este projecto de artigo baseia-se nos projectos de texto propostos por Brok e por Van Lancker (contando cada um deles com o apoio de vários Convencionais), que são muito semelhantes. Duff e outros propuseram também textos no mesmo sentido.

Artigo I-48.º: Provedor de Justiça Europeu

~~É nomeado um~~ **O Parlamento Europeu nomeia um Provedor de Justiça Europeu**, incumbido de receber queixas respeitantes a casos de má administração nas **actuação das** Instituições, **órgãos ou agências** da União, bem como de proceder a inquéritos e apresentar relatórios sobre essas queixas. **O Provedor de Justiça Europeu desempenha exerce as suas funções de modo totalmente independente com total independência.**

Observações:

- 1. De acordo com o pedido formulado por numerosos Convencionais (nomeadamente nas alterações de Borrell e 2 outros, Duff e 28 outros, Fischer, Kaufmann, Muscardini, Paciotti e 10 outros, Voggenhuber e 4 outros), propõe-se que seja especificado que o Provedor de Justiça Europeu é nomeado pelo Parlamento Europeu.*

2. *Vários Convencionais propuseram igualmente que o texto fosse alterado por forma a reflectir o facto de o âmbito de acção do Provedor de Justiça se estender não só às Instituições, mas também aos órgãos e agências da União, e/ou que fosse aditada uma referência à excepção relativa ao Tribunal de Justiça e ao Tribunal de Primeira Instância (alterações apresentadas, nomeadamente, por de Vries e de Bruijn, Lopes e Antunes, Muscardini, Palacio, de Villepin, Voggenhuber e 4 outros). Propõe-se que o pedido relativo ao Tribunal de Justiça não seja introduzido aqui, uma vez que essa referência constará do artigo correspondente, no título relativo às Instituições da Parte III.*
3. *Propõe-se também que seja tido em conta o desejo de alguns Convencionais (nomeadamente, de Vries, de Bruijn e Timmermans) de referir neste artigo a independência do Provedor de Justiça.*

~~Artigo 35.º A: Partidos políticos a nível europeu~~

~~Os partidos políticos a nível europeu contribuem para a formação da consciência europeia e para a expressão da vontade política dos cidadãos da União.~~

Observações:

Este projecto de artigo foi integrado no novo artigo I-45.º relativo ao princípio da democracia representativa, como n.º 4.

Artigo I-49.º: Transparência dos trabalhos das Instituições da União

1. A fim de promover a boa governação e assegurar a participação da sociedade civil, a actuação das Instituições, **órgãos** e **agências** da União pautar-se-á pelo máximo respeito possível pelo princípio de abertura.

2. As sessões do Parlamento Europeu são públicas, assim como as do Conselho, sempre que delibere sobre uma proposta legislativa **e proceda à sua adopção.**
3. Qualquer cidadã ou cidadão da União ou qualquer pessoa singular ou colectiva com residência **ou sede social** num Estado-Membro goza do direito de acesso aos documentos – seja qual for a forma em que foram produzidos – ~~do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, bem como das agências e órgãos criados por essas Instituições~~ **das Instituições, agências e órgãos da União, nas condições previstas na Parte III.**
4. **A lei europeia fixa os princípios gerais,**~~as condições~~ e os limites que, por razões de interesse público ou privado, regem o exercício do direito de acesso ~~aos a esses documentos são definidos pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, de acordo com o processo legislativo.~~
5. Cada Instituição, órgão ou agência a que se refere o n.º ~~23 define~~ **estabelece**, no respectivo regulamento interno, disposições específicas sobre o acesso aos seus documentos, **em conformidade com a lei europeia referida no número anterior.**

Observações:

1. *Vários Convencionais (nomeadamente, Brok e 37 outros, Duff e 20 outros, Follini, Kaufmann, Tiilikainen e 4 outros) solicitaram a inclusão de uma referência mais geral às Instituições, órgãos e agências da União no n.º 3. A fim de assegurar a coerência de todo o artigo, propõe-se que seja introduzida no n.º 1 a mesma alteração.*
2. *Em conformidade com o pedido de vários Convencionais (nomeadamente, Brok e 37 outros, Follini, Hjelm-Wallén e 4 outros), propõe-se o aditamento da expressão "e proceda à sua adopção" ao texto do n.º 2. Foram formuladas outras propostas pelos Convencionais no que se refere, por exemplo, à publicação de relatórios; no entanto, a fim de evitar redundâncias em relação a elementos que constarão das disposições institucionais da Parte III da Constituição, propõe-se que não sejam mencionados neste artigo.*

3. *Numerosos Convencionais propuseram que se suprimisse a referência às "cidadãs" no n.º 3. Segundo parece, esta forma feminina é dificilmente traduzível em várias línguas. Observe-se que a versão francesa da Carta utiliza os dois géneros, feminino e masculino, ao passo que, por exemplo, a versão inglesa se refere a "qualquer cidadão" / "every citizen"). Dado que, segundo parece, a questão se coloca sobretudo em termos de tradução, propõe-se que se mantenham por enquanto ambas as formas e que se determine posteriormente a abordagem a seguir em toda a Constituição.*
4. *Propõe-se igualmente que seja aditada uma referência às pessoas com "sede social" na União (fórmula utilizada no artigo II.42.º da Carta, bem como no artigo 255.º do TCE, que inclui a expressão "que ... tenham a sua sede social"), de acordo com a proposta apresentada por vários Convencionais (nomeadamente, Hain, Roche, Tiilikainen e 4 outros, Hjelm-Wallén e 7 outros, de Villepin).*
5. *A primeira alteração do n.º 4 adapta a referência ao processo legislativo às referências contidas no resto do projecto de Constituição. Propõe-se que seja tomado em conta o desejo, manifestado por diversos Convencionais (nomeadamente, Brok e 37 outros, Follini, Tiilikainen e 4 outros, Hjelm-Wallén e 7 outros), de suprimir a referência às "condições". Propõe-se também que o texto seja alterado por forma a mencionar "a esses documentos" (proposta apresentada, designadamente, por Heathcoat-Amory e Bonde).*
6. *Foi aditada uma referência ao n.º 4, bem como à lei que fixa os princípios que regem o acesso aos documentos, conforme pediram vários Convencionais (Brok e 37 outros, de Vries e de Bruijn, Follini).*

Artigo I-50.º: Protecção de dados pessoais

1. Todas as pessoas têm direito à protecção dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito.
2. ~~O Parlamento e o Conselho aprovam, de acordo com o processo legislativo, A lei europeia~~ **fixa estabelece** as normas relativas à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas Instituições, órgãos **e agências** da União, bem como pelos Estados-Membros no exercício de actividades ~~sujeitas~~ **relativas** à aplicação do direito da União, e à livre circulação desses dados. **O respeito por essas normas está sujeito ao controlo de uma autoridade independente.**

Observações:

1. *Vários Convencionais (nomeadamente, Duff e 22 outros, Einem, Fischer, Haenel e Badinter, Kaufmann, Meyer, Voggenhuber e 2 outros) propuseram a supressão do n.º 1, alegando que é redundante em relação ao n.º 1 do artigo II.8.º da Carta. A fim de conservar uma introdução ao n.º 2, que visa a adopção de uma lei europeia relativa à protecção dos dados pessoais, propõe-se, porém, que seja mantido.*
2. *A primeira alteração do n.º 2 adapta a referência ao processo legislativo às referências que figuram no resto do projecto de Constituição. A segunda ("agências") é introduzida a fim de garantir a coerência com os artigos anteriores. É igualmente aditada uma referência a um órgão de controlo, por proposta de alguns Convencionais (nomeadamente, Farnleitner, Floche e de Villepin).*

Artigo I-51.º: Estatuto das Igrejas e das organizações não confessionais

1. A União ~~Europeia~~ respeita ~~e não afecta~~ o estatuto de que gozam, ao abrigo do direito nacional, as Igrejas e associações ou comunidades religiosas nos Estados-Membros.
2. A União ~~Europeia~~ respeita igualmente o estatuto das organizações filosóficas e não confessionais.
3. No reconhecimento da sua identidade e do seu contributo específico, a União estabelecerá um diálogo **aberto, transparente e** regular com as referidas Igrejas e organizações.

Observações:

1. *O artigo I-51.º foi frequentemente evocado pelos Convencionais na sessão plenária de 24 de Abril, bem como nas alterações ou observações depositadas. Se bem que muitos tenham manifestado a importância que atribuem a estas disposições, outros declararam-se favoráveis à sua supressão.*
2. *Os n.ºs 1 e 2 deram origem a numerosas propostas de alterações, sendo várias delas especialmente interessantes e úteis. Permitem melhorar a redacção ou precisar determinados aspectos do texto. Todavia, foi considerado preferível não alterar a redacção que havia sido adoptada, e que retoma a Declaração n.º 11, anexa ao Tratado de Amesterdão. Com efeito, ao enveredar por uma reformulação do texto existente, e que é satisfatório, a Convenção correria o risco de reabrir um debate mais geral e difícil, que já foi realizado no passado. Por este motivo, justifica-se uma certa prudência nesta matéria. As duas únicas alterações propostas são de redacção e destinam-se a tornar mais leve o texto actual, sem alterar o respectivo conteúdo.*

3. *No n.º 3, considerou-se útil aceitar a alteração proposta por Tiilikainen e 4 outros Convencionais, destinada a especificar que o diálogo é "aberto e transparente". Esta precisão no que se refere ao diálogo a estabelecer com estas entidades deverá igualmente ir ao encontro das preocupações expressas por certos Convencionais (designadamente, Muscardini ou Lequiller) que receavam que esta disposição pudesse vir a ser aproveitada por determinadas Igrejas ou organizações, ou entidades que se considerem como tal, desviando-a do seu objectivo.*

[Artigo X

1. O Congresso dos Povos da Europa é a instância de encontro e de reflexão da vida política europeia. Reúne-se pelo menos uma vez por ano. As suas sessões são públicas. São convocadas e presididas pelo Presidente do Parlamento Europeu.
2. O Congresso não intervém no processo legislativo da União.
3. O Presidente do Conselho Europeu apresenta um relatório sobre o estado da União. O Presidente da Comissão apresenta o programa legislativo anual.
4. O Congresso é composto, na proporção de um terço, por deputados do Parlamento Europeu e, de dois terços, por representantes dos parlamentos nacionais. O número total não será superior a setecentos.]

Observações:

Reprodução do projecto de artigo X constante do documento CONV 691/03, no qual se indicava que este artigo poderia ser eventualmente inserido no presente Título.

O Secretariado recebeu um número significativo de alterações sobre este artigo, que predominantemente propõem a sua supressão e não eventuais alterações de redacção.

TÍTULO VII: AS FINANÇAS DA UNIÃO

Artigo I-52.º: Princípios orçamentais e financeiros

1. Todas as receitas e despesas da União devem ser objecto de previsões para cada exercício orçamental e ser inscritas no Orçamento, em conformidade com as disposições da Parte III da Constituição.
2. O Orçamento deve respeitar o equilíbrio entre as receitas e as despesas.
3. As despesas inscritas no Orçamento são autorizadas para o período do exercício orçamental anual, em conformidade com a lei europeia referida no artigo ([ex-279.º]).
4. A execução de despesas inscritas no Orçamento requer a adopção prévia de um acto juridicamente obrigatório que confira fundamento jurídico à acção da União e à execução da despesa, em conformidade com a lei europeia referida no artigo ([ex-279.º]). O acto em questão deve assumir a forma de lei europeia, de lei-quadro europeia, de regulamento europeu ou de decisão europeia.
5. Para assegurar a manutenção da disciplina orçamental, ~~a Comissão não apresentará propostas de actos da União, não alterará as suas propostas nem adoptará medidas de execução~~ **A União não adoptará actos** susceptíveis de ter uma incidência ~~sensível~~ **significativa** no Orçamento sem dar a garantia de que essas propostas ou medidas podem ser financiadas nos limites dos recursos próprios da União **e do quadro financeiro plurianual referido no artigo I-54.º.**
6. O Orçamento da União é executado de acordo com o princípio da boa gestão financeira. Os Estados-Membros cooperarão com a União a fim de assegurar que as dotações inscritas no Orçamento sejam utilizadas de acordo com os princípios da boa gestão financeira.
7. A União e os Estados-Membros combaterão a fraude e quaisquer outras actividades ilegais lesivas dos interesses financeiros da União, em conformidade com o disposto no artigo [ex-280.º] da Parte III.

Observações

N.º 1

No primeiro documento sobre as finanças (CONV 602/03), os princípios orçamentais eram estabelecidos no segundo artigo do presente Título. Na sequência de várias alterações e intervenções na sessão plenária da Convenção, o Praesidium propõe que o artigo consagrado aos princípios seja o primeiro do Título VII.

Várias alterações propõem redacções alternativas para este número com o objectivo de excluir qualquer possibilidade de excepção ao princípio da unidade do Orçamento. Todavia, o Praesidium decidiu não alterar este número. Na verdade, o n.º 1 só prevê excepções na medida em que as disposições da Parte III relativas às políticas as estabeleçam.

Além disso, há que recordar que a disposição especial do artigo[ex-268.º do TCE] relativa aos actuais segundo e terceiro pilares foi suprimida no projecto de articulado sobre as finanças da Parte III. É no quadro dos artigos respeitantes a essas políticas que devem ser previstas as disposições especiais em matéria de inscrição das suas despesas no Orçamento.

N.º 2

O Praesidium propõe que a redacção do princípio do equilíbrio orçamental se mantenha inalterada. Trata-se da fórmula consagrada. É claro que este princípio implica a proibição dos défices, não sendo necessário referi-lo expressamente, conforme solicitado em algumas das alterações

N.º 3

Algumas alterações (De Vries e de Bruijn e Hubner) propõem que seja mencionado o período abrangido pelo orçamento anual. O artigo [...] da Parte III indica esse período: de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro.

N.º 5

O relatório final do Círculo de Discussão sobre o Processo Orçamental assinala que o quadro financeiro plurianual deve ser referido no presente número enquanto quadro de referência para a disciplina orçamental, juntamente com o limite máximo dos recursos próprios.

Várias alterações exprimem o mesmo desejo (De Vries, Borrel et al., Duhamel, et al., Hain e Hjelm-Wallén).

N.º 6

Uma alteração (De Vries e De Bruijn) propõe que se adite a regra da responsabilidade da Comissão em matéria de execução do Orçamento. Neste contexto, há que recordar que essa regra figura num projecto da Parte III, no capítulo sobre "Execução do orçamento e quitação

Artigo I-53.º: Recursos da União

- 1. A União dotar-se-á dos meios necessários para atingir os seus objectivos e realizar com êxito as suas políticas.**
- 2. O Orçamento da União é integralmente financiado por recursos próprios, sem prejuízo de outras receitas.**
- 3. Uma lei europeia do Conselho fixa o limite dos recursos da União e pode estabelecer novas categorias de recursos ou revogar uma categoria existente. Esta lei só entrará em vigor após a sua aprovação pelos Estados-Membros, de acordo com as respectivas normas constitucionais. O Conselho delibera por unanimidade após consulta ao Parlamento Europeu.**
- 4. Uma lei europeia do Conselho fixa as modalidades dos recursos da União. O Conselho delibera após aprovação do Parlamento.**

Observações

N.º 1

O relatório final do Círculo de Discussão sobre os Recursos Próprios considera que o princípio da suficiência de meios, a que actualmente se refere o n.º 4 do artigo 6.º do TUE, deve ser mantido no título da Parte I da Constituição consagrado às finanças.

Várias alterações partilham deste parecer (Brok et al., Wittbrodt et al., Palacio, Lopes e Lobo Antunes e Einem e Berger).

O Círculo de Discussão sobre os Recursos Próprios levantou a questão da denominação "recursos próprios", tendo vários membros opinado que poderá dar azo a confusões. Qualquer que seja a denominação escolhida, o Círculo considerou que deve ser salvaguardado o conceito de "recursos próprios" no sentido de recursos que pertencem por direito à União.

N.ºs 2 e 3

A maior parte das alterações relativas aos recursos prende-se com o processo de decisão e denota posições muito divergentes. Enquanto uns (nomeadamente certos representantes de governos) preconizam a manutenção do processo actualmente previsto no Tratado CE (especialmente a unanimidade e a ratificação nacional), outros desejam que o Parlamento intervenha através do processo legislativo ou mediante parecer favorável e que o Conselho delibere por maioria qualificada ou "reforçada".

O Círculo de Discussão sobre os Recursos Próprios propôs o desdobramento da base jurídica. Esta proposta não foi consensual, embora tenha sido maioritária no Círculo, apresentando-se como uma solução possível (uma alteração de Dominique de Villepin prevê também esse desdobramento).

Quanto às modalidades dos recursos (n.º 3), a maior parte dos membros do Círculo apoiou a votação por maioria qualificada no Conselho. Tanto o Círculo de Discussão sobre os Recursos Próprios como o Círculo de Discussão sobre o Processo Orçamental consideraram que, para a adopção das modalidades dos recursos e do quadro financeiro plurianual, a maioria qualificada deveria ser "reforçada", caso a Constituição venha a prever essa maioria horizontalmente. Na falta dessa maioria qualificada reforçada, ambos os Círculos propõem que o Conselho decida por maioria qualificada normal.

Note-se que, em matéria de recursos próprios, um número considerável de alterações propõe que se deixe em aberto a possibilidade de criar impostos europeus (Michel et al., Villepin, Lequiller, Brok et al., Duhamel et al., Borrell et al., Farnleitner e Duff et al.). O Círculo de Discussão concluiu que a actual base jurídica permite já a criação de novos recursos, incluindo os de natureza fiscal, pelo que não será necessário referi-los expressamente. Com efeito, a natureza e as modalidades dos recursos são questões do âmbito do direito derivado, que serão objecto das leis adoptadas por força da presente base jurídica.

Artigo I-54.º: Quadro financeiro plurianual

- 1. O quadro financeiro plurianual destina-se a garantir que as despesas da União sigam uma evolução ordenada dentro dos limites dos recursos próprios. O quadro financeiro plurianual fixa os montantes dos limites máximos anuais das dotações para autorização por categoria de despesa, de acordo com as disposições do artigo [...] da Parte III.**
- 2. Uma lei europeia do Conselho fixa o quadro financeiro plurianual. O Conselho delibera após aprovação do Parlamento Europeu, que se pronuncia por maioria dos membros que o compõem.**
- 3. O Orçamento anual da União respeita o quadro financeiro plurianual.**

Observações

N.º 1

O Círculo de Discussão sobre o Processo Orçamental e várias alterações apresentadas (De Vries e De Bruijn, Villepin, Lopes e Lobo Antunes e Duff et al.) propõem que se consagre um artigo específico às perspectivas financeiras na Parte I da Constituição.

O Círculo considerou que os termos "perspectivas financeiras" não reflectem claramente o conteúdo do acto, pelo que propõe a denominação "quadro financeiro plurianual".

Segundo o Círculo, o artigo consagrado ao quadro financeiro deve preceder o consagrado ao processo orçamental anual e conter os seguintes elementos :

- especificar que o quadro financeiro plurianual constitui um quadro vinculativo para o orçamento anual, a fim de garantir que as despesas da União sigam uma evolução ordenada;*
- incluir o princípio segundo o qual os valores vinculativos dos limites máximos anuais das dotações para autorizações por rubrica são fixados no quadro financeiro dentro dos limites dos recursos próprios da União.*

Várias alterações defendem esta abordagem (Duff et al. que não menciona as rubricas, De Vries, Lopes e Lobo Antunes, Duhamel et al. e Michel et al.). Uma alteração põe a tónica na observância dos limites máximos dos recursos próprios (Hjelm-Wallén).

Por sua vez, o Círculo de Discussão sobre os Recursos Próprios considerou que a Parte I da Constituição deve regular a questão da "hierarquia a estabelecer entre o sistema de recursos da União, e em especial o limite desses recursos, e o quadro financeiro plurianual".

Segundo o Círculo de Discussão sobre o Processo Orçamental, o artigo da Parte I da Constituição consagrado ao quadro financeiro deve igualmente prever a base jurídica para a sua adopção.

Tal como no caso dos recursos próprios, a maior parte das alterações apresentadas em matéria de quadro financeiro prende-se com o processo de adopção e contém grandes divergências. O Praesidium seguiu as indicações do relatório final do Círculo.

Tanto o Círculo de Discussão sobre os Recursos Próprios como o Círculo de Discussão sobre o Processo Orçamental consideraram que, para a adopção das modalidades dos recursos e do quadro financeiro plurianual, a maioria qualificada deveria ser "reforçada", caso a Constituição venha a prever essa maioria horizontalmente. Na falta dessa maioria qualificada reforçada, ambos os Círculos propõem que o Conselho decida por maioria qualificada normal.

O Parlamento deve dar a sua aprovação. Há que recordar que, sendo a regra de votação no Conselho a maioria qualificada, a necessidade de contar com a aprovação do Parlamento dá a este mais possibilidades de negociação que o actual processo de acordo interinstitucional. O Círculo de Discussão sobre o Processo Orçamental quis salvaguardar o elemento de "negociação" entre as Instituições. Este elemento foi objecto do n.º 5 do artigo 1.º das disposições da Parte III consagradas ao Orçamento.

Trata-se de uma lei adoptada sob proposta da Comissão. O Círculo de Discussão sobre o Processo Orçamental considera que a iniciativa legislativa deverá caber à Comissão, sem que tal condicione as regras de votação no Conselho. Será necessário prever uma excepção às consequências da iniciativa da Comissão em matéria de votação no Conselho actualmente estabelecidas no artigo[ex-250.º do TCE].

Uma alteração (Lopes e Lobo Antunes) propõe que o último ano do quadro anterior seja prorrogado em caso de insucesso do processo de adopção do novo quadro. Esta ideia é retomada no projecto de artigo 1.º da Parte III.

N.º 3

Segundo o Círculo de Discussão sobre o Processo Orçamental, o artigo consagrado ao quadro financeiro na Parte I da Constituição deve preceder o consagrado ao processo orçamental anual e especificar que o quadro financeiro plurianual constitui um quadro vinculativo para o Orçamento anual. Várias alterações corroboraram também esta abordagem.

Por sua vez, o Círculo de Discussão sobre os Recursos Próprios considera que a Parte I da Constituição deve regular a questão da "hierarquia a estabelecer entre o sistema de recursos da União, e em especial o limite desses recursos, e o quadro financeiro plurianual". O Orçamento anual, que determina a disponibilização efectiva dos recursos, deverá, por seu turno, respeitar o quadro financeiro.

Artigo I-55.º: ~~Processo orçamental~~ Orçamento da União

A lei europeia que fixa o Orçamento anual da União é adoptada ~~conjuntamente~~ pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, sob proposta da Comissão, de acordo com as regras previstas no artigo [ex-272.º].

~~O Orçamento da União é elaborado no respeito das perspectivas financeiras plurianuais referidas no artigo Y (Parte II da Constituição).~~

Observações

O processo orçamental anual é objecto de alterações contraditórias, sobretudo no que diz respeito à solução a encontrar no caso de o Parlamento e o Conselho não conseguirem chegar a acordo.

O Círculo de Discussão propôs um esquema processual cujos elementos essenciais estão definidos no presente projecto de artigo, constando os pormenores do projecto de artigo 3.º das disposições da Parte III consagradas ao Orçamento.

Tratar-se-ia de uma lei adoptada ao abrigo de um processo ad hoc. O Praesidium suprimiu o termo "conjuntamente" para especificar melhor a natureza do processo.

Seria adoptada sob proposta da Comissão. O Círculo de Discussão sobre o Processo Orçamental considera que a iniciativa legislativa deverá caber à Comissão, sem que tal condicione as regras de votação no Conselho. Será necessário prever uma excepção às consequências da iniciativa da Comissão em matéria de votação no Conselho actualmente estabelecidas no artigo [ex- 250.º do TCE].

O Círculo propõe que se suprima a distinção entre despesas obrigatórias e não obrigatórias. Essa supressão ficaria sujeita à consagração do princípio segundo o qual a autoridade orçamental e a Comissão velam pela disponibilidade dos meios financeiros necessários para permitir que a União cumpra as suas obrigações jurídicas para com terceiros. Algumas alterações (Villepin, Schluter, Lopes e Lobo Antunes e Roche) propõem que se consagre na Constituição este princípio, que se encontra efectivamente estabelecido no projecto de artigo [...] das disposições da Parte II consagradas ao Orçamento.

TÍTULO VIII: A UNIÃO E A SUA ENVOLVENTE IMEDIATA

Artigo I-56.º: A União e a sua envolvente imediata

1. A União desenvolve relações privilegiadas com os Estados na sua vizinhança, a fim de criar um espaço de prosperidade e boa vizinhança, **fundado nos valores da União** e caracterizado por relações estreitas e pacíficas, baseadas na cooperação.
2. Para o efeito, a União pode celebrar e aplicar acordos específicos com os países interessados, nos termos do disposto no artigo III-226.º (ex-artigo 33.º) da Parte III da Constituição. Esses acordos podem incluir direitos e obrigações recíprocos, bem como a possibilidade de realizar acções em comum. A sua aplicação será acompanhada de [consultas] periódicas.

Observações relativas ao n.º 1

Alguns membros da Convenção (Attalides, Borrell e outros, Carnero e outros, Muscardini) manifestaram o desejo de que fosse claro que a relação enunciada neste artigo se baseia no respeito pelos princípios democráticos, o Estado de direito e os direitos humanos, valores em que é fundada a própria União. Com o aditamento da curta frase proposta pretende-se dar resposta a esse pedido. Propõe-se ainda evitar a inclusão de uma lista de valores, o que tornaria o artigo demasiado pesado; para todos os efeitos, os valores em causa são claramente os enunciados no artigo I-2.º da Constituição.

Observações relativas ao n.º 2

Sem alterações.

NB: Alguns membros da Convenção pediram que fosse introduzida no artigo uma referência ao papel do Conselho da Europa.

As relações entre a UE e o Conselho da Europa são regidas por um artigo da Parte II (ex-artigo 35.º), não sendo portanto necessária uma referência adicional neste artigo. Além disso, uma referência específica ao Conselho da Europa poderá ser entendida como ofensiva dado que alguns países que a União gostaria de incluir no tipo de relação proposta não são membros do Conselho da Europa.

~~Artigo 43.º: — Critérios de elegibilidade para a adesão à União~~

~~A União está aberta a todos os Estados europeus cujos povos comunguem dos valores referidos no artigo 2.º, e que os respeitem e se comprometam a promovê-los em comum. A adesão à União implica a aceitação da sua Constituição.~~

Observações

Propõe-se a supressão deste artigo a fim de dar seguimento às inúmeras propostas de alteração no sentido de suprimir quer todo o artigo, pelo facto de o primeiro período constituir uma duplicação do n.º 2 do artigo I-1.º e de o segundo período exprimir uma evidência (Meyer, Farnleitner e 3 outros, Duff e 24 outros, Lopes, Lobo Antunes), quer o segundo período (Santer e 4 outros, Demiralp, Fischer, HjelmWallén e 3 outros, Fini, Oleksy, de Vries e de Bruijn, Kaufmann).

O primeiro período deste artigo foi todavia retomado no artigo I-57.º, embora tenha sido alterado no sentido de satisfazer os pedidos constantes de certas propostas de alteração (ver observações relativas a este artigo). Na verdade, embora o n.º 2 do artigo I-1.º já contenha o princípio da abertura da União aos Estados europeus que comunguem dos seus valores, é importante recordar no Título IX, relativo à pertença à União, que o respeito desses valores constitui um critério fundamental para se tornar membro da União.

Artigo I-57.º: Critérios de elegibilidade e processo de adesão à União

A União está aberta a todos os Estados europeus ~~e cujos povos comunguem~~ **que respeitem** os valores a que se refere o artigo 2.º, ~~e que os respeitem~~ e se comprometam a promovê-los em comum.

Qualquer Estado europeu que deseje tornar-se membro da União pode dirigir ao Conselho um pedido nesse sentido. O Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais **dos Estados-Membros** serão informados desse pedido. O Conselho pronuncia-se por unanimidade, depois de consultar a Comissão e após ~~parecer favorável~~ **aprovação** do Parlamento Europeu, ~~que se pronuncia por maioria absoluta dos membros que o compõem~~. As condições e as modalidades de admissão serão acordadas entre os Estados-Membros e o Estado candidato. **Esse** acordo será submetido à ratificação de todos os Estados Contratantes, de acordo com as respectivas normas constitucionais.

Observações

O primeiro período aditado a este artigo retoma o primeiro período do antigo artigo 43.º. Foram suprimidas as palavras "cujos povos" a fim de ter em conta as alterações que exigiam como condição para a adesão o respeito dos valores da União pelos próprios Estados candidatos, em vez de pelos seus povos (Heathcoat-Amory, Berger e 2 outros, Timmermans e Queiró, Brok e 34 outros, Roche, Fischer, Svensson, Hjelm-Wallén e 3 outros, Hain, de Vries e de Bruijn, Bonde). O resto das alterações introduzidas é de carácter puramente técnico, a fim de dar seguimento às recomendações do Grupo de Peritos.

Foi mantido o processo proposto para a adesão, que retoma o processo previsto no artigo 49.º do TUE. Na realidade, tendo em conta o facto de que os Tratados de Adesão devem ter o mesmo valor que o Tratado Constitucional, que em certos pontos é alterado por eles (por exemplo a composição das Instituições), as condições e as modalidades de adesão de um Estado à União deverão ser objecto de um acordo entre os Estados-Membros Partes do Tratado que institui a Constituição e o Estado candidato.

Artigo I-58.º: Suspensão dos direitos de pertença à União

1. Sob proposta fundamentada de um terço dos Estados-Membros, do Parlamento Europeu ou da Comissão, o Conselho, deliberando por maioria de quatro quintos dos seus membros, e após aprovação ~~parecer favorável~~ do Parlamento Europeu, pode **adoptar uma decisão em que verifique constata verificar** a existência de um risco manifesto de violação grave de algum dos valores enunciados no artigo 2.º por parte de um Estado-Membro. Antes de proceder a essa constatação, o Conselho deve ouvir o Estado-Membro em questão e, deliberando segundo o mesmo processo, pode dirigir-lhe recomendações.

O Conselho verificará regularmente se continuam válidos os motivos que conduziram a essa constatação.

2. O Conselho Europeu, deliberando por unanimidade, sob proposta de um terço dos Estados-Membros ou da Comissão, e após **aprovação parecer favorável** do Parlamento Europeu, pode **adoptar uma decisão em que verifique constata verificar** a existência de uma violação grave e persistente, por parte de um Estado-Membro, de algum dos valores enunciados no artigo 2.º, após ter convidado esse Estado-Membro a apresentar as suas observações sobre a questão.
3. Se tiver sido ~~verificada~~ **constatada** a existência da violação a que se refere o n.º 2, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode **adoptar uma decisão em que suspenda decidir suspender** alguns dos direitos decorrentes da aplicação da Constituição ao Estado-Membro em causa, incluindo o direito de voto desse Estado-Membro no Conselho. Ao fazê-lo, o Conselho terá em conta as eventuais consequências dessa suspensão sobre os direitos e obrigações das pessoas singulares e colectivas.

O Estado-Membro em questão continuará, de qualquer modo, vinculado às obrigações que lhe incumbem por força da Constituição.

4. Se se alterar a situação que motivou a imposição das medidas tomadas ao abrigo do n.º 3, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode posteriormente **adoptar uma decisão em que altere ou revogue decidir alterar ou revogar** essas medidas.
5. Para efeitos do presente artigo, o Conselho delibera sem tomar em consideração os votos do Estado-Membro em questão. As abstenções dos membros presentes ou representados não impedem a adopção das decisões a que se refere o n.º 2.

O presente número é igualmente aplicável em caso de suspensão do direito de voto nos termos do n.º 3.

6. Para efeitos dos n.ºs 1 e 2, o Parlamento Europeu delibera por maioria de dois terços dos votos expressos ~~que represente~~ **representando** a maioria dos membros que o compõem.

Observações

A alterações introduzidas neste artigo são de carácter puramente técnico, a fim de dar seguimento às recomendações do Grupo de Peritos.

O Praesidium não inseriu outras alterações neste artigo, tendo em conta o facto de as alterações recebidas se referirem a alterações processuais que são apoiadas por um número reduzido de Convencionais.

Artigo I-59.º: Saída voluntária da União

1. **Em conformidade** com ~~no respeito de~~ as respectivas normas constitucionais, qualquer Estado-Membro pode decidir ~~sair~~ **retirar-se** da União Europeia.
2. Qualquer Estado-Membro que decida ~~sair~~ **retirar-se** da União notificará a sua intenção ao Conselho Europeu, **que analisará essa notificação. Em função das orientações do Conselho Europeu**, a União negociará e celebrará com esse Estado um acordo que estabeleça as condições da sua saída, tendo em conta o quadro das suas futuras relações com a União. Esse acordo será celebrado em nome da União pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, após **aprovação parecer favorável** do Parlamento Europeu.

O **representante do Estado-Membro** que pretenda ~~sair~~**retirar-se** da União não participa nas deliberações e decisões do **Conselho Europeu ou do** Conselho que lhe digam respeito.

3. A presente Constituição deixa de ser aplicável ao Estado em causa a partir da data de entrada em vigor do acordo de saída ou, na falta deste, dois anos após a notificação referida no n.º 2, **al menos que o Conselho Europeu, com o acordo do Estado-Membro interessado, decida prorrogar esse prazo.**

3.4 Se um Estado que se tenha saído retirado da União voltar a pedir a adesão, esse pedido é submetido ao processo previsto no artigo I-57.º.

Observações

O Praesidium considera que a Constituição dever conter uma disposição sobre a saída voluntária da União. Na verdade, embora muitos considerem que a possibilidade de saída da União existe mesmo sem haver uma disposição específica nesse sentido, o Praesidium é de opinião que a introdução na Constituição de uma disposição específica sobre a saída voluntária da União clarificará a situação e permitirá introduzir um procedimento para a negociação e a celebração, entre a União e o Estado-Membro interessado, de um acordo que estabeleça as condições da sua saída e o quadro das suas futuras relações. Além disso, a existência de uma tal disposição constituirá um sinal político importante para aqueles que consideram que a União é uma entidade rígida da qual é impossível sair.

O Praesidium introduziu nesta disposição certas alterações em relação ao texto apresentado à Convenção, designadamente:

- a) Está previsto que, em caso de notificação por um Estado-Membro da sua intenção de sair da União, o Conselho Europeu analisará a questão.*
- b) É referido que se um Estado que tenha saído da União pretender voltar a pedir a adesão, esse pedido fica sujeito às condições e ao processo geral de adesão.*

N.º 1

A alteração inserida é exclusivamente a nível da redacção.

N.º 2

As alterações introduzidas nesta disposição visam reforçar o processo de saída, de acordo com a vontade expressa por uma parte dos Convencionais (de Villepin, Demilrap, Tiilikainen e 2 outros, Roche, Kiljunen e Vanhanen), prevendo que o Conselho Europeu analise a notificação de saída apresentada por um Estado-Membro, e adopte orientações com base nas quais a União negociará e celebrará o acordo de saída com o Estado-Membro interessado.

N.º 3

O Praesidium considera que, tendo em conta o facto de que, para muitos, o direito de saída existe mesmo que não haja uma disposição expressa sobre esta questão, não se pode fazer depender a saída de um Estado-Membro da União da celebração de um acordo de saída com esta última. Assim, está previsto que a saída produza efeitos, em todo o caso, dois anos após a notificação. Todavia, a fim de favorecer um acordo de saída entre a União e o Estado que pretende sair, o artigo I-57.º prevê a possibilidade de uma prorrogação do prazo, de comum acordo entre o Conselho Europeu e o Estado que pretende sair.

O Praesidium é de opinião que não é necessário criar um estatuto de Estado-Membro associado para o Estado que sair da União, tendo em conta o artigo I-56.º, relativo à União e à sua envolvente imediata, que poderá constituir uma base caso a União o considere adequado.

N.º 4

Este novo n.º sublinha que, caso um Estado que tenha saído da União peça para voltar a aderir, o seu pedido é submetido à apreciação política prevista no processo de adesão (nomeadamente o comum acordo dos Estados-Membros).

PROJECTO DE PROTOCOLO RELATIVO AO PAPEL DOS PARLAMENTOS NACIONAIS NA UNIÃO EUROPEIA

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES,

RECORDANDO que a forma como os diferentes parlamentos nacionais exercem o seu controlo sobre a acção dos respectivos governos, no tocante às actividades da União, obedece à organização e à prática constitucionais próprias de cada Estado-Membro,

DESEJANDO, contudo, incentivar uma maior participação dos parlamentos nacionais nas actividades da União Europeia e reforçar a capacidade ~~de estes~~ **destes** exprimirem as suas opiniões sobre **propostas legislativas e outras** questões que para eles possam revestir especial interesse,

ACORDARAM nas seguintes disposições, que vêm anexas à Constituição:

- I. Informações destinadas aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros
 1. A Comissão enviará directamente aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros todos os seus documentos de **consulta** (livros verdes e livros brancos, bem como comunicações) **aquando da sua publicação. O programa legislativo anual e qualquer outro** instrumento de programação legislativa ou de estratégia política que a Comissão venha a apresentar ao Parlamento Europeu e ao Conselho, serão **também** simultaneamente enviados, ~~a título de informação,~~ aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros.
 2. **Todas as propostas legislativas dirigidas ao Parlamento Europeu e ao Conselho serão simultaneamente enviadas aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros. A** ~~Comissão enviará directamente todas as suas propostas legislativas, em simultâneo, não só ao Parlamento Europeu e ao Conselho, mas também aos parlamentos nacionais dos Estados-~~
~~Membros.~~

3. Os parlamentos nacionais dos Estados-Membros poderão dirigir aos Presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão um parecer fundamentado sobre a conformidade de uma determinada proposta legislativa ~~da Comissão~~ com o princípio da subsidiariedade, de acordo com o procedimento previsto no Protocolo relativo à Aplicação dos Princípios da Subsidiariedade e da Proporcionalidade.
4. Deve mediar um prazo de seis semanas entre a data em que uma proposta legislativa é transmitida pela Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros, nas ~~respectivas~~ línguas **oficiais da União Europeia**, e a data em que a proposta é incluída na ordem do dia do Conselho com vista à sua adopção ou à adopção de uma posição no âmbito ~~de de um~~ processo legislativo ~~previsto no artigo [X] da Parte II do Tratado que institui uma Constituição para a Europa~~, sendo admissíveis excepções por motivos de ~~extrema~~ urgência, que deverão ser especificados no acto ou na posição comum. **Excepto em casos urgentes devidamente justificados, durante essas seis semanas não poderá verificar-se qualquer acordo sobre a proposta legislativa. Deve mediar um prazo de dez dias entre a inclusão da proposta na ordem do dia do Conselho e a adopção de uma posição comum.**
5. As ordens do dia e os resultados das sessões do Conselho, **incluindo as actas das sessões em que delibere sobre propostas legislativas**, serão transmitidos directa e **simultaneamente** aos **Governos dos Estados-Membros** e aos parlamentos nacionais.
- ~~6. Todos os instrumentos de programação legislativa ou de estratégia política que a Comissão venha a apresentar ao Parlamento Europeu e ao Conselho serão simultaneamente enviados, a título de informação, aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros.~~
6. O Tribunal de Contas enviará o seu relatório anual, em simultâneo, não só ao Parlamento Europeu e ao Conselho mas também, a título de informação, aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros.

7. Nos casos dos parlamentos nacionais bicamerais, estas disposições aplicam-se a ambas as câmaras.

II. Cooperação interparlamentar

8. O Parlamento Europeu ~~ponderará com~~ e os parlamentos nacionais **definirão em conjunto** de que modo poderá ser **organizada** e promovida, com eficácia e **regularidade**, a cooperação interparlamentar a nível da União Europeia.

9. A Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos Comunitários, ~~instituída em 16 e 17 de Novembro de 1989~~, pode submeter ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão qualquer contributo que considere adequado. **Além disso, a Conferência promoverá o intercâmbio de informações e de melhores práticas entre os parlamentos dos Estados-Membros e o Parlamento Europeu, inclusive entre as respectivas comissões especializadas. A Conferência pode ainda organizar conferências interparlamentares sobre assuntos específicos, designadamente em matéria de Política Externa e de Segurança Comum e de Política Comum de Segurança e Defesa.** Estes Os contributos da **Conferência** não vincularão de modo algum os parlamentos nacionais, nem condicionarão as suas posições.

Observações:

1. *A alteração proposta ao preâmbulo do protocolo baseia-se nas alterações propostas por escrito por vários Convencionais (nomeadamente Stuart e outros 18, bem como Andriukaitis e outros 2) e destaca o papel dos parlamentos nacionais na análise das propostas legislativas, embora mantendo a referência mais geral a questões que para eles se possam revestir de especial interesse.*

2. *Propõe-se o aditamento, no ponto 1, de uma referência directa ao programa legislativo anual da Comissão e a fusão deste ponto com o ponto 6. Vários Convencionais (nomeadamente Brok e outros 42, Duff e outros 16 e ainda Farnleitner) sugeriram que o envio do programa legislativo anual aos parlamentos nacionais deveria ser referido no texto de forma mais explícita. Por proposta de vários Convencionais (nomeadamente Stuart e outros 18), foi também aditado o envio dos documentos "aquando da sua publicação".*
3. *A alteração ao ponto 2 destina-se a alinhar o texto pelo projecto revisto do protocolo relativo à subsidiariedade e à proporcionalidade no tocante ao mecanismo "de alerta rápido", que menciona especificamente as iniciativas legislativas no domínio da liberdade, segurança e justiça (sujeitas a um determinado limiar no mecanismo), pelo que se torna necessário que o protocolo preveja também o envio directo desses textos (que podem emanar dos Estados-Membros) aos parlamentos nacionais. A fim de não complicar este ponto, especificando, para cada tipo de proposta/iniciativa, quem é que as envia, propõe-se que a sua redacção tenha um carácter geral.*
4. *Propõe-se a manutenção da redacção do ponto 3, que inclui simplesmente uma referência ao mecanismo de alerta no domínio da subsidiariedade, descrito no Protocolo relativo à Aplicação dos Princípios da Subsidiariedade e da Proporcionalidade, mas que se suprima a referência específica à Comissão (na terceira linha), por forma a reflectir que o mecanismo de alerta rápido se destina também às iniciativas dos Estados-Membros no domínio da liberdade, segurança e justiça (ver também a alteração ao ponto 2).*
5. *Vários Convencionais (nomeadamente Stuart e outros 18, Andriukaitis e outros 2, Azevedo, Nazaré Pereira, Bonde e Seppänen) pediram que os prazos referidos no ponto 4 fossem mais rígidos. Os aditamentos propostos precisam que não se podem verificar acordos durante as seis semanas, excepto em casos urgentes devidamente justificados, e que devem mediar dez dias entre a inclusão de uma proposta legislativa na ordem do dia do Conselho e a adopção de uma posição comum.*

6. *As alterações propostas para o ponto 5 baseiam-se no pedido de vários Convencionais (nomeadamente Stuart e outros 18, Andriukaitis e outros 2) no sentido de se aditar que devem ser transmitidas aos parlamentos nacionais as actas das sessões do Conselho em que este delibere sobre propostas legislativas e de se especificar que o envio dos documentos a que se refere este ponto será efectuado simultaneamente para os parlamentos nacionais e para os Governos.*
7. *O ponto 6 (antigo ponto 7) não sofreu alterações em relação à versão anterior. Não existem pedidos de supressão ou de alteração substancial deste ponto.*
8. *Alguns Convencionais propuseram alterações que se prendem com a noção dos parlamentos nacionais no contexto do Protocolo (nomeadamente Pieters, Michel e outros 6, Wuermeling e Altmaier), pedindo, nomeadamente, que as informações sejam transmitidas a ambas as câmaras no caso dos parlamentos bicamerais ou propondo que os Governos dos Estados-Membros, tendo em conta a sua organização constitucional, possam referir numa declaração qual é a câmara com competência legislativa que deve ser considerada o parlamento nacional na acepção do Protocolo. Propõe-se a introdução de um novo ponto 7 para atender ao pedido de diversos Convencionais no sentido de as informações serem enviadas a ambas as câmaras no caso dos parlamentos nacionais bicamerais. Os parlamentos nacionais podem também, caso a ordem constitucional nacional o permita, enviar eles próprios propostas legislativas e outros textos referidos no Protocolo às assembleias regionais (a responsabilidade pela organização desse eventual envio ficaria ao critério dos Governos dos Estados-Membros ou dos parlamentos nacionais).*
9. *Vários Convencionais (nomeadamente Duhamel, Azevedo, Nazaré Pereira, Lopes, Lobo Antunes e Lequiller) propuseram alterações destinadas a tornar o ponto 8 mais "dinâmico", no que se refere aos esforços do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais, tendo em vista a promoção da cooperação interparlamentar. Assim sendo, o texto revisto tem em conta as propostas no sentido de sublinhar a definição da cooperação interparlamentar (e não apenas a análise dos modos de organização desta), a sua organização e regularidade.*

10. *Vários Convencionais (nomeadamente Stuart e outro 18, Andriukaitis e outros 2, Duff e outros 16, Azevedo, Nazaré Pereira, Costa, Oliveira Martins, Schlüter, Kirkhope e Lequiller) propuseram diversas alterações ao ponto 9 destinadas a desenvolver a descrição do papel da COSAC. As alterações acima propostas atendem ao pedido de especificar melhor o papel da COSAC, sem entrar demasiado em pormenor, nem incluir um "mandato" específico da COSAC no Protocolo.*

PROTOCOLO RELATIVO À APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA SUBSIDIARIEDADE E DA PROPORCIONALIDADE

AS ALTAS PARTES CONTRATANTES,

DESEJANDO assegurar que as decisões sejam tomadas tão próximo quanto possível dos cidadãos da União;

DETERMINADAS a fixar as condições de aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade consagrados no artigo I-9.º da Constituição, bem como a instituir um sistema de controlo da aplicação dos referidos princípios pelas Instituições:

ACORDARAM nas disposições seguintes, que vêm anexas à Constituição:

1. Cada Instituição assegurará continuamente a observância dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade definidos no artigo I-9.º da Constituição.
2. Antes de propor um acto legislativo, a Comissão procederá a amplas consultas, ~~salvo em casos de especial urgência ou que exijam confidencialidade~~. Tais consultas deverão, se necessário, ter em conta a dimensão regional e local das acções previstas. **Em caso de urgência excepcional**, a Comissão não procederá a estas consultas, **fundamentando a sua decisão na proposta que apresentar**.
3. A Comissão enviará todas as suas propostas legislativas e propostas alteradas aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros ao mesmo tempo que ao legislador da União. Logo que sejam aprovadas, as resoluções legislativas do Parlamento Europeu e as posições comuns do Conselho serão enviadas por estas Instituições aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros.

4. A Comissão fundamentará a sua proposta relativamente aos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Todas as propostas legislativas deverão incluir uma ficha com elementos circunstanciados que permitam formular uma apreciação quanto à observância dos princípios da subsidiariedade **e da proporcionalidade**. A mesma ficha deverá conter elementos de apreciação do impacto da proposta a nível financeiro, bem como das respectivas implicações, no caso das leis-quadro, para a regulamentação a aplicar pelos Estados-Membros, incluindo, nos casos em que tal se aplique, a legislação regional. As razões que permitam concluir que determinado objectivo da União pode ser alcançado mais adequadamente ao nível desta devem ser corroboradas por indicadores qualitativos e, sempre que possível, quantitativos. A Comissão terá em conta a necessidade de assegurar que qualquer encargo, de natureza financeira ou administrativa, que incumba à União, aos governos nacionais, às autoridades regionais ou locais, aos agentes económicos e aos cidadãos, seja o menos elevado possível e proporcional ao objectivo a alcançar.
5. O parlamento nacional de qualquer dos Estados-Membros **ou qualquer das câmaras de um parlamento nacional** poderá, num prazo de seis semanas a contar da data de envio da proposta legislativa da Comissão, dirigir aos Presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão um parecer fundamentado em que exponha as razões pelas quais considera que a proposta em questão não está em conformidade com o princípio da subsidiariedade. Cabe a cada um dos parlamentos nacionais **ou a cada uma das câmaras de um parlamento nacional** consultar, ~~de consulta de cada uma das Câmaras, no caso dos parlamentos bicamerais e/ou,~~ nos casos pertinentes, ~~dos~~ os parlamentos regionais com competências legislativas.
6. O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão terão em conta os pareceres fundamentados **emitidos pelos** ~~dos~~ parlamentos nacionais **dos Estados-Membros ou por uma câmara desses parlamentos**.

Os parlamentos nacionais dos Estados-Membros cujo sistema parlamentar seja unicameral dispõem de dois votos, ao passo que cada uma das câmaras de um sistema parlamentar bicameral dispõe de um voto.

No caso de os pareceres fundamentados sobre o facto de uma proposta da Comissão não respeitar o princípio da subsidiariedade representarem pelo menos um terço do total dos votos atribuídos aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros e às câmaras dos parlamentos nacionais, a Comissão deve reanalisar de novo a sua proposta. Este limiar é de pelo menos um quarto quando se tratar de uma proposta da Comissão ou de uma iniciativa emanada de um grupo de Estados-Membros em conformidade com o disposto no artigo [8.º] do Capítulo X da Parte III da Constituição, relativo ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça.

Reanalizada a proposta, **Logo que a Comissão tenha analisado de novo a sua proposta**, pode decidir mantê-la, alterá-la ou retirá-la, fundamentando a sua decisão.

7. ~~Os parlamentos nacionais dos Estados-Membros poderão também, no prazo que medeia entre a convocação do Comité de Conciliação e a data em que este se reunir, emitir um parecer fundamentado em que exponham as razões pelas quais consideram que ou a posição comum do Conselho ou as alterações do Parlamento Europeu não respeitam o princípio da subsidiariedade. Na reunião do Comité de Conciliação, o Parlamento Europeu e o Conselho terão devidamente em conta os pareceres expressos pelos parlamentos nacionais dos Estados-Membros.~~
8. ~~Nos termos do artigo [actual artigo 230.º] da Constituição, O Tribunal de Justiça é competente para conhecer das acções intentadas~~ **apreciar os recursos interpostos nos termos do disposto no artigo [230.º] pelos Estados-Membros, ou por eles transmitidos, em conformidade com o respectivo ordenamento jurídico interno, em nome de um parlamento nacional de um Estado-Membro ou de uma câmara desse parlamento, alegando que um acto legislativo viola o** ~~com fundamento na violação do princípio da subsidiariedade.~~ **por parte de um acto legislativo.** ~~a pedido dos respectivos parlamentos nacionais e em conformidade com as respectivas normas constitucionais.]~~

Nos termos do mesmo artigo da Constituição, o Comité das Regiões pode igualmente ~~intentar~~ **interpôr recursos** ~~acções~~ desta natureza relativamente aos actos legislativos ~~sobre os quais tenha sido consultado~~ **para cuja adopção a Constituição preveja que seja consultado.**

9. A Comissão apresentará anualmente ao Conselho Europeu, ao Parlamento Europeu, ao Conselho e aos **parlamentos nacionais dos Estados-Membros** um relatório sobre a aplicação do artigo I-9.º da Constituição. Este relatório anual será igualmente enviado ao Comité das Regiões e ao Comité Económico e Social.

Ponto 2.

Observações:

A alteração de redacção proposta dá seguimento às propostas que preconizam que a Comissão fundamente a sua decisão caso não proceda às consultas previstas.

Ponto 4.

Observações:

A alteração introduzida destina-se a dar seguimento às propostas no sentido de que a fundamentação da Comissão aborde tanto a subsidiariedade como a proporcionalidade (ver, designadamente, Duff + 16 Convencionais + Teufel). De facto, importa salientar que o ponto 4 do actual texto do Protocolo relativo à Aplicação dos Princípios da Subsidiariedade e da Proporcionalidade obriga a Comissão a motivar as propostas de textos legislativos tanto em termos de subsidiariedade como de proporcionalidade.

Em contrapartida, não foram consignadas as propostas tendentes a alargar o âmbito de aplicação do mecanismo de alerta rápido ao princípio da proporcionalidade. Com efeito, tal como concluíra o Grupo de Trabalho I, o princípio da subsidiariedade é um princípio essencialmente político que, pela sua própria natureza, se presta bem ao controlo por parte dos parlamentos nacionais. Por outro lado, o carácter essencialmente jurídico do princípio da proporcionalidade (recorrer a este ou àquele instrumento jurídico) constitui um argumento a favor da sua exclusão do mecanismo de alerta rápido. O mesmo se passa com o princípio da delimitação de competências.

Ponto 5.

Observações:

À luz das propostas de alteração recebidas e dos debates em plenário, afigura-se que muitos Convencionais preconizam a participação das câmaras dos parlamentos nacionais no mecanismo de alerta rápido desde que os Estados-Membros com parlamentos unicamarais não sejam penalizados (Zieleniec, Stuart + 11 Convencionais, Lequiller, Dini, Bazile, Wuermeling, Altmaier, Meyer, Teufel, Vanhanen, Fischer). Foram avançadas diversas propostas para permitir atender a estas duas exigências.

O Praesidium propõe que seja concedido a cada uma das câmaras, nos parlamentos bicamarais, o direito de accionar o mecanismo de alerta rápido, assegurando simultaneamente que não sejam penalizados os Estados-Membros cujo parlamento é composto por uma única câmara.

Ponto 6.

Observações:

A questão do limiar de um terço foi exaustivamente discutida pela Convenção. Diversos Convencionais gostariam que o limiar aumentasse, outros que diminuísse. O Praesidium propõe, por conseguinte, que se mantenha o limiar de um terço, que parece susceptível de merecer consenso. No entanto, foi inserido um parágrafo novo a fim de ter em conta o facto de, aquando do debate sobre os artigos relativos ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça, muitos Convencionais terem considerado que o limiar devia ser de um quarto quando a proposta legislativa diz respeito à cooperação em matéria penal e judiciária (ex-Terceiro Pilar).

As alterações quanto ao número de votos atribuídos aos parlamentos nacionais introduzem a solução proposta por diversos Convencionais a fim de não penalizar os Estados-Membros cujo parlamento seja composto por uma só câmara.

Ponto 7.

Observações:

Muitos Convencionais (Michel + 6 Convencionais belgas, Van EEkelen, de Vries + de Bruijn, Voggenhuber, Nagy, Duhamel + 8 Convencionais membros do grupo socialista Duff + 16 Convencionais, Hain, Lamassoure, Hjelm-Wallén + 3 Convencionais suecos, Lennmarker) manifestaram, por escrito ou oralmente, reservas quanto ao disposto no ponto 7. Assim sendo, sugere-se a supressão desta disposição.

Ponto 8.

Observações:

As alterações introduzidas visam, em primeiro lugar, atender aos desejos da maioria que parece existir no sentido de conceder aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros o direito de intentar acções. As opiniões mostraram-se mais divididas no que respeita a saber

- se os parlamentos nacionais dos Estados-Membros devem exercer esse direito directamente ou através do governo nacional;*
- se nos sistemas bicamarais cada uma das câmaras dos parlamentos nacionais dos Estados-Membros deve gozar desse direito.*

O Praesidium propõe que se adopte uma fórmula que se pretende equilibrada e que, concedendo aos parlamentos nacionais dos Estados-Membros o direito de intentar acções no Tribunal de Justiça com fundamento na violação do princípio da subsidiariedade, deixe à discricção do ordenamento jurídico dos Estados-Membros a opção das modalidades de exercício desse direito, inclusive no que respeita à questão de o conceder a cada uma das câmaras dos parlamentos nacionais. A referência ao ordenamento jurídico interno e não às "normas constitucionais" destina-se a permitir que os Estados-Membros regulem a questão na Constituição ou a nível infra-constitucional.

Quanto a conferir ao Comité das Regiões o direito de intentar acções por violação do princípio da subsidiariedade, o Praesidium propõe que este direito lhe seja conferido nos casos em que a Constituição exija a consulta a este Comité antes da adopção de um acto legislativo. Em contrapartida, esse direito não será conferido nos casos em que o Parlamento Europeu ou o Conselho considerem útil consultar por iniciativa própria o Comité das Regiões, nem nos casos em que este último apreciar a questão ou emitir parecer por iniciativa própria.

O Praesidium não consignou o direito de as regiões com competência legislativa intentarem acções no TJCE por violação do princípio da subsidiariedade, por ser insuficiente o número de Convencionais que apoiam tal direito.

Ponto 9.

Observações:

A alteração introduzida dá seguimento a uma proposta, amplamente apoiada na Convenção (de Vries, de Bruijn, Andriukaitis, Gricius, Sivickas, Belohorska, Figel, Migas, Kiljune, Vanhanen, Stuart + 11 Convencionais, Bonde, Seppanen, Floch, Lequiller, Azevedo, Nazaré Pereira, Lopes, Lobo), no sentido de os parlamentos nacionais receberem o relatório anual da Comissão sobre a aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade.
